

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

**DAVI FARIA DE CONTI**

**“A FORMA FINAL DE GOVERNO HUMANO”:  
o sujeito liberal e a democracia na relação entre os  
governos Lula e Bush**

**"THE FINAL FORM OF HUMAN GOVERNMENT":  
the liberal subject and democracy in the relations  
between the Lula and the Bush governments**

CAMPINAS  
2012





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**DAVI FARIA DE CONTI**

**“A FORMA FINAL DE GOVERNO HUMANO”:  
O SUJEITO LIBERAL E A DEMOCRACIA NA RELAÇÃO ENTRE OS  
GOVERNOS LULA E BUSH**

**Orientadora / Supervisor: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Suzy Maria Lagazzi**

***"THE FINAL FORM OF HUMAN GOVERNMENT":  
THE LIBERAL SUBJECT AND DEMOCRACY IN THE RELATIONS  
BETWEEN THE LULA AND THE BUSH GOVERNMENTS***

**DISSERTAÇÃO DE Mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da  
Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em  
Linguística.**

**MASTERS THESIS PRESENTED TO THE INSTITUTE FOR THE STUDY OF LANGUAGE OF THE STATE  
UNIVERSITY OF CAMPINAS IN CANDIDACY FOR THE DEGREE OF MASTERS IN LINGUISTICS**

**CAMPINAS, 2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE  
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

D358f De Conti, Davi Faria, 1983-  
A forma final de governo humano : o sujeito liberal e a  
democracia na relação entre os governos Lula e Bush /  
Davi Faria De Conti. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012.

Orientador : Suzy Maria Lagazzi.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de  
Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Política internacional. 3.  
Democracia. 4. Liberalismo. I. Lagazzi, Suzy, 1960-. II.  
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos  
da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em inglês:** "The final form of human government": the liberal  
subject and democracy in the relations between the Lula and the Bush  
governments.

**Palavras-chave em inglês:**

Discourse Analysis  
International Politics  
Democracy  
Liberalism

**Área de concentração:** Linguística.

**Titulação:** Mestre em Linguística.

**Banca examinadora:**

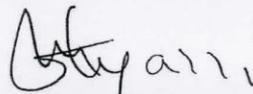
Suzy Maria Lagazzi [Orientador]  
Carmen Zink Bolognini  
Renata Marcelle Lara Pimentel

**Data da defesa:** 31-07-2012.

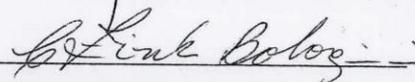
**Programa de Pós-Graduação:** Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

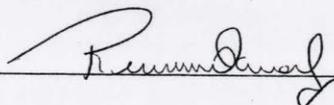
Suzy Maria Lagazzi

  
\_\_\_\_\_

Carmen Zink Bolognini

  
\_\_\_\_\_

Renata Marcelle Lara Pimentel

  
\_\_\_\_\_

Carolina Maria Rodríguez Zucolillo

\_\_\_\_\_

Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso

\_\_\_\_\_

IEL/UNICAMP  
2012



*Para a Maria*



## **Agradecimentos**

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Suzy Lagazzi, pela força, pelo carinho e pelo cuidado com que me orientou durante todo este trabalho. Por ter mantido sua crença nesta pesquisa mesmo nas várias vezes em que fraquejei;

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Zink Bolognini, por ter sido, durante toda minha trajetória acadêmica, uma referência profissional e pessoal. Por me ensinar que ciência também se faz com o coração;

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Marcelle Lara Pimentel, pela gentileza com que aceitou o convite para compor a banca de avaliação deste trabalho e pelos detalhados apontamentos que foram de enorme ajuda para a redação da versão final deste trabalho.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carolina Rodríguez Zuccolillo, pela leitura cuidadosa e pelas considerações preciosas que me permitiram observar novas articulações no meu material;

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ismara Tasso, pela disposição de, lendo, participar deste percurso;

À CAPES, pelo apoio financeiro concedido a esta pesquisa;

Aos diligentes estenógrafos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, que nunca saberão o quanto seu trabalho facilitou o meu;

À Rose, ao Miguel Leonel, ao Cláudio e a todos os funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do IEL que sempre fizeram o possível e o impossível para assegurar que todas as necessidades para a realização desta pesquisa fossem atendidas;

À Fernanda D'Olivo, ao Fábio Ramos, ao Guilherme Adorno, à Sílvia Nunes, à Maristela Cury, à Carolina Machado e à Luciana Nogueira e a todos os colegas linguistas que, mesmo inadvertidamente, apontaram novos caminhos para esta pesquisa nas nossas discussões;

À Cristiane Megid, à Cássia Furlan e à Joice Mensato, preciosas colegas de trabalho que deram novas dimensões à palavra *parceria* nos dois últimos anos;

Ao Dalton, ao Vitor, ao Waldir Luciano e à Ana, à Samira, à Gisele, à Márcia e a todos os amigos que me acompanharam nos necessários momentos de afastamento da pesquisa;

Aos meus irmãos de vida, Pedro, Marcel e Alexandre;

Aos meus pais, Dallas e Regina, pelo apoio, pelo carinho e pela paciência que tiveram ao longo de toda a minha trajetória;

À Maria, pela compreensão, pelo companheirismo e pelo amor inabaláveis, mesmo sendo a maior vítima do processo de escrita deste trabalho.



## **Resumo**

Neste trabalho, analisa-se a articulação entre *democracia* e *intervenção* no discurso dos governos de Lula e de Bush no início do século XXI, tomando como problema de pesquisa a questão: que sentidos de *democracia* sustentam a ingerência econômica e a intervenção militar em território alheio? O material de análise sobre o qual este texto se detém é a produção do Departamento de Defesa estadunidense sobre o Brasil e da presidência brasileira sobre os EUA, tendo como referencial a relação entre Brasil e Estados Unidos no período de 2002 a 2006. O foco da pesquisa recai, mais particularmente, sobre os representantes dos Estados Unidos em seu Departamento de Defesa, sobre a presidência brasileira e sobre jornalistas em relações de interlocução. Tal recorte permitiu que se considerassem as semelhanças e as particularidades do funcionamento do discurso liberal em que se sustentam os dizeres de cada governo, bem como que se observassem as diferentes configurações assumidas pela sujeição a esse discurso de acordo com as várias posições-sujeito liberais em cena nos enunciados. O objeto de estudo deste trabalho estabilizou-se, dessa forma, no funcionamento do discurso liberal nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de George W. Bush. O referencial teórico para a realização deste trabalho a Análise de Discurso materialista, baseando-nos nas formulações de Michel Pêcheux a partir de 1969, o que implica um destaque para a relação entre sujeito e discurso na língua.

## **Palavras-chave**

Análise de discurso; política internacional; liberalismo; democracia



## **Abstract**

In this dissertation, the articulation between *democracy* and *intervention* in the discourse of the Lula and the Bush administrations in the beginning of the 21<sup>st</sup> century is analyzed, taking as research problem the question: on what meanings of *democracy* do the economic meddling and the military intervention on foreign land find its footing? The analysis material regarded in this research are the sentences in circulation in the United States Department of Defense regarding Brazil and in the Brazilian presidency regarding the USA, holding as reference to this research the relationship between Brazil and the United States from 2002 to 2006. This text is focused particularly on the United States representatives in their Department of Defense, on the Brazilian presidency and on journalists, in interlocution relations. That framework allowed the consideration of both the similarities and the differences between the clockworks of the liberal discourse at work in the statements of each government, as well as the observation of the different configurations taken by the subjection to that discourse as a result of the several liberal positions-subject at play in the phrases in question. In that regard, this research's object has stabilized itself as the functioning of the liberal discourse in the Luiz Inácio Lula da Silva presidency, as well as in the George W. Bush administration. The theory held as reference for this research is the materialist Discourse Analysis, based on the writings of Michel Pêcheux from 1969 onwards, causing this work's spotlight rest upon the relations between subject and discourse in the language.

## **Keywords:**

Discourse Analysis; International Politics; Liberalism; Democracy



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>2. EM NOME DA DEMOCRACIA</b> .....	<b>3</b>
Condições de produção .....	3
O recorte.....	16
Dispositivo teórico.....	28
<b>3. UMA DEMOCRACIA EM PARTICULAR</b> .....	<b>31</b>
A forma final de governo humano .....	31
O liberalismo no atual cenário político estadunidense.....	37
Liberal, liberdade e liberalismo.....	42
<b>4. INTERLOCUÇÕES</b> .....	<b>53</b>
Os jornalistas e o discurso liberal: a projeção de Reagan sobre Bush .....	53
A voz dos representantes dos EUA no Departamento de Defesa.....	61
A presidência de Lula e os EUA.....	69
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:</b> .....	<b>91</b>



## 1. Introdução

Neste trabalho, nos dedicamos a uma leitura discursiva de questões de política internacional. Investigamos o funcionamento discursivo que sustenta a tomada da democracia como uma questão de segurança internacional e, conseqüentemente, como justificativa para ingerência econômica e para intervenções militares. Nosso material de análise são os enunciados que circularam no contato dos governos brasileiro e estadunidense com os representantes da imprensa nos anos em que a administração de George W. Bush coincidiu com a de Lula. Ao longo do estudo, reconhecemos o papel determinante do discurso liberal na articulação entre *democracia* e *intervenção*, o que não implica dizer que ele se sustenta em funcionamentos discursivos idênticos quanto aos dois governos, nem põe em cena posições-sujeito iguais. Não obstante, passamos a considerar, sob nosso esforço analítico, o par *democracia liberal*. Nosso objetivo final, com este trabalho, é analisar funcionamentos discursivos de enunciados relacionados aos governos Lula e Bush quanto a sentidos de democracia e de liberdade ligados a questões de ingerência econômica e de segurança internacional. Nossa leitura discursiva desses funcionamentos colocou à pesquisa, como objeto de estudo, o funcionamento do discurso liberal nos governos Lula e Bush.

Na primeira parte deste trabalho, descrevemos nosso material de análise e damos visibilidade ao processo através do qual chegamos ao nosso corpus. Enumeramos os determinantes cronológicos, geográficos e políticos que motivaram a delimitação do nosso recorte: impusemos a existência de atrito político entre os governos brasileiro e americano como critério cronológico, a existência de um contexto subcontinental de não-alinhamento à política internacional dos EUA como critério geográfico – no início do século XXI, despontavam, na América do Sul, as presidências de Hugo Chávez, de Lula e, posteriormente, de Evo Morales – e a conseqüente associação do Brasil a uma esquerda tradicional no imaginário estadunidense como critério político para a seleção dos enunciados que analisamos. Além disso, discorreremos brevemente sobre parte do dispositivo teórico que orientou esta pesquisa, privilegiando a inserção dos conceitos à medida que eles eram demandados pela análise.

Em seguida, passamos a discutir as implicações envolvidas em abordar a *democracia* através do discurso liberal. Refletimos sobre o papel de termos associados a *liberal – livre, liberdade e liberalismo* – na caracterização do regime político como inerente à espécie humana, tomando-o como natural ao invés de conjugá-lo à história. Depois, nos debruçamos sobre os sujeitos cujos enunciados compõem o recorte proposto por nós, buscando compreender a posição-sujeito a partir da qual enunciam. Temos, dessa forma, os representantes do governo de George W. Bush no Departamento de Defesa Estadunidense, os jornalistas que os entrevistam, além do próprio presidente Lula, no momento em que tem como interlocutor o chefe de estado dos EUA.

O dispositivo teórico que norteou a realização das análises deste trabalho ancora-se na Análise de Discurso de perspectiva materialista, de linha francesa, o que implica um destaque, nas discussões realizadas, para os conceitos de linguagem, sujeito e ideologia nas tensões constitutivas entre o discurso liberal e políticas sociais. Admitindo a não-transparência da linguagem, entende-se, nesta pesquisa, que esta é marcada pela incompletude e pelos conflitos e busca-se encontrar essas relações nos materiais relacionadas à análise no campo internacional, em que as relações sujeito-Estado assumem uma configuração particular.

## **2. Em nome da democracia**

### ***Condições de produção***

O atentado contra o World Trade Center em 11 de setembro de 2001 tem sido frequentemente apontado nas retrospectivas preparadas pela imprensa ocidental como o acontecimento que norteou os paradigmas da discussão política em nível global durante os primeiros anos do século XXI. A queda das torres gêmeas trouxe à tona uma dimensão inesperada da globalização. A soma da globalização da insegurança à internacionalização de processos de acúmulo liberal do capital consolidados durante a segunda metade do século XX fechou um círculo até então inacabado. Afirma-se que, a partir daí, essa relação trazida à tona pelo choque de duas aeronaves contra as torres gêmeas pautou a elaboração das políticas internacionais que têm balizado a relação entre as nações no século atual. Da tomada de medidas mais restritivas e invasivas no que tange viagens aéreas civis ao endurecimento da legislação e da fiscalização de processos migratórios, do novo fôlego encontrado pelas direitas em ocaso até então às declarações de guerra contra inimigos subjetivos, as políticas que caracterizam a organização estatal estadunidense ao longo da primeira década do século XXI têm sido atribuídas à “sombra das torres inexistentes” (termo de Art Spiegelman). O impacto do atentado de 11 de setembro de 2001, dessa forma, transcendeu as fronteiras políticas dos Estados Unidos, o que aponta para outros fatores além da vulnerabilidade internacional que a vitória do Al-Qaida sobre um sistema de defesa militar tido como referência implica. A prontidão com que países como a Inglaterra, a França e a Alemanha tomara medidas – não apenas em solidariedade aos EUA, mas também para protegerem as próprias fronteiras – aponta para a projeção política desse país no imaginário da comunidade internacional. O ataque ao World Trade Center fez funcionar um sentimento de identidade jamais evidenciado pelos diversos atentados com resultados semelhantes no Oriente Médio.

O ambiente político internacional configurava-se dessa forma quando ocorreram as eleições presidenciais de 2002 no Brasil. O empossamento de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência da República do Brasil, em 1º de janeiro de 2003, foi

largamente interpretada pela imprensa inclusive por seus opositores, como a consolidação da democracia representativa, uma vez que o cargo não havia sido transmitido entre dois representantes eleitos pelo povo desde quando Juscelino Kubitschek entregou a presidência a Jânio Quadros em 1961. A revista *Veja*, por exemplo, deu destaque a essa consolidação por ocasião da passagem da faixa presidencial: “Passagem de faixa será momento histórico”. Conforme o jornalista Luís Fernando Tinoco coloca, no lide do texto,

“Na tarde desta quarta-feira, pela primeira vez desde antes do período de ditadura militar, um presidente eleito pela população transmitirá o poder a outro também legitimamente escolhido no Brasil.”

O governo de Lula foi marcado por uma contradição constitutiva. Por um lado, há uma insistência no próprio ineditismo, visibilizado pela reiteração do enunciado “nunca antes na história deste país”. Afinal, trata-se de um operário paulista de origem pernambucana, de relevo no movimento sindicalista e, conseqüentemente, na oposição ao regime ditatorial, fundador de um partido geralmente associado à esquerda brasileira. O historiador Eric Hobsbawn discute, em *A era das revoluções* (2009), a popularidade de Napoleão Bonaparte, cuja figura transcendia o papel de chefe de estado: pessoas da baixa burguesia francesa – artesãos e comerciantes – exibiam em suas casas bustos do líder numa posição de destaque semelhante àquela em que costumamos encontrar crucifixos em regiões de tradição católica. O mito de Napoleão representava uma novidade: um exemplar da baixa burguesia que, por mérito próprio, havia ascendido ao comando do exército e, posteriormente, de um império. Nesse sentido, a imagem de Bonaparte assume o caráter de todo-cidadão. Era, em si, a realização plena dos novos princípios que regiam a França e um lembrete perene das possibilidades que se abriam para todos com a consolidação dos ideais revolucionários. Lula, por seu passado e pelo modo como se dirige ao povo brasileiro, provoca um efeito semelhante. O líder pouco fez para distanciar-se dessa imagem, ao mesmo tempo, de brasileiro comum e de brasileiro-modelo para em que a operacionalização eleitoral da sua biografia o levava.

As políticas adotadas durante o primeiro mandato de Lula trouxeram consigo

uma segunda contradição, de outra ordem. Por um lado, elas davam sequência às iniciativas econômicas neoliberais que caracterizaram a administração de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, o que tranquilizou os aliados mais conservadores da coligação eleita. Vale lembrar ainda que Lula havia firmado alianças estratégicas com lideranças conservadoras que levaram à sua eleição em 2002, como a escolha de José Alencar como seu vice-presidente: havia a necessidade de que o ex-líder sindical se dissociasse, em alguma medida, da imagem de esquerdista que motivara sua derrota nas eleições presidenciais anteriores. Por outro lado, houve uma profusão de medidas sociais que tinham como objetivo garantir a subsistência dos marginalizados pela dinâmica produtiva perpetuada por aquelas iniciativas, o que aplacou os defensores do Estado de Bem-Estar Social ao mesmo tempo em que frustrou a parcela de seus eleitores que esperava mudanças paradigmáticas. Essa contradição entre a reiteração dos compromissos assumidos com duas classes tradicionalmente representadas como adversárias e, em sentido mais amplo, entre o mesmo e o outro, é, ao mesmo tempo, sua característica mais celebrada e também aquela que provoca maior consternação.

No plano internacional, essa tensão traduz-se numa apreensão dos representantes do governo estadunidense diante da presidência de Lula. Coloca-se a questão: o empossamento de um líder tradicionalmente não-alinhado na América do Sul, especialmente levando-se em conta a década anterior de alinhamento automático iniciada com Fernando Collor, representa um risco apenas econômico ou também militar? O fato de que essa pergunta faça sentido aponta, antes de tudo, para a existência de um processo discursivo que sustenta sua significação. Que funcionamento discursivo é esse no qual fica permitido que a identidade de um líder eleito por um país – e, a esse respeito, que o próprio regime político a que os países estão sujeitos – seja discutida pela comunidade internacional, enquanto questão de segurança? Essa questão, num primeiro momento, norteou o trabalho de que este texto é resultado. Partindo dela, propúnhamo-nos, inicialmente, a analisar, nos enunciados que circulavam na face internacional do governo Bush (na Secretaria de Estado e na própria Casa Branca), o que sustentava, no discurso, essa ingerência.

Havia, no momento histórico que analisamos neste trabalho, alguns fatores imediatos relevantes para a sustentação discursiva no intervencionismo estadunidense. Antes de tudo, tratava-se do auge da reação do ocidente ao ataque contra o World Trade Center – à Guerra do Afeganistão, em busca dos líderes do Al-Qaida, somou-se a Guerra do Iraque, iniciada à revelia do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas em 2003<sup>1</sup>. Além disso, a América do Sul encontrava-se em um contexto de empossamento de tradicionais lideranças associadas à esquerda. Quando Lula foi eleito, no final de 2002, Hugo Chávez já se encontrava presidente da Venezuela há mais de dois anos. No início de 2006, Evo Morales assumiu o governo boliviano, tendo encerrado seu primeiro pronunciamento como presidente eleito com a frase em quíchua “*Huaiñuchum yanquis!*”<sup>2,3</sup>. Tendo em vista esse cenário, nossa primeira iniciativa foi tomar como recorte os enunciados dos representantes da administração de George W. Bush que diziam respeito aos governos sul-americanos de então, não alinhados com os EUA: em ordem cronológica de empossamento, o governo Chávez, na Venezuela; o governo Lula, no Brasil e o governo Morales, na Bolívia.

A dinâmica estabilizada pela coincidência entre a ascensão da esquerda na América do Sul e pelo recrudescimento do intervencionismo estadunidense sob George W. Bush colocou em cena uma contradição constitutiva do discurso de ingerência internacional. Os anos de contraposição polarizada ao socialismo soviético ao longo do século XX contribuíram para que os EUA fossem historicamente constituídos como referência de democracia – ou, ao menos, de uma interpretação de democracia pautada pelo discurso liberal que tem sido interpretada por seus proponentes como o único sentido possível de democracia. Isso não impede, no entanto, que se associe à política internacional estadunidense uma tendência de ingerência internacional que, em alguns episódios, alcançou o nível de intervenção armada. Tendo isso em vista, nossa pergunta inicial foi: “Que sentidos de *democracia* permitem reconciliar esse termo à ingerência internacional praticada pelos EUA no funcionamento discursivo que sustenta

---

1 “Iraq war illegal, says Annan”

[http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle\\_east/3661134.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/3661134.stm) (consulta: 23/05/2012)

2 “Abaixo os ianques!”

3 “Evo Morales: US, Respect Sovereignty”

<http://www.banderasnews.com/0512/nw-evocauctions.htm> (consulta: 23/05/2012)

os enunciados dos seus representantes?” Dessa forma, a abordagem que propusemos nesse primeiro momento tomava a polissemia do termo *democracia* como problema mobilizador dessa dinâmica.

As iniciativas militares promovidas pelo governo de George W. Bush em território alheio nos permitiram admitir uma sobreposição entre democracia e intervencionismo, trazendo o incômodo que semeou a pesquisa. Em recente artigo, o cientista político americano Francis Fukuyama teceu algumas considerações sobre essas intervenções, afirmando que a Guerra do Iraque criou uma “associação próxima entre invasão militar e promoção da democracia”, o que “maculou esta última”<sup>4</sup>. Tratava-se, portanto, de intervencionismo justificado pela necessidade de democracia, o que impõe algumas questões. Em primeiro lugar, o regime político que orienta o governo de um país é tratado, a princípio, como uma questão interna em decorrência do direito à autodeterminação dos povos que tem sido privilegiado pela comunidade internacional a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Em contraste, os processos que sustentam a tomada da democracia como uma questão de segurança internacional demandam análise. Em segundo lugar, há uma contradição mais profunda entre intervencionismo estrangeiro e a relação entre sujeito e Estado que a própria ideia de democracia propõe. O conceito de *demo, povo* em torno do qual o termo se constrói depende de uma delimitação desse grupo que, no caso do Estado-nação, é operada pelas suas fronteiras. No entanto, o que observamos nas iniciativas militares promovidas pelo governo de George W. Bush em território estrangeiro é que se toma a democracia como justificativa para o intervencionismo internacional. Trata-se de uma dinâmica circular: a democracia – a princípio, assunto interno de um país – passa a ser tomada como uma necessidade global, o que justifica o intervencionismo internacional em nome de seu estabelecimento. Ao mesmo tempo, ao se tomar os EUA como referência desse regime político, cria-se a necessidade de que sua semente seja plantada por esse país em território alheio. Em outras palavras, sustenta-se – no discurso estadunidense – que o termo *democracia* seja unívoco, o que impede que outros sentidos do termo, além dos estabilizados no ocidente setentrional, sejam base de políticas em países não-alinhados

---

4 “US democracy has little to teach China”

<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/cb6af6e8-2272-11e0-b6a2-00144feab49a.html> (consulta: 23/05/2012)

à potência política e econômica norte-americana.

Como resultado dessas observações, formulamos, diante do nosso material de análise, a seguinte questão preliminar:

- Que processos discursivos sustentam a tomada da democracia como uma questão de segurança internacional?

Ainda que nossos questionamentos iniciais tenham sido mobilizados pelo caráter das intervenções militares levadas a cabo pelos Estados Unidos em países do Oriente Médio, a relação daquela nação com outros Estados do continente americano configura-se como um terreno especialmente fértil para a análise da articulação entre democracia e intervencionismo. O dia 11 de setembro de 2001 foi marcado não apenas pelo atentado contra o World Trade Center, mas também pela assinatura da Carta Democrática Interamericana pelos países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). Entre os signatários, encontram-se Estados Unidos, Brasil, Venezuela, Bolívia e todos os demais países americanos, à exceção de Cuba, que não é membro da organização. Na carta, esses Estados manifestam seu compromisso com a disseminação da “democracia representativa” no continente, justificando, no próprio documento, que se trata de um regime “indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento da região”<sup>5</sup>. O acordo prevê que países que não atenderem aos critérios estabelecidos na carta, ditos essenciais para uma democracia representativa (eleições periódicas, de validade reconhecida por observadores internacionais), teriam sua participação na OEA vetada. O dado é curioso, pois o regime político adotado por um país é, em essência, uma questão interna, independentemente de sua natureza.

A contradição inerente a tomar o regime político adotado pelos países como uma questão extra-fronteiriça, passível de ser tratada internacionalmente, manifesta-se no início da carta: “um dos propósitos da OEA é promover e consolidar a democracia representativa, respeitado o princípio da não-intervenção” (grifo meu). Colocam-se em jogo, dessa forma, os limites do termo *intervenção*. Vetar a participação em um órgão regional de concertação política e econômica de países cujos regimes políticos não

---

5 Preâmbulo da Carta Democrática Interamericana, aprovada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 11 de setembro de 2001.

estejam em conformidade com critérios bastante estreitos de governança não é, em alguma medida, intervir através do capital? Isso dá visibilidade para uma disputa sobre os sentidos dos termos *democracia* e *intervencionismo* que dá visibilidade à sua natureza contraditória ao mesmo tempo em que viabiliza sua articulação. Dessa forma, para dar consequência às perguntas que levantamos até agora sobre essa relação, debruçaremos-nos sobre a relação entre dois signatários da Carta Democrática Interamericana, os governos dos Estados Unidos e do Brasil, tomando-os como lugares marcados por posições diferentes na disputa pelos sentidos de *democracia*. Essa diferença é trazida à tona pelo fato de que a interpretação estadunidense do termo compreende-o como um conjunto estático e desterritorializado de prescrições políticas e econômicas – conforme sugerem as repetidas intervenções políticas, econômicas e militares em território alheio levadas a cabo a partir de meados do século XX – e a brasileira, ao menos sob Lula, conjuga-o à soberania local – como podemos concluir a partir da reiterada solidariedade aos governos de Chávez e de Morales diante de intervenções externas.

Em 2002, as diretrizes daquilo que se convencionou chamar de Doutrina Bush já estavam bastante evidentes. Desde o final de 2001, a Guerra ao Terror havia se materializado na invasão do Afeganistão em busca de Osama Bin Laden e de outros qualificados pelo serviço de inteligência estadunidense como terroristas, inclusive membros de grupos sem contato com o Al Qaida e, portanto, sem ligação direta com o atentado ao World Trade Center. É importante notar, no entanto, que essa perseguição foi reduzida aos ditos terroristas de orientação espiritual islâmica. Como aponta o ex-procurador geral dos EUA, Ramsey Clark<sup>6</sup>, “a guerra ao terrorismo é, na verdade, uma guerra ao islã”<sup>7</sup>. Apesar da abrangência do termo “terror”, resultado de sua inexatidão, as ações militares estadunidenses não tiveram como alvo, em momento algum, grupos que não tivessem sua origem em países muçulmanos, como o IRA, na Irlanda, o ETA, na Espanha. Mesmo organizações judaicas ligadas a atentados no Oriente Médio,

---

6 DAM, Marcus. “Consumerism and materialism deadlier than armed occupation”(Entrevista com Ramsey Clark). **The Hindu**. <http://www.hindu.com/2007/12/17/stories/2007121754781100.htm> (Consulta: 15/08/2012)

7 “The war on terrorism is really a war on Islam.”.

como o Kach e o Kahane Chai, não foram assunto do Departamento de Defesa estadunidense durante a primeira década do século XXI. Embora o secretário Donald Rumsfeld – no discurso *A new kind of war*<sup>8</sup>, em que as diretrizes gerais da Guerra ao Terror são anunciadas – não faça referência alguma ao terrorismo islâmico e, pelo contrário, insista na inexistência de fronteiras políticas nesse “novo tipo de guerra” a que o governo de George W. Bush se dedicou, o campo referencial da palavra “terror” mostrou-se bastante restrito no que diz respeito às ações militares levadas a cabo pelos Estados Unidos na década que sucedeu 2001.

O governo brasileiro, por outro lado, dedicava-se à resolução de problemas internos. A política econômica posta em prática por Fernando Henrique Cardoso, que visava a manter a estabilidade do câmbio a todo custo, multiplicou a dívida do Estado brasileiro, pois se fiava numa estratégia de âncora cambial, o que, na prática, significava que o Banco Central tinha que financiar a estabilidade do Real agindo diretamente no mercado cambial (c.f. MAKKA, 1997). Para que o caixa do Banco Central ficasse positivo, vendeu-se títulos da dívida pública a juros altos (por isso, a taxa de juros do governo FHC foi consistentemente alta) o que, além de aumentar a dívida do Estado, gerou um contexto de estagnação econômica, pois os juros pagos pelo governo eram maiores do que qualquer projeção de lucro de investimento produtivo. A estabilidade permitiu o adensamento das relações comerciais com grandes potências, mas também aumentou a dependência brasileira em relação a elas, fato que ficou evidente com a grande repercussão que a crise asiática de 1999 teve sobre a economia brasileira (c.f. CANUTO, 2000). O desafio que o governo Lula enfrentava, em seu primeiro mandato, era reduzir a dívida do Estado, reverter a estagnação produtiva – ambas resultantes da alta taxa de juros mantida para financiar a estabilidade monetária – e diminuir a dependência econômica do Brasil em relação aos Estados Unidos e à Europa ocidental. Isso se reflete, na política internacional levada a cabo por Celso Amorim, na busca de parcerias comerciais com outros países, tais como a Rússia, a Índia e a China – formando o BRIC, tais como os vizinhos da América do Sul – com o aprofundamento institucional do Mercosul e da UNASUL – e tais como os países

---

8 “A New Kind of War”: discurso de Donald Rumsfeld proferido em 27/09/2001.  
<http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=440> (Consulta: 15/09/2011)

africanos,— em especial, Angola, África do Sul e Nigéria – com os quais acordos comerciais foram firmados, de modo que a relação com os Estados Unidos deixou de manter o lugar privilegiado que ocupava na pauta do Ministério das Relações Exteriores de Fernando Henrique Cardoso<sup>9</sup>.

Além dessa dinâmica política que permeou o contato direto e indireto entre os dois países de 2002 a 2006, há algumas questões pontuais que determinam as relações entre Brasil e Estados Unidos durante o período abordado por essa pesquisa, cuja menção é necessária para que as condições de produção dos discursos analisados sejam traçadas.

A controvérsia em relação a políticas econômicas internacionais foi predominante no contato direto entre o Brasil e os Estados Unidos. Nos encontros entre representantes dos dois países, tanto em reuniões bilaterais quanto em fóruns multilaterais, foram abordados os problemas de política comercial que os debates sobre a cooperação econômica internacional trouxeram à tona. Havia destaque, especialmente devido à insistência da administração Bush no assunto, para as negociações para a implantação da Área de Livre-Comércio das Américas, a ALCA. A recepção fria ao assunto por parte do governo Lula foi creditada ao comprometimento histórico do presidente com a esquerda, o que implicaria a recusa automática das propostas de cooperação com os Estados Unidos e com a Europa ocidental. Acusou-se Lula de atender a imperativos ideológicos e não econômicos, o que aponta para uma cisão pressuposta entre ideologia e economia, entendendo-se a segunda como composta por números e equações fora da história e, conseqüentemente, do discurso. Além disso, havia razões econômicas para o afastamento das negociações da ALCA, uma vez que, como foi mencionado anteriormente, o governo Lula visava a diminuir sua dependência econômica dos grandes centros aprofundando parcerias com outros países, numa iniciativa que ficou conhecida como cooperação sul-sul, característica

---

9 Em entrevista concedida à edição russa da revista Newsweek, Amorim fez um balanço do tempo que passou à frente do Itamaraty, reiterando que o imperativo da política externa brasileira durante o governo Lula foi a diversificação das parcerias comerciais do Brasil. RAGOZIN, Leonid. “Nenhum de nós quer enfraquecer o dólar.” (Entrevista de Celso Amorim). **Newsweek**, 22 jun. 2009. <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/0384906117046-entrevista-concedida-pelo-ministro-celso-amorim-a> (Consulta: 15/08/2012).

dessa administração.

Ainda em relação ao plano comercial, houve uma controvérsia sobre os subsídios oferecidos pelo governo estadunidense aos produtores de algodão daquele país, o que ocupou a pauta da Organização Mundial do Comércio, a OMC, durante os primeiros anos do governo Lula. Os representantes brasileiros no órgão argumentavam que a ajuda oferecida pela administração Bush aos algodoeiros violava as regras de comércio internacional que haviam sido acordadas na OMC e exigiam reparação, alegando que a política econômica dos Estados Unidos prejudicava as exportações da produção de algodão brasileira. Essas discussões sobre política comercial foram assunto de todas as discussões em que os representantes da presidência e da Secretaria de Estado dos Estados Unidos se dirigiram a ou mencionaram o Brasil.

Quanto às relações dos Estados Unidos com outros países durante o período de 2002 a 2006, a busca da construção de um alinhamento que viabilizasse tanto operações militares quanto a tomada de medidas políticas e econômicas no cenário da Guerra ao Terror foi predominante. Além da invasão do Afeganistão no final de 2001, justificada diante da comunidade internacional recorrendo-se à necessidade de encontrar Osama Bin Laden, os Estados Unidos promoveram uma ação militar também contra o Iraque, em março de 2003, em busca de Saddam Hussein e de armas de destruição em massa cuja existência era indicada num relatório pouco conclusivo preparado pela CIA, a agência de inteligência estadunidense. Dessa vez, a operação foi lançada à revelia do consenso a que se chegou sobre a iniciativa na Organização das Nações Unidas. Esse ambiente de insegurança que permeou o discurso do governo Bush é determinante para nossa análise, uma vez que, posto que escolhemos como foco de nossa pesquisa os enunciados postos em circulação pelo Departamento de Defesa estadunidense, fala-se mais *de Lula* do que *com Lula*. Além disso, essas questões estavam presentes, ainda que indiretamente, em enunciados sobre o Brasil, um país que, por não ter se envolvido em grandes conflitos internacionais no último século, é visto como pacífico na Organização das Nações Unidas.<sup>10</sup>

---

10 A presidente Dilma Rousseff, inclusive, chegou a invocar a “tradição pacífica do Brasil” como credencial para participar de uma eventual reforma institucional na ONU. (“Dilma diz a Obama que tradição de paz do Brasil credencia o país para a ONU”. Agência Brasil, 19/03/2001.

No que diz respeito ao ambiente mais próximo do Brasil, houve, no período que compreende de 2002 a 2006, um adensamento das iniciativas de cooperação local na América Latina, privilegiando relações simétricas no eixo sul-sul. Dessa forma, conforme já foi mencionado, os principais blocos multilaterais locais – o Mercosul e a UNASUL – passaram por um adensamento institucional, com a criação, no caso do primeiro, de um mecanismo de solução de controvérsias e de um projeto de parlamento internacional sul-americano. Essas iniciativas, portanto, visavam, no longo prazo, a se tornarem mais do que simples acordos comerciais, aspirando a uma cooperação institucional nos moldes da União Europeia. Esse privilégio das parcerias com economias semelhantes não atendia apenas aos interesses do governo brasileiro, que – como foi apontado – procurava construir um modelo de cooperação comercial internacional que não fosse tão vulnerável às economias centrais, como aquele que ruiu com as crises econômicas do final dos anos 90, mas atendia também aos interesses dos demais países participantes, que haviam passado por processos de abertura ao capital liberal análogos àqueles sofridos pelo Brasil durante a década anterior e que, na maioria das vezes, enfrentavam, então, consequências ainda mais catastróficas do que as verificadas em seu país vizinho, como era o caso da Argentina, por exemplo. Com isso, é interessante apontar que, se houve uma euforia na América do Sul diante do liberalismo globalizado durante os anos 90, esse entusiasmo já havia arrefecido em 2002, como atestam as urnas através da eleição, nesse período, de lideranças mais identificadas com investimentos sociais no Equador, no Chile, na Argentina e no Brasil. Mesmo os governos mais conservadores do continente passaram a assumir medidas associadas a Estados de bem-estar social, aparentemente incertos da eficiência da “mão invisível”.

Essa tendência de investimentos sociais verificou-se também nas políticas internas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Como ficaria claro durante seu segundo mandato, essa administração foi marcada pela dedicação de verbas a iniciativas que abrangeram do Bolsa Família – uma política frequentemente qualificada como assistencialista – ao privilégio da construção de campi da universidade pública

federal fora das capitais, o que resultou no crescimento das classes C e D a que assistimos hoje. Entre 2002 e 2006, essas políticas ainda não haviam se enunciado claramente. Havia, no entanto, um programa norteado pelos mesmos princípios econômicos do Bolsa Família bastante destacado nas falas do presidente Lula durante seu primeiro mandato: o Fome Zero. A menção de uma iniciativa de âmbito interno num trabalho que visa a versar sobre o discurso liberal nas relações internacionais justifica-se: nos pronunciamentos do presidente Lula em Washington, o Fome Zero é frequentemente mencionado, alçado à política global, conforme analisaremos adiante.

Esboçadas as condições de produção dos enunciados, podemos nos debruçar mais detidamente sobre a posição dos Estados Unidos no pós-11 de setembro – mais especificamente, na contradição que passa a constituí-lo, na medida em que sua administração adota medidas intervencionistas ao mesmo tempo em que visa a uma identidade absoluta com a democracia, recuperando uma postura semelhante à adotada frente ao bloco comunista ao longo da Guerra Fria e de especial intensidade durante os anos em que Ronald Reagan, referência do partido republicano estadunidense, assumiu a presidência daquele país. Ao longo dos anos 1990, a justificação dessas intervenções pela necessidade de defender o liberalismo foi gradativamente deixando de fazer sentido. O governo George W. Bush foi marcado por um redirecionamento da política externa dos Estados Unidos. O poder simbólico da tragédia de onze de setembro de 2001, compreendida como relativização dos limites geográficos da vulnerabilidade das potências mundiais, condicionou – em certa medida - uma intensificação do intervencionismo norte-americano com que a comunidade internacional conviveu durante a maior parte da década inaugural do século XXI. Em nome da segurança internacional, os Estados Unidos mergulharam em uma guerra diplomática cujo fronte em maior evidência foi o Oriente Médio, onde intensificou-se até atingir o conflito armado nos episódios do Afeganistão e do Iraque.

A guerra, antes de ser levada ao campo de batalha, é travada nos discursos proferidos. A agressividade da política externa durante os dois mandatos de George W. Bush foi acompanhada por um recrudescimento também na esfera discursiva. Seu primeiro efeito foi a polarização da comunidade internacional marcada nos enunciados

proferidos, que encontrou sua síntese em uma declaração do próprio presidente Bush: “You're either with us or against us in the fight against terror”<sup>11</sup>. Seu segundo efeito advém da natureza do termo “terrorismo”. Não há uma definição legal da palavra. Sob essa vagueza, muitos sentidos diferentes encontram abrigo, desde jihadistas até membros das FARC colombianas. Assim, *terrorismo* tem, a princípio, um vasto campo referencial. Nesse sentido, assim como *terrorismo*, a reação contrária também não admite fronteiras territoriais. Além disso, nomear esse movimento de “guerra ao terror” (“war on terror”) introduz a perspectiva de ação armada. Às contingências da época, soma-se a habitual relevância internacional dos enunciados oriundos de órgãos oficiais da maior potência econômica e militar do mundo para ter-se como resultado um contexto em que os desdobramentos do discurso do Estado norte-americano ganham tamanho e densidade.

O zelo pela manutenção da paz mundial dava respaldo interno e externo a uma administração que se iniciara com o peso do descrédito oriundo de um polêmico processo eleitoral sobre os ombros<sup>12</sup>. A principal pauta da diplomacia norte-americana durante o governo George W. Bush passou a ser a segurança internacional. Os pronunciamentos que a cúpula dessa administração deu sobre o assunto frequentemente tangenciavam o conceito de democracia. Ao mesmo tempo em que se afirmava que Saddam Hussein possuía armas de destruição em massa, se insistia na caracterização do regime político iraquiano como uma ditadura. Enquanto se fazia reservas à inflexibilidade da soberania venezuelana frente à guerra ao tráfico de drogas, se submetia a democracia que elegeu Hugo Chávez a um crivo qualitativo.

Enquanto a política agressiva da Secretaria de Estado norte-americana se consolidava em plano internacional, líderes com uma história de não-alinhamento aos Estados Unidos chegavam ao poder na América do Sul, como já dito anteriormente. Hugo Chávez assumiu a presidência da Venezuela em 1999, seguido por Luiz Inácio

---

11 “Ou você está conosco ou contra nós na guerra ao terror”. Declaração de George W. Bush em entrevista coletiva na França, em 6 de novembro de 2001.

12 O processo eleitoral americano, diferentemente do brasileiro, não se decide pela maioria absoluta dos votos. A maioria obtida em um estado define seu voto, proporcional a sua população. Isso permitiu que, em 2000, George W. Bush se elegeisse mesmo sem conseguir a maioria dos votos em nível federal. Além disso, houve acusações de fraude eleitoral na Flórida: aparentemente, a maneira como os nomes estavam dispostos na cédula eleitoral daquele país beneficiou o candidato republicano.

Lula da Silva no Brasil e Evo Morales na Bolívia. Assim como a já mencionada resistência que o presidente venezuelano impôs às intenções de intervencionismo norte-americanas em seu país, o apoio de Morales aos “cocaleros” bolivianos foi recebido com reservas pela potência hemisférica. O governo Lula, ainda que menos arredo ao diálogo com os EUA, retomou uma tradição pragmática da política externa brasileira, em que a diversificação de parcerias comerciais em busca de lucros estáveis faz com que o privilégio de afinidades políticas e geográficas seja colocado em segundo plano. Esse redirecionamento teve como resultado uma aproximação do Brasil a países não-alinhados às potências ocidentais. Isso representou um contraste significativo com a política externa da administração de Fernando Henrique Cardoso, baseada na afinidade dos imperativos políticos e econômicos que pautavam seu governo com aqueles característicos das potências do norte do ocidente. Esse contraste – associado ao papel histórico de Lula à frente do movimento operário no Brasil – bastou para que, num primeiro momento, se temesse do novo governo uma oposição aos paradigmas que sustentam o sistema financeiro internacional semelhante àquela mantida pelas demais lideranças de esquerda que ascendiam na América do Sul.

### ***O recorte***

Tendo em mente as condições de produção preliminarmente descritas na seção anterior, faria sentido propor um recorte inicial que abrangesse os três países sul-americanos não alinhados aos EUA, mencionados anteriormente: Brasil, Bolívia e Venezuela. Seria possível analisar os enunciados proferidos pelos representantes do governo Bush que tivessem essas nações como referencial e, assim, buscar as articulações em torno de *democracia* no discurso dessa administração estadunidense. No entanto, devido tanto a especificidades políticas e históricas dessas democracias sul-americanas quanto às restrições de escala deste trabalho, optamos por abordar apenas os enunciados que fizessem referência à relação entre nosso país e os Estados Unidos – salvo nos momentos em que o Brasil era incluído em signos mais amplos, como América Latina ou América do Sul. O governo de Lula, diferentemente daqueles de Chávez e Morales – líderes que, em discurso, opõem-se ao intervencionismo

econômico dos Estados Unidos – apresentou uma relação política contraditória com as potências econômicas ocidentais, reafirmando os compromissos com o capital financeiro internacional ao mesmo tempo em que defendia o investimento de recursos públicos em iniciativas de cunho social. Na medida em que essa sujeição às relações de capital internacional aproxima – ao menos ideologicamente – o Brasil dos EUA, as tensões na disputa pelos sentidos de *democracia* e por sua articulação com *intervenção* tornam-se mais sutis, o que motivou nossa dedicação mais detida aos enunciados sobre essa administração brasileira postos em circulação pelos representantes do governo Bush. Apesar de privilegiarmos o Brasil na nossa análise, acreditamos que parte das questões que abordaremos, por dizerem respeito a um funcionamento discursivo amplo, não se restringem à interlocução Brasil-EUA, mas permeiam relações que transcendem os dois países, pautadas pela democracia liberal em âmbito internacional. Além disso, como sugerimos anteriormente, os representantes do governo estadunidense, em uma parcela significativa dos enunciados que compõem o recorte que fizemos neste trabalho, não se referem ao Brasil ou a Lula de maneira específica, mas à América Latina como um todo, de modo que, em alguns momentos, a Bolívia e a Venezuela compartilham o campo referencial com o Brasil.

A segunda redução no nosso recorte foi de ordem cronológica. Uma vez que visávamos a nos debruçar sobre os enunciados postos em circulação por membros do governo estadunidense a respeito de países não-alinhados, o governo Lula perde relevância na medida em que as políticas adotadas pelo presidente apaziguam os temores manifestados por instituições financeiras internacionais de que um Brasil sob seu comando não manteria compromissos com o grande capital internacional da mesma maneira como havia feito sob a liderança de seu antecessor. Posto que o que nos interessa, em especial, é a tensão, marcada nos enunciados, decorrente do tratamento do Brasil como um possível alvo de ingerências econômicas e intervenções políticas em nome da democracia, o governo Lula perde relevo como referencial do recorte proposto neste texto à medida que reafirma os compromissos com o capital internacional. No momento em que o sistema financeiro internacional concede a Lula o mesmo crédito que concedia a seus antecessores neoliberais, essa tensão desfaz-se e o discurso a respeito do Brasil passa a se articular de outra forma. Para situar esse

marco cronológico de maneira mais precisa, elegemos um marco objetivo: o momento em que o Índice de Títulos de Mercados Emergentes (EMBI+) brasileiro retornou aos níveis encontrados no início de 1999, auge da estabilidade financeira sob a administração de Fernando Henrique Cardoso. O EMBI+ é um indicador econômico calculado pela instituição financeira J. P. Morgan e frequentemente mencionado pela imprensa como *risco-país*. Trata-se de um cálculo que leva em conta critérios políticos (cuja ilusão de objetividade, portanto, sustenta-se exclusivamente pelo emprego da palavra *cálculo*) para classificar os países emergentes de acordo com uma estabilidade econômica hipotética de médio prazo.

Optamos pelo EMBI+ como referência para o recorte cronológico que realizamos nesta pesquisa, pois se trata de uma manifestação da perspectiva das instituições financeiras internacionais sobre o Brasil. Dizer que o *risco-Brasil* retornou aos níveis de estabilidade da administração Fernando Henrique Cardoso significa dizer que, do ponto de vista dessas instituições, o governo Lula oferece as mesmas garantias ao capital internacional que seu antecessor. No que diz respeito ao nosso trabalho, isso quer dizer que Lula, para a comunidade internacional, passou do não-alinhamento ao alinhamento. O retorno a esses índices aconteceu no final de 2004, coincidindo com o final do primeiro mandato de George Walker Bush na presidência dos Estados Unidos. Para deixar claros os limites do recorte que propomos, podemos dizer que nossa análise procura abranger desde o momento em que Luiz Inácio Lula da Silva passa a ser tratado como provável futuro presidente do Brasil, no segundo semestre de 2002 (quando o EMBI+ brasileiro subiu e ganhou as manchetes) até o fim do primeiro mandato de George W. Bush, em janeiro de 2005. No entanto, há enunciados que, embora tenham sido produzidos posteriormente, ainda se mantêm como retrato da conjuntura política que pretendemos discutir, de modo que os incorporamos à nossa análise, estendendo seu escopo até o início de 2006.

Outra reconsideração importante em relação a nosso recorte foi analisar também os enunciados dos representantes do Brasil no plano internacional – o próprio Lula e o Ministro das Relações Exteriores (cargo ocupado, na maior parte do governo Lula, por Celso Amorim) – em sua relação com os Estados Unidos. O funcionamento

discursivo que sustenta o intervencionismo estadunidense se estabiliza nessa relação, que envolve não apenas a perspectiva daquele país sobre seu papel enquanto semeador da democracia em terras alheias, mas também da projeção dos EUA no imaginário político internacional. A opção por fazermos objeto de nossa análise, além de Lula, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), tem origem em uma questão de Direito Internacional Público. Os representantes legais da pessoa jurídica que um país constitui na política internacional são seu próprio presidente e o ministro plenipotenciário por ele apontado, o encarregado do MRE. Há ainda os embaixadores, mas estes só representam o Brasil diante de outros países se tiverem uma carta de plenos poderes, preparada por uma das autoridades mencionadas. Essas regras têm desdobramentos tácitos no funcionamento discursivo que pretendemos analisar, pois se criou, a partir delas, o hábito de restringir a discussão de questões referentes a outros países ao ministério competente. De modo que, salvo quando a ratificação de um tratado internacional é colocada em questão diante do Congresso Nacional, os debates sobre política internacional circulam predominantemente pela presidência e pelo Ministério das Relações Exteriores.

Nossa proposta inicial era realizar, em relação aos enunciados postos em circulação pelo governo estadunidense, um recorte simétrico àquele que propusemos frente à porção brasileira do nosso material de análise. Dessa maneira, restringiríamos nossa análise aos dizeres dos representantes da presidência dos Estados Unidos e de sua Secretaria de Estado, o correspondente local do nosso Ministério das Relações Exteriores. Nesse sentido, achávamos especialmente relevante o fato de que o então Secretário de Estado escolhido por George W. Bush fosse Colin Powell, general aposentado do exército daquele país. No entanto, notamos que, no âmbito da Secretaria de Estado estadunidense, eram privilegiadas questões de política e economia da relação dos EUA com países alinhados. No período que selecionamos, pouco se falou tanto da Venezuela quanto do Brasil na secretaria então comandada por Colin Powell.

Isso não significa, no entanto, que os governos desses países tenham sido discutidos apenas raramente pelos representantes estadunidenses entre 2002 e 2006,

mas apenas que o fórum predominante no que diz respeito à sua circulação não foi a Secretaria de Estado: foi, ao contrário, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Como discutiremos mais adiante, o privilégio desse órgão tem implicações importantes para nossa análise, especialmente porque coloca em cena um desdobramento da tendência de tomar regimes políticos alheios como questões discutíveis no espaço internacional: tomá-los como matéria de segurança nacional. Posto o significado que a circulação dos enunciados sobre o Brasil entre 2002 e 2006 no Departamento de Defesa assume para nossa análise, optamos por destacar a assimetria entre os lugares ocupados pelo Brasil e pelos Estados Unidos nas políticas internacionais estadunidense e brasileira, respectivamente. Agindo dessa forma, pudemos destacar conflitos constitutivos do discurso liberal, uma vez que o próprio governo Lula não se define pela negação do liberalismo, mas por uma relação contraditória com ele que visa a compatibilizá-lo com políticas sociais – conflito que aparece em seus pronunciamentos destinados aos Estados Unidos. Deteremo-nos, portanto, sobre os enunciados em circulação no Departamento de Defesa a cargo do secretário Donald Rumsfeld e do subsecretário Paul Wolfowitz.

A última consideração em relação ao recorte que propusemos diante do material diz respeito à maneira distinta como os enunciados que pretendemos analisar são apresentados. Os EUA disponibilizam um arquivo exaustivo com todas as declarações, entrevistas e com todos os pronunciamentos dados pelos representantes das secretarias ligadas ao governo federal. Trata-se de transcrições detalhadas desses discursos e dessas entrevistas, ao passo que, no arquivo brasileiro, igualmente completo, encontram-se pronunciamentos e entrevistas tal qual foram publicados na imprensa. No caso dos primeiros, o que o Estado americano oferece por escrito é bastante próximo daquilo posto em circulação na mídia, dada a proximidade da fala a um texto preparado previamente. As entrevistas, no entanto, apresentam um problema diferente. Nas transcrições, temos acesso às perguntas conforme foram elaboradas pelos jornalistas e as respostas tal qual foram dadas. Não há a editoração presente na maneira como o resultado desses diálogos é publicado. Temos, para a análise, também a voz do repórter, um dado a que, de início, pretendíamos dedicar pouca atenção. À medida que tomávamos contato com as transcrições, no entanto, tornou-se claro que a

menção ao Brasil não partia dos representantes do governo estadunidense em qualquer das entrevistas em que nosso país foi discutido. Pelo contrário: eram os entrevistadores que levaram, em todos os recortes, o Brasil ao Departamento de Defesa. Essa característica nos levou a dar destaque também aos enunciados dos jornalistas na medida em que tivemos acesso a eles.

É necessário destacar, de antemão, que, ao longo deste trabalho, resistimos a reunir os jornalistas cujos enunciados analisamos sob a égide do termo *imprensa*. Foi o modo como as transcrições das entrevistas são apresentadas, em que temos contato com a fala de cada um dos entrevistadores o que motivou essa opção. No momento da entrevista, não tratamos da imprensa como instituição, pois as falas não foram editadas, apagadas e processadas no processo de preparação para a publicação. Essas etapas são constitutivas daquilo que entendemos como discurso imprensa. Dessa forma, não se trata, estritamente, do discurso da imprensa. A posição que os repórteres ocupam na cena enunciativa da entrevista é bastante especial, pois eles não são constituídos apenas como cidadãos, mas representam também o jornal, a revista ou o programa televisivo que os contratou e, em última análise, a imagem que fazem do público leitor/espectador da mídia que o empregou. Nesse sentido, enunciam a partir da posição-sujeito-jornalista. Por outro lado, o texto a que temos acesso constitui um momento da produção distinto da publicação, não tendo passado pelas etapas a que nos referimos como essenciais para o funcionamento discursivo da imprensa. Se, por um lado, enunciam a partir da posição-sujeito-jornalista, por outro, aquilo que dizem – tal qual dizem – não pode consistir em discurso da imprensa. Não se trata, portanto, de negar que a fala dos jornalistas seja determinada por sua posição-sujeito e pela orientação ideológica do jornal por eles representado, mas de reconhecer que, nas transcrições, tratamos de um momento singular da enunciação, distinto daquele encontrado acabado na imprensa. É por esse motivo que propomos que, na cena enunciativa da entrevista sobre a qual nos debruçamos, o entrevistador seja tomado por porta-voz, na dimensão discursiva do termo. Pêcheux (1990) define essa figura discursiva como

“[...] ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é

antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior (p.17).”

Dessa forma, o porta-voz é representado como uma figura de entremeio, como testemunha e representante. Pêcheux conta que o papel constituiu-se durante a Revolução Francesa, dada a necessidade de mediação entre os cidadãos e o poder instituído. Essa mediação, no entanto, é campo de conflito, pois o porta-voz encontra-se sempre no lugar de recuperação e de (re)formulação quando dá visibilidade à voz daqueles que ele representa diante do Estado, de modo que o deslizamento é inerente à enunciação. À medida que esse mediador recupera os discursos do povo e enuncia-os, transformando-os em uma só voz, sua posição desloca-se de membro para representante dessa comunidade. Esse divórcio relutante, porém necessário, é constitutivo da posição-sujeito do porta-voz. Torna-se impossível que ele ocupe o lugar do povo, ainda que – e, justamente, porque – seu papel seja ser seu enunciador.

É necessário destacar uma diferença entre o porta-voz de Pêcheux e o jornalista em contato com o Departamento de Defesa. No discurso liberal, a relação entre povo e poder constituído não é representada como oposição – o que implicaria interpretar o Estado como adversário – mas como continuidade da sociedade civil. No entanto, a singularidade do entrevistador como porta-voz é que, diferentemente do que ocorria na Revolução Francesa, em que o representante levaria o consenso de uma deliberação de que ele mesmo participou ao poder instituído, a relação entre jornalista e público é mediada pelo próprio jornal. Ainda que, ao escrever, ele fale “diante dos seus”, o ato de deliberação de que aquilo que ele leva ao poder constituído resulta é indireto. No entanto, essa natureza indireta do processo reproduz, na dinâmica do porta-voz, o deslocamento imposto pela democracia representativa liberal – o que faz sentido no material que analisamos. Quando o jornalista assume seu papel na cena enunciativa da entrevista, aquilo que ele leva ao representante do governo não é resultado da deliberação direta dos seus. No entanto, no funcionamento do discurso liberal, da

maneira como se articulou nas últimas décadas, encontram-se alternativas à deliberação direta. Para o neoliberal Fábio Wanderley Reis (Reis, 1994), por exemplo, a sociedade civil seria dispensável diante do conceito de “mercado político”, pois o indivíduo agiria segundo os mesmos parâmetros como agente econômico e como cidadão. Dessa forma, a escolha da alocação de capital seria uma escolha política no discurso liberal. Comprar é interpretado como deliberar – uma inversão que passa a constituir o processo deliberativo, pois seu único resultado possível passa a ser aquilo que já está enunciado e publicado. Assim, no discurso liberal, a tiragem do jornal autoriza o entrevistador a representar seu público leitor.

A novidade é que, no momento da entrevista, se coloca para o jornalista um jogo entre duas formações imaginárias: a imagem que faz de seu leitor e a imagem que faz do entrevistado como representante do poder instituído. Quando ele pergunta, ocorre uma sobreposição desta última à imagem que ele acredita que o público leitor faz do governo. Tomemos como exemplo a maneira como o jornalista Andres Oppenheimer, do periódico *Miami Herald*, abre sua entrevista com Donald Rumsfeld:

“[...] o senhor fez duas visitas à América Latina ao longo dos últimos cinco meses. O senhor sente que o Exército dos EUA está perdendo sua influência na região ou qual é a razão pela qual o senhor vai, o senhor tem ido tão frequentemente à América Latina recentemente?”<sup>13 14</sup>(tradução minha)

Oppenheimer não fala da presença econômica ou política dos EUA na América Latina, mas de sua influência militar. Trata-se de uma pergunta pautada por uma interpretação do governo Bush que o caracteriza como uma recuperação do intervencionismo militar no subcontinente, característica da administração de Reagan. A influência do Exército estadunidense na região, cuja decadência é apontada pelo jornalista, é herança das operações abertas e clandestinas levadas a cabo durante os anos 80. Rumsfeld, no entanto, inicia sua resposta da seguinte forma:

“[...] Nós temos excelentes relações de exército para exército no

---

13 “Secretary Rumsfeld Interview with Andres Oppenheimer, Miami Herald”  
<http://www.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=3298> Consulta: 05/06/2011

14 “[...] you've made two visits to Latin America over the past five months. Do you feel the U.S. military is losing influence in the region or what's the reason why you're going, you have been going so often to Latin America recently?”

hemisfério e as temos por muitos bons anos.”<sup>15</sup> <sup>16</sup>(tradução minha)

A interpretação destacada pelo Secretário de Defesa não é de influência, mas sim de relações militares simétricas, proporcionalidade reforçada pela caracterização do referencial como *hemisfério*, apagando a desintegração implicada pela sugestão de uma fronteira entre América Latina e América do Norte. Os sentidos sobre o papel do Exército dos EUA alhures postos em circulação são substancialmente diferentes nas duas formulações. Para nossa análise, caracterizar o jornalista como porta-voz do povo permite delinear interpretações em circulação fora do governo dos EUA. Pudemos perceber, através de sua contraposição à imagem que os representantes do Departamento de Defesa fazem do próprio governo, uma distância paupável entre duas posições-sujeito frente ao discurso liberal, o que aponta para um deslocamento entre Reagan e Bush, ainda em processo e que ainda gera conflitos na materialidade da língua.

O papel desempenhado pelos entrevistadores em trazer ao Departamento de Defesa dos EUA a discussão sobre a presidência brasileira aponta para uma formação imaginária dos jornalistas em relação ao governo de George W. Bush, resultado de um processo histórico, e – mais importante para nossa análise – trazia a possibilidade de entrever um deslocamento entre essa formação imaginária e aquela da administração americana em relação a si mesma. A imagem que os jornalistas fazem do governo Bush é pautada por uma ideia de continuidade do governo Reagan que foi, inclusive, reforçada ao longo da campanha eleitoral do presidente republicano. O fim da Guerra Fria, no entanto, trouxe desdobramentos significativos, especialmente em relação à perspectiva dos sujeitos dos Estados Unidos sobre a(s) democracia(s) fora daquele país. Esse deslocamento constitui a imagem que os representantes do governo Bush fazem de si mesmos. A história do Partido Republicano no poder, marcada pelo intervencionismo de Richard Nixon, de Ronald Reagan e de George H. W. Bush, constitui os membros tanto da imprensa quanto da administração de George W. Bush.

---

15 Idem

16 “[...] We have excellent military to military relationships in the hemisphere and have for a good many years.”

No entanto, esses sujeitos enunciam a partir de posições-sujeito distintas, o que viabiliza uma incongruência entre as formulações dos jornalistas e do políticos a respeito da natureza do intervencionismo de Bush e de sua articulação com *democracia*. Essa contradição, constitutiva do discurso republicano nos anos que sucederam 2001, aponta para um deslocamento de Bush em relação membros de seu partido que ocuparam a presidência dos Estados Unidos anteriormente, como veremos mais adiante.

A maneira como o Estado brasileiro disponibiliza o arquivo de entrevistas e pronunciamentos do governo Lula carrega algumas diferenças em relação a seu correspondente setentrional, o que impõe uma segunda assimetria entre as porções estadunidense e brasileira do nosso trabalho. No que diz respeito aos pronunciamentos oficiais, o Ministério das Relações Internacionais oferece cópias dos textos lidos pelo ministro Celso Amorim e pelo presidente Lula. Nesse sentido, o acesso a eles não difere significativamente do oferecido pelo arquivo estadunidense. Em relação às entrevistas, no entanto, o caso é outro. Ao invés de oferecer transcrições da cena enunciativa da entrevista, o MRE disponibiliza cópias das matérias que resultaram dessas entrevistas. São editoradas, algumas respostas são reorganizadas, os dizeres dos repórteres, frequentemente, apagados. Trata-se, portanto, de um outro momento de enunciação: são entrevistas tais quais são publicadas nos veículos de imprensa – editadas e recortadas. Não temos acesso à cena de enunciação da entrevista, mas sim ao texto resultante que circulou em revistas e jornais, bem como nos noticiários no rádio e na televisão. As perguntas, portanto, não são dizeres dos jornalistas, mas da imprensa, pois passaram por todo o processamento que constitui seu discurso. Por esse motivo, optamos por retirar do domínio do nosso corpus as entrevistas concedidas pelos representantes do Estado brasileiro. O que nos interessa, na análise, não é a voz da imprensa, mas sim a voz do entrevistador, em seu contato com os representantes dos governos. Há uma diferença que pretendemos explorar no capítulo dedicado a essas interrogativas. Ateremo-nos, portanto, apenas aos pronunciamentos oficiais do governo Brasileiro realizados entre 2002 e 2006.

Com todas essas condições que determinaram o recorte que fizemos do nosso material de análise, temos como conjunto de enunciados a serem analisados:

- As formulações do Departamento de Defesa dos EUA e dos sujeitos que entrevistaram seus representantes sobre a presidência brasileira

- As formulações da presidência brasileira sobre o governo estadunidense

Visando a dar um panorama do nosso material, é necessário que façamos uma relação das fontes de onde os recortes dos enunciados foram retirados. Todo o material analisado foi obtido nos extensos arquivos digitais disponibilizados pelas instituições estadunidenses e brasileiras. O sítio do Departamento de Defesa dos EUA oferece acesso a todos os pronunciamentos e entrevistas de seu presidente no que diz respeito a questões de segurança nacional, bem como a todas as falas públicas do Secretário da Defesa – cargo ocupado, ao longo do governo Bush, por Donald Rumsfeld – e do subsecretário – que, então, era Paul Wolfowitz. Além disso, há pronunciamentos e entrevistas de militares sobre operações específicas. Em geral, trata-se de uma exposição de dados técnicos, como alocação de tropas, gastos com sua manutenção etc. Uma vez que, entre 2002 e 2006, o Brasil não foi alvo de qualquer operação militar, não há nenhuma menção ao país nessa porção do arquivo, de modo que pudemos descartá-la da análise. As demais instituições americanas também dispõem de arquivos digitais, embora nenhum deles seja tão completo quanto o oferecido pelo Departamento de Defesa.

Optamos por manter nosso foco sobre o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, pois se trata do espaço onde circulam as questões sobre a segurança nacional estadunidense. Quando se fala sobre o Brasil nesse espaço, trata-se o país como uma questão de segurança dos EUA. Analisaremos mais adiante os efeitos de sentido e as contradições no discurso liberal que discutir o país nesse espaço traz à tona. As transcrições das entrevistas concedidas pelos representantes do Departamento de Defesa contam com uma transcrição bastante completa, não apenas de suas respostas, mas também das perguntas dos jornalistas, tal qual foram colocadas. Conforme já ressaltamos, todas as discussões sobre o Brasil que observamos nesse material foram introduzidas pelos entrevistadores e não pelos representantes do governo, o que nos motivou a estender a análise também a seus enunciados. Sendo assim, a porção estadunidense do nosso material é composta quase que exclusivamente por entrevistas. Há apenas um pronunciamento – de Donald

Rumsfeld – que incorporamos ao trabalho: dado ao Clube Nacional da Imprensa em 2005. Nele, o secretário não se refere diretamente ao Brasil, mas a toda a América Latina.

Há entrevistas dadas a repórteres de diversas nacionalidades disponíveis no arquivo digital do Departamento de Defesa, mas, em geral eles trazem interrogações sobre as políticas estadunidenses em relação ao seu próprio país. Assim, contamos apenas com a única entrevista concedida por Rumsfeld a um jornalista brasileiro no período compreendido pela pesquisa, a Eurípedes Alcântara, da Revista Veja, em 2005 – Cuba e Venezuela também são mencionadas na conversa. As demais entrevistas que compõem nosso recorte foram todas realizadas por jornalistas estadunidenses. Trata-se de um conjunto de dez entrevistas, mas há apenas duas em que se faz menção direta ao Brasil. Uma delas, cujas perguntas foram propostas por Constantine Menges, que havia ocupado um cargo significativo no Departamento de Defesa de Ronald Reagan, ocupa lugar de destaque no capítulo sobre a voz dos jornalistas.

No que diz respeito à parte brasileira do material que analisamos, foi impossível ater-se a enunciados postos em circulação pelo Ministério da Defesa para manter a simetria das opções que fizemos: os Estados Unidos não são mencionados naquele âmbito durante o período selecionado. Essa ausência implica o reconhecimento da soberania daquele país, pois suas questões internas não são tratadas como nosso problema. A outra assimetria diz respeito à opção por excluir as entrevistas disponibilizadas pelo arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Ao contrário do que ocorre em seu correspondente no Departamento de Defesa estadunidense, as entrevistas são exibidas tal qual foram publicadas em revistas e jornais. Não temos, portanto apenas a voz do jornalista, mas teríamos que lidar com a imprensa como instituição.

Em consequência disso, ao contrário do que fizemos com a porção americana dos enunciados, nos concentramos sobre os pronunciamentos de Lula sobre os Estados Unidos no período. Foram apenas três: o primeiro, de 2002, quando o presidente recém-eleito foi recebido por Bush e falou à imprensa; o segundo, de 2003, não teve um representante americano como interlocutor – trata-se de um

pronunciamento a presidentes sul-americanos, buscando firmar uma posição comum nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas. O último discurso compreendido por esta pesquisa foi proferido também pelo presidente, em junho de 2003. Esse último, de ordem geral como o primeiro, teve como interlocutores, além de Bush, os demais presidentes dos países que integram o G8, o grupo que reúne as maiores economias do mundo.

### ***Dispositivo teórico***

O sujeito é constituído historicamente pela linguagem e, nela, é interpelado pela ideologia. É nesse processo de interpelação que ocorre a determinação da direção dos efeitos de sentido. Na direção desses sentidos, a ideologia se materializa como discurso e naturaliza o que é produzido na relação do histórico e do simbólico (Orlandi, 1999) criando a ilusão de que aquela forma de dizer é a única possibilidade e de que a linguagem é, portanto, transparente. No entanto, a produção do discurso se dá numa relação direta com os esquecimentos 1 e 2, tais como postulados por Pêcheux (1975), ou seja, com o esquecimento de que o sujeito não é a origem de seu dizer e de que o dizer sempre pode ser outro. Sob essa perspectiva, os objetos desta pesquisa são tomados como discursos, constituídos pelas condições de produção que envolvem sujeito e estrutura, numa relação indissolúvel entre discurso, sujeito e história.

Com base nessas considerações, visamos a colocar em operação um dispositivo teórico que mobilize uma interpretação que não se atenha aos conteúdos mobilizados em um texto, mas que busque as vias pelas quais os objetos simbólicos produzem sentido. Trata-se, portanto, de se debruçar sobre os próprios gestos de interpretação (Orlandi, 1999). Essa produção de sentidos é resultado de um círculo de significância em que, ao mesmo tempo, os objetos simbólicos trazem, fazem e recebem sentidos na sua relação com o sujeito no discurso. Para tanto, adotamos como metodologia de contato com o corpus deste trabalho o dispositivo analítico proposto por Pêcheux e Fuchs (1975), dividido em três esferas inter-relacionadas, que Eni Orlandi (1999, p.77) sistematizou da seguinte forma:

1ª etapa:	Passagem da	superfície linguística ----- texto (discurso)
		para o
2ª etapa:	Passagem do	objeto discursivo ----- formação discursiva
		para o
3ª etapa:		processo discursivo ----- formação ideológica

Na nossa leitura, partimos da superfície linguística - no caso deste trabalho, os pronunciamentos e entrevistas de representantes do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, os dizeres dos jornalistas no contato com esse departamento e os pronunciamentos da presidência brasileira e de seu representante plenipotenciário, o ministro das relações exteriores – e realizamos recortes que visassem a responder às perguntas de análise que propusemos anteriormente. Esse processo, durante boa parte do trabalho, foi circular: organizávamos as sequências discursivas a partir de perguntas preliminares, mas a análise nos levava, repetidamente, a fazer outras perguntas. Esse procedimento nos permitiu eleger, finalmente, aqueles critérios de delimitação cronológica e institucional descritos no capítulo anterior e passar a recortes mais significativos, que constituíram o corpus. Este, por meio do batimento entre descrição e interpretação, torna-se o objeto discursivo. Uma vez que esse objeto – no procedimento proposto na Análise de Discurso materialista – é aberto, os recortes a partir dos quais ele é construído passam por diversas redefinições ao longo da análise. A consideração das condições de produção (que no que concerne à nossa análise acabamos de descrever) orienta tanto a constituição do objeto discursivo quanto a análise das sequências discursivas nele compreendidas.

Considerando os Estados brasileiro e estadunidense como as instituições de referência para os enunciados sobre os quais nos debruçamos no nosso trabalho, nossa leitura procurou identificar, antes de tudo, as formações ideológicas estruturantes dessas instituições.. Debruçando-nos sobre nosso corpus, passamos a buscar as formações discursivas que correspondem às formações ideológicas em jogo nos funcionamentos que nos propusemos a compreender. As formações discursivas

determinam os sentidos do dizer, ou seja, elas determinam o dito, o não-dito e o como é dito, o possível e o impossível de ser enunciado.

### 3. Uma democracia em particular

#### ***A forma final de governo humano***

À medida que tecíamos as considerações preliminares sobre as condições de produção dos enunciados que compõem nosso material de análise no capítulo anterior, pudemos concluir que os sentidos de democracia no ocidente a partir do fim do conflito bipolar entre os EUA e a URSS encontravam-se no centro de nossa reflexão, de modo que demandavam análise. O economista e filósofo estadunidense Francis Fukuyama tornou-se notório, na última década do século passado, por sua análise da situação política internacional que seguiu o fim da Guerra Fria, publicada no ensaio “The End of History?” e sintetizada na frase:

“Podemos estar testemunhando não apenas o fim da Guerra Fria ou a passagem de um período particular da história pós-guerra, mas o fim da história como tal: o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como a forma final de governo humano.”<sup>17</sup> (Tradução minha)

*Democracia*, no trecho, é acompanhada de adjetivos significativos: “*Western*” (ocidental) e, principalmente, *liberal*. Este último termo encontra ecos constantes em enunciados com que nos deparamos em nossa investigação, seja através da sua própria reprodução ou de palavras como livre e liberdade, o que nos levou a concluir que a articulação entre *democracia* e *liberal* é constitutiva do funcionamento discursivo que nos propúnhamos a descrever. O par, portanto, demandava investimento analítico. Adicionamos aos termos que acabamos de mencionar, ainda, *liberalismo* como objeto de análise. Isso se justifica pelo fato de que o campo de concentração deste trabalho ser predominantemente político. *Liberal*, como argumentaremos mais adiante, é um termo bastante reiterado no discurso político, com sentidos diversos. No entanto, quando buscamos um conjunto de princípios suficientemente estabilizado para que

---

<sup>17</sup> “What we may be witnessing is not just the end of the Cold War, or the passing of a particular period of postwar history, but the end of history as such: that is, the end point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government.”

possamos tomá-lo como doutrina política, deparamo-nos com a nomeação *liberalismo*, resultante de *liberal*.

Notamos que Fukuyama propõe uma perspectiva evolutiva sobre a ideologia, submetendo-a a um sistema de valores. Dessa forma, o economista estadunidense concebe a democracia liberal ocidental como o cume do longo percurso histórico da humanidade. Com a crise do pólo adversário, que significaria o fim de uma História baseada na dialética, não haveria obstáculos para a universalização desse regime. Esse argumento foi desconstruído tão logo foi publicado, mais notoriamente com o advento da tese do “choque de civilizações” de Samuel Huntington, de modo que encontra poucos ecos na ciência política posterior. No entanto, no que diz respeito à política externa estadunidense durante o governo George W. Bush (2001-2009), a ressonância é significativa, especialmente na medida em que a formulação permite dissociar a democracia liberal ocidental de uma nação e de uma ideologia para universalizá-la como meta final da humanidade. A articulação teleológica proposta por Fukuyama, em que a democracia liberal é sustentada num processo histórico que só poderia tê-la como fim, é central para nossa discussão, de modo que demanda que nos debruçemos sobre essa história para analisar a maneira como a própria naturalização do regime – e, conseqüentemente, sua des-historicização – são postas em funcionamento no discurso liberal. Visamos a compreender, portanto, a articulação que nele se opera entre o liberalismo, a democracia e a questão da soberania nas relações internacionais do início do século XXI.

No discurso liberal, a sustentação do Estado-nacional articula-se, necessariamente, com a concessão do poder pelo povo. Há governo legítimo porque o povo permite, ativamente, que o governem, de modo que a ingerência do Estado não configura o fim da liberdade, apenas sua socialização. A ideia de concessão de poder sustenta a obra dos contratualistas do século XVII e XVIII. Tanto no *Leviatã* (1651), de Thomas Hobbes, quanto nos *Tratados sobre o governo civil* (1690), de John Locke, entende-se que essa concessão é feita através de um contrato social, em que a admissão de um governo formal permite que a sociedade passe do estado natural para um estado civil. Para Locke, a divisão dos poderes do Estado é fundamental para a

manutenção desse contrato, uma vez que evita a concentração do poder nas mãos do soberano ao obrigar este a compartilhá-lo com os representantes do povo no poder legislativo.

Um século depois, Immanuel Kant dedica-se à reflexão sobre os efeitos do advento de estados contratualistas na comunidade internacional. Em *À paz perpétua* (1795), o filósofo alemão defende que a guerra é uma característica de regimes que não se baseiam em um contrato social. Como, nesses casos, o poder emana do soberano, há uma tendência à resolução de controvérsias internacionais através de conflitos armados, pois seu ônus não recai diretamente sobre os ombros do governante. Governos civis, por outro lado, preferem explorar vias pacíficas, uma vez que a sociedade - que sofre as consequências mais penosas da guerra - tem participação direta na partilha do poder. A conclusão de Kant é que a universalização da república gera uma comunidade internacional propensa à manutenção da paz, conjugando, pela primeira vez, a segurança internacional ao regime político interno adotado pelos países em conflito.

O contratualismo teve grande influência no processo de independência dos Estados Unidos. A adoção de uma política de intervencionismo por parte da Grã Bretanha, depois de um longo período de relativa autonomia da colônia, para reequilibrar as finanças da metrópole desestabilizadas pela Guerra dos Sete Anos, abalou o pacto de sujeição dos súditos ingleses no Novo Mundo. A participação de contratualistas no processo revolucionário foi significativa, com destaque para Thomas Paine, que defendia que a independência era essencial para o estabelecimento de um verdadeiro contrato social na América do Norte em seu panfleto “Senso Comum” (1776). Meses depois, os Estados Unidos viviam a primeira experiência republicana aplicada a um território nacional da modernidade. A consolidação de uma democracia federalista no país durante do início do século XIX o transformou em um modelo de aplicação do regime para o ocidente, especialmente depois da publicação de *A democracia na América* (1835), em que Alexis de Tocqueville elogiava a defesa da liberdade individual pela política norte-americana. Essa identificação entre os Estados Unidos e a doutrina da soberania popular, já incipiente desde então, foi consolidada

durante o pós-guerra, com a derrota do fascismo na Europa e a polarização do mundo entre a democracia representativa liberal da potência e o socialismo unipartidário soviético.

Como reflexo dessa história, George W. Bush assumiu o governo de um país que há muito tempo se interpretava como berço da democracia, o que aponta para novos significados sobre o século XIX no continente, orientados por uma história teleológica posterior às contingências do século XX. A “guerra ao terror” declarada pela administração diz respeito também a esse reposicionamento da nação como mãe, portanto – do ponto de vista discursivo – autora da democracia. Conforme já discutido, enquanto “terror”, pela indefinição do termo, estende os domínios do conflito ao mundo, “guerra” prevê uma ação armada. Essa formulação, feita em contexto global em que a diplomacia dos Estados Unidos busca a condenação internacional de regimes que não sigam determinados parâmetros de democracia liberal, aponta para uma perversão da teoria kantiana da paz perpétua. Em nome da manutenção da paz, os regimes destoantes são ameaçados com a guerra.

Existe, antes de tudo, uma incompatibilidade teórica entre a perspectiva idealista sobre a democracia e sobre o liberalismo, de cuja história acabamos de traçar os contornos, e a abordagem proposta pela Análise de Discurso materialista a que nos filiamos para a realização deste trabalho. A partir dos pensadores iluministas, passa a se supor, no regime representativo, a possibilidade de uma aliança plena entre Estado e sujeito. Ainda que não houvesse um exemplo dessa identidade consumada, essa aliança é apresentada como a luz a que as sociedades civis devem aspirar como meta final: a realização total da democracia. Como toda luz, é pura, unívoca e imaterial: é uma idealização de uma relação irrealizável em plenitude.

Se considerarmos, no entanto, que a relação do sujeito com o Estado é se sustenta no discurso, ela torna-se inerentemente fluida. Por um lado, há uma repetição inescapável. Somos sujeitos de um funcionamento discursivo hegemônico que viabiliza a sustentação do poder instituído. É na repetição, no já-dito, que a nossa relação com o Estado se reproduz. Nesse sentido, tudo aquilo que dizemos é uma paráfrase daquilo que já foi dito, pois, como sujeitos, temos nossos enunciados limitados por um conjunto

de dizeres possíveis. Por outro lado, há um deslize inevitável no próprio dizer. Como acabamos de estabelecer, tudo o que dizemos pode ser interpretado como paráfrase, uma vez que, para que nossos enunciados façam sentido, só é possível dizer repetindo. A questão é que, quando abordamos a paráfrase, costumamos colocar em foco apenas seu caráter de repetição, de recuperação do mesmo. No entanto, toda paráfrase traz, em si, a diferença – caso contrário, chamá-la-íamos de cópia. Existe, nessa diferença, o deslize, a possibilidade de deslocamento, de outros dizeres. A mudança nasce da diferença na paráfrase.

O resultado disso é que nossa relação com o poder instituído é composta, ao mesmo tempo, pela reiteração da ideologia que o sustenta e por deslizes que podem levar a seu deslocamento. Levando-se em conta essa contradição, fora de nosso controle, não é possível conceber uma relação entre o Estado e o sujeito em que ambos sejam engrenagens cujos dentes – todos – encaixam-se perfeitamente, sem falhas. Tal representação dessa relação não deixa espaço para o deslize inerente ao discurso. Para nossa análise, são significativos os efeitos de sentido dessa idealização da relação entre sujeito e Estado, pois eles permeiam o político no discurso liberal e mobilizam a ideia de universalidade e de naturalidade da democracia liberal ocidental.

Observando o percurso histórico do regime político, notamos que a articulação entre *liberal* e *democracia* se sustentou praticamente ao longo de toda a discussão sobre ele ao longo da história moderna. Não seria possível, portanto, falar sobre o funcionamento de *democracia* sem falar sobre *liberal*. Retomando o Brasil como questão referencial do nosso recorte, chegamos, portanto, a nossa questão discursiva:

- Como *liberal* é significado nos discursos políticos que colocam em circulação a relação entre o governo Lula e o governo Bush?

Esse novo enfoque teve como resultado imediato a reconsideração do recorte analítico para o qual nos dirigíamos inicialmente. Em primeiro lugar, pudemos notar que nosso primeiro recorte, que já havíamos descartado por outros motivos, apresentava ainda, um desafio conceitual: os três governos selecionados como foco apresentavam diferenças significativas, tanto nas políticas sociais e econômicas que adotaram quanto naquilo que os líderes em questão representavam frente a seus

respectivos países. Aceitar como pressuposta uma identidade entre eles baseada nas reservas apresentadas por esses governos em relação ao liberalismo significaria assumir, na análise, uma perspectiva permeada justamente pelo discurso liberal que pretendemos analisar – posto que definiríamos os governos pela negação, pelo *não-liberalismo*. Isso implicaria um problema metodológico e resultaria numa descrição política generalista demais para o trabalho de análise. Em segundo lugar, colocamos uma interrogação à iniciativa de nos atermos às questões referentes à palavra *democracia*. Nossa primeira abordagem, diante do par *democracia liberal* – recorrente nos enunciados dos representantes do governo estadunidense – deixava que nosso foco recaísse sobre o primeiro termo, num processo análogo àquele da lógica da gramática normativa que nos constitui, em que *democracia* é núcleo e *liberal*, adjunto. De fato, a discussão sobre a natureza do regime político é pertinente ao nosso trabalho, de modo que dedicaremos, mais adiante neste texto, algumas páginas a traçar o percurso do termo na história, bem como as razões que mobilizaram sua associação àquilo que se toma por *liberalismo* nas orientações político-econômicas dadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) aos países candidatos a empréstimos ao longo da década de 1990.

É preciso que se destaque uma diferença fundamental no modo como *liberal* e *liberalismo* funcionam discursivamente, no entanto. *Liberal*, em sua acepção política, relaciona-se também à não-intervenção do Estado, mas não tem o efeito de sentido de recuperar uma trajetória cronológica e institucionalizada implicada por uma doutrina política. *Liberalismo*, por outro lado, recupera um conjunto de prescrições institucionalizadas – ainda que elas estejam, sempre, em debate – que aponta para uma perspectiva histórica adotada pelos sujeitos sobre seus sentidos. *Liberalismo*, portanto, conta a história de uma série de enunciados escritos e institucionalizados que levaram à cristalização de um paradigma político. Isso implica que o *liberalismo*, diferentemente de qualquer substantivo qualificado com o adjetivo *liberal*, é historicizado – tem autores responsáveis por seus sentidos<sup>18</sup> (John Locke e Adam

---

18 Recupero a definição de Orlandi (2004), para quem a autoria é a responsabilização pelos sentidos do enunciado.

Smith<sup>19</sup>, para citar os mais precoces) e tem princípios que, embora tenham seus sentidos constantemente colocados em disputa, lhe são fundamentais (livre circulação de bens e capital em uma sociedade civil). Para tornar as relações a que nos referimos menos confusas ao longo do texto, manteremos os adjetivos que utilizamos neste parágrafo: *liberal* quando nos referimos a núcleos que, embora compartilhem com *liberalismo* os sentidos que discutimos, não passam pela institucionalização própria de uma doutrina política; e *liberalista* quando julgamos tratar de núcleo cuja relação com os princípios associados ao radical em sua acepção política passe pela institucionalização.

Dessa forma, passamos a nos focar sobre o *liberalismo*. Existia, na nossa perspectiva inicial, uma sobreposição difícil de desfazer entre democracia e liberalismo naquilo que chamávamos de *discurso republicano* naquele momento, dada a filiação dos sujeitos, cujos enunciados propúnhamo-nos a analisar, ao partido político estadunidense. Essa sobreposição era resultado de um passo analítico que acabou se mostrando insustentável: havíamos tomado como evidente que *liberalismo* era o substantivo correspondente a *liberal* e, dando pouca atenção ao sufixo, concluímos que, quando os representantes do Partido Republicano estadunidense dizem *liberal*, eles dizem, necessariamente, *liberalismo*. Isso se justificava, em alguma medida, pela partilha que ambas as palavras fazem do radical, mas, principalmente, por um conhecimento anterior de que as medidas defendidas por membros daquele partido são pautadas por preceitos usualmente associados ao liberalismo: a propriedade auto-regulatória da economia de livre-mercado e a crença em uma meritocracia em que, em última análise, não há problema social, há problema individual.

### ***O liberalismo no atual cenário político estadunidense***

Posto que associamos Bush diretamente à tradição liberal clássica do Partido Republicano, é necessário compreender os paradigmas que sustentam as propostas desse partido, bem como seu lugar no panorama político dos EUA. O atual cenário

---

<sup>19</sup> Locke publicou, em 1689, “Dois Tratados sobre o Governo”, onde defende uma sociedade civil baseada em um contrato social e em direitos naturais, e Smith, em 1776, fez circular “A riqueza das nações”, onde enuncia o princípio do *laissez-faire*, basal para a política econômica do liberalismo.

político estadunidense encontra-se polarizado entre o Partido Democrata e o Republicano, que elegeu Bush. O Partido Democrata, atualmente, encontra nas formulações com que economista inglês John Maynard Keynes sustenta teoricamente o Liberalismo Social no ensaio *The end of laissez-faire* (1926). Crítico do liberalismo econômico absoluto, a proposta keynesiana visava a desconstruir a ideia de que, no longo prazo, o processo de autorregulação pelo qual passa o mercado corrigiria as imperfeições econômicas e sociais do sistema automaticamente. “A longo prazo, todos estaremos mortos”, dizia, propondo ação econômica direta do governo. Para combater a crise em que os Estados Unidos mergulharam durante a década de 1930, o então presidente Franklin Delano Roosevelt, democrata, aplicou os conceitos de Keynes em duas instâncias: investiu em obras públicas, promovendo um giro de capital que alimentaria a base da economia estadunidense e, ao mesmo tempo, adensou o programa previdenciário de seu país. A distribuição de capital às classes de ex-trabalhadores oriunda desse programa teve como resultado o aquecimento econômico previsto por Keynes, posto que todo o dinheiro ali injetado era posto em circulação rapidamente, gerando intensa atividade econômica. Com o sucesso do plano econômico de Roosevelt, o Estado de Bem-Estar Social consagrou-se como política paradigmática do Partido Democrata.

Se Franklin Roosevelt tornou-se o político modelo para os democratas, é Ronald Reagan quem desempenha esse papel diante do Partido Republicano. Para combater a recessão herdada da década de 1970, que havia sido marcada pelos dois choques do petróleo, em 1973 e 1979, Reagan colocou em prática um plano econômico bastante heterodoxo, baseado num princípio que ficou conhecido como “Trickle-down economics” (economia do escorrimento). Propunha-se um corte assimétrico de impostos que privilegiasse os donos dos meios de produção, de modo que seriam as taxas pagas pelas classes trabalhadoras que passariam a sustentar o Estado. Acreditava-se que o capital excedente nas mãos dos capitalistas seria reinvestido na produção, criando um ciclo de prosperidade. A ideia do governo Reagan, portanto, é que o capital da elite escorreria até as camadas populares, uma vez que, sob essa perspectiva, os membros da primeira são capazes de uma alocação de verbas mais eficiente e produtiva. Essa política econômica foi de tal forma associada à figura de

Ronald Reagan que passou a ser conhecida como “Reaganomics”.

O governo Reagan foi marcado, ainda, por um acirramento do conflito indireto na Guerra Fria, traduzindo-se no auge da polarização entre capitalismo e socialismo. É importante notar que adotar uma perspectiva que admite o bipolarismo entre EUA e URSS restringe as possibilidades de enunciação de maneira significativa. Mesmo para o governo revolucionário cubano, para citar um exemplo dos sentidos interditados pela perspectiva bipolarizante da história, o alinhamento ao bloco comunista representou uma resignação à restrição dos sentidos determinados historicamente no discurso das potências. Em 5 de fevereiro de 1959, no primeiro grande discurso de Fidel Castro ao povo cubano depois de que o movimento revolucionário assumiu o poder, o líder assegurou os presentes que “não somos comunistas: somos cubanos”. Em visita posterior aos Estados Unidos, reafirmou aos vizinhos do norte: “Eu sei que o mundo pensa que nós somos comunistas, e, claro, eu tenho dito muito claramente que não somos comunistas, muito claramente”. Foi apenas com invasão da Baía dos Porcos, em 1961, por tropas fiéis a Fulgêncio Batista – treinadas pela CIA e financiadas pelo governo estadunidense – que o governo cubano assumiu o alinhamento à União Soviética. Assumir uma posição fora de sintonia com o bipolarismo, durante a Guerra Fria, era *nonsense*.

Até os anos finais da década de 1980, o bipolarismo com que se explicava a situação da política internacional fez que, quando contraposta à profunda estatização soviética, a administração Reagan fosse tomada como uma aplicação direta dos princípios da democracia liberal, independentemente dos desvios conceituais em relação ao liberalismo que apontamos anteriormente, tanto pertinentes à sua política econômica interna quanto às relações internacionais que manteve. A perspectiva polarista, no entanto manteve-se mesmo depois do colapso da União Soviética, mas assumindo outra forma, que implicava na universalização da democracia liberal através da recusa de uma perspectiva histórica que tivesse como resultado assumir o par conceitual como resultado de um processo discursivo/ideológico.

A tese de Fukuyama, em que a democracia liberal é caracterizada como “o ponto final da história humana”, articula-se diretamente com as políticas de Reagan.

Com o ocaso da URSS, decretou-se a falência daquilo que se tinha como única alternativa ao capitalismo – o socialismo. É nesse momento que *capitalismo* também se apaga, dando lugar a *liberalismo* e a toda a naturalização e a toda universalização que atribuímos ao termo. Sob uma perspectiva que resume a história a um embate entre duas formas de produção, a vitória de Reagan na Guerra Fria representou, de fato, o fim da história. Retomamos as palavras de Fukuyama:

“Podemos estar testemunhando não apenas o fim da Guerra Fria ou a passagem de um período particular da história pós-guerra, mas o fim da história como tal: o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como a forma final de governo humano.” (Tradução minha)

A abordagem histórica proposta por Francis Fukuyama representa o ponto mais recente de um debate que encontra suas origens na teoria hegeliana sobre a dialética da história, como aponta o marxista Perry Anderson (1992) na crítica que faz ao artigo do economista nipo-estadunidense. Hegel, quando enunciou pela primeira vez a possibilidade de um “fim da história” no início do século XIX, partia de uma perspectiva sobre os processos históricos que os compreendia como processos de mudança. Dessa forma, eliminando-se a instabilidade que mobiliza esses processos, a sociedade – em equilíbrio – definir-se-ia pela reiteração do mesmo. Esse equilíbrio, para o filósofo, seria atingido quando o par composto pelo liberalismo e pela igualdade jurídica se instaurasse amplamente. O idealista alemão, no entanto, não chega a propor uma previsão para a consumação desse processo. O “fim da história”, em sua formulação, permanece indefinido.

O “fim da história” é mais definido na dialética marxista. Em “Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política” (1859), o filósofo alemão escreve:

“As relações de produção burguesas são a última forma antagonista do processo social da produção, [...] de um antagonismo que decorre das condições sociais da vida dos indivíduos; mas as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a resolução deste antagonismo. Com esta formação social encerra-se, por isso, a pré-história da sociedade humana.”

Marx adota uma perspectiva dialética da (pré)história em que a dinâmica se dá justamente como resultado do antagonismo nas relações de produção. Superando-se as relações produtivas dessa natureza, superar-se-ia a própria história.

Fukuyama recupera, em 1989, a perspectiva hegeliana para colocá-la em operação diante dos acontecimentos do final do século XX. Ao mesmo tempo, estabelece com Marx uma intertextualidade simbólica: sim, o antagonismo resolveu-se, mas justamente com a manutenção das relações de produção burguesas. Para ele, o colapso da União Soviética representa o ocaso definitivo de projetos que privilegiassem a garantia de direitos econômicos através do inchamento do Estado, colocando-a, em consequência disso, acima do liberalismo e da igualdade jurídica. Dessa forma, com o fim da Guerra Fria, a democracia liberal, para Fukuyama, se universalizaria. Antes de tudo, é possível entrever, nas formulações do economista sobre o assunto, o polarismo que, contraditoriamente, passa a permear o discurso liberal no pós-Guerra Fria. Assumir a universalização do liberalismo a partir do colapso de um regime que era tomado por sua nêmesse implica tomar capitalismo e comunismo como os únicos sentidos possíveis da política internacional. De modo que não se pode afirmar que o fim do conflito bipolar tenha levado consigo o polarismo. Na verdade, ele deu origem, no discurso, a um conflito unipolar em escala global. Essa é a contradição fundamental na formulação de Fukuyama que passa a permear o discurso liberal a partir da década de 90: o argumento de que a democracia liberal é universal, de que aspirar ao regime é natural da humanidade, é colocado em operação pelo colapso da URSS e pela vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria. No discurso liberal, portanto, a democracia liberal é, ao mesmo tempo, universal e estadunidense.

Durante a primeira década do século XXI, as formulações sobre a política internacional, realizadas à “sombra das torres inexistentes”, têm tratado o período que compreende do colapso da União Soviética ao atentado contra o World Trade Center como um hiato de pouco importância. A administração de George W. Bush, marcada pela reação ao 11 de setembro, tem sido interpretada como uma retomada direta dos paradigmas perpetuados pelo governo de Ronald Reagan, como se o discurso tivesse sido guardado, à revelia da história, na última década. Não teríamos chegado então ao

“fim da história”, como Fukuyama havia anunciado, mas a uma espécie de hibernação dos processos históricos. No entanto, ao abordarmos os enunciados postos em circulação pelos representantes do governo Bush, pudemos observar que as formulações sobre o liberalismo realizadas entre os dois eventos passaram a ter uma presença significativa na sustentação dos sentidos do discurso liberal. A ideia formulada pelo economista de Chicago de que a aspiração à democracia liberal havia se universalizado com o fim da Guerra Fria – mesmo dissociada de sua consequência na proposta de Fukuyama, o fim da história – pautou a posição-sujeito construída para/pelos representantes civis dos Estados Unidos. O privilégio dessa ideia de universalização é sublinhado, ainda, pelo fato de que a formação imaginária dos jornalistas diante de Bush implica a recuperação da imagem de Reagan, de modo que o contraste entre as duas perspectivas e, conseqüentemente, os deslocamentos sofridos pelo discurso liberal ao longo da década de 90, ficam evidentes.

O efeito da prevalência dessa perspectiva é ambíguo. Por um lado, ideia de que exista um consenso universal sobre a democracia liberal retira a possibilidade de discussões sobre regimes políticos da esfera do debate, pois não haveria real alternativa: tudo o que não seja democracia liberal será ultrapassado ou fantasioso, segundo esse abordagem. Por outro lado, isso tira a garantia de implantação do liberalismo do escopo de responsabilidade dos Estados Unidos, o que gera desconforto na defesa do intervencionismo. Decanta-se daí uma política externa americana em cujos enunciados é possível entrever uma matriz liberal universalista.

### ***Liberal, liberdade e liberalismo***

Dando consequência às interrogações proporcionadas pelo pareamento dos termos democracia e liberal, é necessário tecer algumas considerações sobre a palavra liberal, colocado em destaque não apenas na formulação de Francis Fukuyama transcrita anteriormente, mas também nos enunciados dos representantes do Departamento de Defesa estadunidense – de formas diferentes, como veremos. É necessário destacar, antes de tudo, que Fukuyama não escreveu, em momento algum, *liberalismo* ou *liberalista*. Ele escreveu, sempre, *liberal*. Os representantes do governo

de George W. Bush tampouco disseram essas palavras no recorte que propomos neste trabalho – há, reiterado, apenas o adjetivo *liberal*. Há, sobre a palavra, um complexo entrecruzamento de sentidos determinados historicamente sobre os quais o funcionamento discursivo do liberalismo se assenta. O termo liberal, em sua forma significante<sup>20</sup>, é um adjetivo composto pelo radical liber- (que, de acordo com o Dicionário Houaiss, carrega os mesmos sentidos que livr-). Compartilha, portanto, o radical de livre, de liberdade, de liberalismo. O termo pode ser encontrado numa pluralidade de situações de enunciação, algumas bastante distantes daquilo que se costuma associar ao ambiente político. Um adolescente, por exemplo, pode dizer aos colegas: “Não há problema em voltar para casa depois da meia-noite, pois meus pais são liberais.” Coloquemos em destaque a última oração:

(1) meus pais são liberais

A negação pode ser posta em cena diretamente através do advérbio:

(1N) meus pais *não* são liberais

A iniciativa de parafrasear essa negativa, visando a colocá-la em forma afirmativa, faz chegar a algumas possibilidades:

(1N.a) meus pais *são interventores*

(1N.b) meus pais *são conservadores*

Ambas as orações contém algo contrário à ideia de liberal. É possível aceitar tanto *interventor* quanto *conservador* como possíveis antônimos de liberal. No entanto, não é possível propor, ao menos inicialmente, que *interventor* seja sinônimo de *conservador*, o que implica que há mais sentidos colocados em cena pelo termo original do que os evidenciados por qualquer uma das duas antonímias propostas. Aquela entre *liberal* e *interventor* é insuficiente: com ela, colocamos em cena apenas uma dimensão do termo original e deixamos escapar uma diversidade de outros sentidos. O mesmo ocorre quando opomos *liberal* a *conservador*. Outra possibilidade chama nossa

---

20 Neste trabalho, tomamos o conceito de significante na medida em que ele compõe a dicotomia com significado na composição do signo, conforme proposto por Ferdinand de Saussure no *Curso de Linguística Geral* (1995, pp. 79-81). Falamos, portanto, da dimensão gráfica/acústica do signo, de sua “imagem acústica”.

atenção: opor *liberal* a *não liberal*, o que aponta, ao mesmo tempo, para certa vagueza que a pluralidade de sentidos possíveis empresta ao termo enquanto conjunto de convicções políticas e, também, para a inexistência de outro termo que tenha sido historicamente constituído como antônimo viável no campo das relações políticas e econômicas. Isso implica que, quando se fala *liberal*, limita-se a enunciação de outras convicções ao campo da negativa, ao *não*.

É necessário, portanto, que se descreva mais detidamente os sentidos colocados em cena por *liberal* para compreendermos seu funcionamento discursivo. Para tanto, recuperaremos as duas primeiras dimensões do termo que identificamos através dos antônimos que propusemos anteriormente: a de *liberal* enquanto *não-interventor* e a de *liberal* enquanto *não-conservador*. Há, nesse caso, uma sobreposição de duas dicotomias que permeia os sentidos de *liberal* inclusive na esfera política. Há, ao mesmo tempo, *liberal versus interventor* e *liberal versus conservador*. Os eixos de sentido em que essa dicotomia se opera confundem-se e essa ambivalência contribui para sustentar os sentidos de *liberal* na formulação de Francis Fukuyama a respeito do fim da Guerra Fria. Se concentrarmos nossa análise apenas sobre os sentidos mais diretamente colocados em jogo pela forma significante de *liberal*, tomar *interventor* como seu antônimo parece mais consonante com os sentidos sugeridos por *liber/livre*. Entende-se, assim, *livre* como autônomo, como aquilo que não sofre desvios ou interferências de nada que lhe seja exterior. O *pai liberal* do exemplo na página anterior é aquele que deixa que a vida do adolescente tome seu próprio rumo, sem intervir. Restringindo nossa análise ao campo semântico da política, temos que *Estado liberal* é aquilo que também costuma ser chamado de *Estado mínimo*, pois se entende que não lhe cabe a ingerência sobre os agentes econômicos. Sua intervenção na economia provocaria, para os economistas liberais clássicos como David Ricardo<sup>21</sup>, uma deformação no mercado que pode ter um efeito paliativo no curto prazo, mas que teria consequências estruturais no longo prazo.

No entanto, há limites para a antonímia anterior no funcionamento discursivo

---

21 Ricardo publicou, em 1817, *Princípios da economia política e tributação*, obra em que propõe uma formalização da teoria econômica conhecida posteriormente como Liberalismo Clássico, cujos princípios fundamentais são a defesa de que o mercado é dotado de uma propriedade autorreguladora e de que, portanto, o Estado deve manter-se alheio à economia.

de *liberal* na política: o *Estado mínimo* não é a única configuração possível do *Estado liberal*. A contraposição entre *liberal* e *conservador* traz à tona outras possibilidades que apresentam, inclusive, uma relação contraditória com os sentidos que atribuímos ao termo no parágrafo anterior. No Brasil, ao longo do reinado de Dom Pedro II, a disputa política pela liderança do gabinete real polarizou-se entre o Partido Liberal e o Conservador, como mostra Fausto (2008). É importante notar que, no período compreendido entre a ida de Dom Pedro I a Portugal, em 1831, e sua morte, em 1834, esses dois partidos também eram conhecidos, respectivamente, como *Progressista* e *Regressista* (o termo justifica-se: este partido defendia o regresso de Pedro I durante os primeiros anos do governo provisório). Nesse período, portanto, *liberal* sobrepunha-se a *progressista*, e *conservador*, a *regressista*. Na historiografia brasileira, consagrou-se a interpretação – recuperada por Fausto – de que, no que diz respeito aos projetos políticos, o espectro das discussões do gabinete durante o Segundo Reinado era muito mais reduzido do que a dicotomia entre *liberais* e *conservadores* parece sugerir. A frase do político pernambucano Holanda Cavalcanti, “não há nada mais parecido com um saquarema (epíteto dos conservadores de então) do que um luzia (liberal) no poder”, é utilizada em livros recentes como um sumário da situação política de então. Ambos os partidos visavam a manter a estrutura do Estado brasileiro intacta. Nesse sentido, poderíamos dizer que eram todos conservadores. Por exemplo, o debate sobre a abolição da escravidão, tida como bandeira dos liberais, estendeu-se por mais de meio século (Fausto, 2008) e a Lei Áurea só foi assinada em um momento quando o trabalho escravo havia se tornado economicamente inviável, o que mostra que o entendimento entre conservadores e progressistas pendia para o lado dos primeiros. O trabalho de Mattos (2004) joga uma nova luz sobre essa relação, atribuindo a não realização dos projetos do Partido Liberal a um hábil controle político que os conservadores mantiveram do gabinete.

A dicotomia entre *liberal* (*liberal*) e *conservador* (*conservative*) se sustenta também nos Estados Unidos. No debate sobre a parcialidade política dos veículos de imprensa estadunidenses, os jornais e as emissoras de televisão são divididas por

analistas de grupos como o *Center for Media and Public Affairs*<sup>22</sup> – projeto da Universidade George Mason, em Virgínia – em dois grupos principais: aqueles acusados de possuírem *liberal bias* (parcialidade liberal) e os acusados de possuírem *conservative bias* (parcialidade conservadora). No formulário da pesquisa publicada pela *American Society of Newspaper Editors* (ASNE) em 1997<sup>23</sup>, em que os jornalistas dos EUA eram interrogados diretamente sobre a própria posição política, constavam apenas três opções: *liberal/democrat*, *conservative/republican* e *independent*. Esse dado é relevante, pois se trata de um exemplo da íntima relação traçada também em outros enunciados entre os dois principais partidos políticos estadunidenses e as denominações de *liberal* e *conservador*.

Podemos associar essa sobreposição verificada no espectro político estadunidense àquela paráfrase que propusemos de início com o exemplo fictício dos pais, em que tínhamos, de um lado, que *interventor* era paráfrase de *conservador* e, de outro, que *não-interventor* correspondia a *liberal*. Temos como resultado dessas considerações, de um lado, o grupo *liberal/democrata/interventor* e, do outro, *conservador/republicano/não-interventor*. Essa sobreposição, a que nossa análise nos levou até agora, funciona no plano léxico e contribui para a sustentação do funcionamento discursivo de *liberal* no plano político estadunidense. No entanto, as propostas dos partidos que colocamos em cena, como veremos mais adiante, não representam uma correspondência direta com esses grupos de palavras. Neste parágrafo, seguiremos com as implicações de nossa análise dos elementos que apresentamos até aqui, para depois discutir as novas contradições em que eles resultam. No interior de ambos os conjuntos léxicos, podemos verificar que a sequência de paráfrases que propusemos resultou em uma tensão entre os sentidos produzidos pelos termos. Trocar *liberal* por *não-conservador* não parece causar grande estranhamento. No entanto, quando substituímos *liberal* por *interventor*, a polissemia do primeiro termo gera um equívoco: falamos do *liberal democrata*, cujas políticas econômicas encontram-se na região de maior intervencionismo do espectro político estadunidense, ou do *liberal republicano*, defensor da não-intervenção no campo

---

22 Cmpa.org

23 <http://www.asne.org/kiosk/reports/97reports/journalists90s/journalists.html> (consulta:19/02/2012)

econômico? *Interventor* funciona como paráfrase de *liberal* apenas nessa configuração discursiva particular que o ambiente político dos Estados Unidos assume.

Quando tratamos de política, propor *interventor* como paráfrase de *conservador* não causa estranhamento menor. No Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, encontra-se, como acepção de *conservador*:

[...] que ou o que, em princípio, é contrário a mudanças ou adaptações de caráter moral, social, político, religioso etc.

Baseando-se nessa definição, é possível argumentar que o *conservador* é, por princípio, avesso a intervenções, de modo que *interventor* não faz sentido como paráfrase de *conservador*. Há um par semântico em *liberal/não-interventor* e outro em *liberal/não-conservador*, mas agrupar os termos em *liberal/não-conservador/não-interventor* traz à tona um problema de sentido. Assim, a paráfrase em que se substitui *liberal* por *não-conservador* opera-se num eixo de sentido distinto daquela em que *não-conservador* é posto no lugar de *liberal*.

Se inserirmos nessa discussão os partidos políticos estadunidenses que mencionamos, as tensões de sentido se tornam ainda maiores. Apesar da relativa heterogeneidade interna de ambos, há princípios ideológicos que orientam as políticas propostas por seus representantes em nível nacional – eles encontram-se enunciados nos sítios de seus comitês nacionais<sup>24</sup>. Os republicanos defendem a ideia de que o Estado não deve intervir na economia, alinhando-se aos princípios do Liberalismo Clássico – bastante próximo da acepção mais comum de *liberalismo*. Isso adiciona um novo atrito aos dois conjuntos léxicos que propusemos anteriormente: os republicanos, conservadores, são mais *liberalistas* que os democratas, liberais. Estes, por outro lado, acreditam que agir sobre problemas sociais como o desemprego e o analfabetismo é papel do Estado, fazendo eco às prescrições do Liberalismo Social defendido pelo economista britânico John Maynard Keynes em seu ensaio *The End of laissez-faire*, de 1926. Em princípio, portanto, ambos os partidos são liberais por adotarem variantes do liberalismo como base de sua política, mas, no que diz respeito à flexibilidade com que os membros de cada um deles estão dispostos a abordar os sentidos estabilizados por

---

24 *Republican Nacional Committee*: [www.gop.com](http://www.gop.com); *Democratic Nacional Committee*: [www.democrats.org](http://www.democrats.org)

instituições tradicionais, os republicanos se definem, ainda no sítio de seu comitê nacional, como *conservadores*, enquanto os democratas tomam para si o termo *liberais*. Nessa contradição, é possível entrever os dois eixos de sentido diferentes que se interceptam em *liberal*.

É possível notar, ainda, que assumir como sinônimos os termos dos pares *liberal/democrat* e *conservative/republican* (como ocorre na pesquisa feita pela ASNE que mencionamos anteriormente) põe em circulação, no discurso político nos EUA, uma dicotomia falsa que silencia outros sentidos e outras posições. No conjunto que compreende *democrata* e *republicano*, cabe uma diversidade de outros termos que não são enunciados: *monarquista* e *anarquista*, por exemplo. No entanto, o conjunto de *liberal* e *conservador* não é delineável da mesma forma, com um círculo: é uma linha cujas únicas duas saídas são esses mesmos termos. Na relação entre *liberal* e *conservador*, apenas essas duas posições fazem sentido. Todos os demais sentidos são silenciados. No eixo *liberal-conservador*, *monarquista*, *comunista* e *anarquista* encontram-se no campo do indizível. São, todos, pontos que não pertencem à reta: são os *independentes*.

Finalmente, a própria oposição entre *liberal* e *conservador* que adotamos anteriormente produz sentidos que merecem atenção. Quando abordamos o adjetivo *liberal* a partir de seu radical, encontramos, fundamentalmente, sentidos como *livre* e *liberdade*. Superficialmente, apontamos que, a partir deles, *interventor* seria um antônimo possível para *liberal*. A mesma linha de raciocínio, no entanto, não leva a *conservador* – este termo, considerando seu radical, funcionaria como antônimo de *progressista*. Portanto, há, colocadas em jogo mais diretamente pelas formas significantes em cena, duas linhas de sentido: a primeira liga *liberal* a *interventor* e a segunda vai de *progressista* a *conservador*. Opor *liberal* a *conservador*, como ocorre nos exemplos que mencionamos dos cenários políticos estadunidense e brasileiro, é unir, pela ideologia, segmentos de retas distintas cujos vetores apontam para direções diferentes, o que produz outros sentidos. *Progresso* e *conservação* remetem à ideia de movimento linear, num eixo em que é possível *progredir*, *parar/conservar* e *regredir*. Considerando essa relação, o termo *liberal*, quando contraposto a *conservador*, produz o sentido de progressista, do desejo de – nesse eixo – movimentar-se para frente.

A reflexão que fizemos até agora teve início no enunciado de Francis Fukuyama a respeito do ocaso da União Soviética, em que se caracteriza a “democracia liberal ocidental como a forma final de governo humano”. Após uma série de exercícios parafrásticos, chegamos a duas conclusões principais a respeito das acepções políticas do adjetivo *liberal*: (1) a contraposição recorrente de *liberal* a *conservador* coloca relações políticas mais complexas e diversas em uma relação linear, interditando outras possibilidades de sentido; (2) a mesma contraposição instaura, na linearidade que ela própria estabelece, um movimento de progressão que vai de *conservador* a *liberal*. A partir dessas relações, torna-se possível entrever um discurso em que *liberal* produz o sentido de ponto final de um trajeto. Sustenta-se, assim, a teleologia que observamos nos sentidos de *liberal* na formulação de Fukuyama e dos enunciados de representantes do Departamento de Defesa Estadunidense (sobre os quais nos debruçamos nesta pesquisa) que julgamos seus derivados.

Em torno do termo *liberal* faz-se *liberalismo*, doutrina política e econômica com algumas prescrições bastante estabilizadas em ambos os campos. No que diz respeito à política, há uma idealização do *liberalismo* a partir de sua forma significativa que faz funcionar discursivamente um Estado que, através da não-interferência, mantenha as liberdades religiosa, representativa e de expressão. Em relação à economia, os princípios liberais são semelhantes: defende-se que o mercado não deve sofrer ingerência do governo – acredita-se que a maneira mais justa com que o capital é alocado e distribuído é espontaneamente e que o Estado não tem a prerrogativa de impor a seus súditos o modo como devem gastar seu dinheiro. Esses princípios confundem-se com o processo de independência dos Estados Unidos, iniciado como reação ao recrudescimento do intervencionismo inglês na América do Norte. O movimento de independência articulou-se em torno da revolta causada pelo *stamp act* (1765), que taxava todas as trocas comerciais na colônia. Os federalistas, em especial Thomas Payne e Thomas Jefferson mobilizaram, através de panfletos e textos jornalísticos, um processo de cunho liberal que teve como desdobramento a independência dos EUA (1776). A relação que esse movimento propunha entre Estado e cidadão evidenciava-se no lema que estampava sua bandeira: “Don’t tread on me”

(“Não pise sobre mim”)<sup>25</sup>. Esse enunciado participa do imaginário estadunidense sobre o Estado e, assim, os sentidos de liberalismo – sem que sejam claramente associados à doutrina – sustentam a ideia de nação nos EUA.

Há, finalmente, um sentido produzido por ambos os termos quando utilizados para se referir à política. A relação proposta com *liberal* entre sujeito e Estado produz sentidos na relação entre o sujeito e a sociedade, entre particular e social. Quando David Ricardo propõe um modelo matemático (repetido pelos economistas neoclássicos que visam a defender o liberalismo econômico) para demonstrar a deformação de mercado provocada pela intervenção estatal, o efeito de sentido é que o que está em jogo no debate é a eficiência das propostas políticas e econômicas, mas a sustentação discursiva de *liberal* é, antes de tudo, uma questão de princípios. Os sentidos de *liberal* deixam entrever que o Estado não deve exercer um papel determinante sobre os recursos de seus súditos porque ele não tem essa prerrogativa. Sustenta-se, portanto, que o social nasce da concessão do particular, determinada pelo sujeito. Isso quer dizer que os recursos públicos vêm do privado, divorciando o processo de acúmulo da estrutura determinada historicamente que o possibilita. Isso produz o efeito de sentido de que haja conjuntura sem estrutura, de que o sujeito é resultado apenas das próprias escolhas e dos próprios méritos – de que ele é, em suma, um indivíduo. Trata-se, portanto, de um discurso que leva ao centramento do sujeito, à individualização de seus atos e de uma apropriação que leva a uma ideia de sociedade composta apenas pela soma dos indivíduos que ela compreende. Em outras palavras, *liberalismo* traz, além de suas implicações no que diz respeito à esfera político-econômica, um eco, em seu radical, da palavra *liberdade*.

Encontramos, através da análise de *liberal* e *liberalismo*, conforme esses termos aparecem em enunciados sobre a política estadunidense, uma base do funcionamento discursivo que sustenta os sentidos que observamos no nosso material de análise e que mobiliza os sentidos postos em circulação pelos representantes dos governos liberais brasileiro e estadunidense – exemplares daquilo que por essa razão, chamaremos de sujeito liberal. Colocamos, com isso, a interpelação do sujeito pela ideologia liberal em foco neste trabalho, mas, quando apontamos o centramento do

---

25 A bandeira em questão tornou-se posteriormente conhecida como Gadsden.

sujeito e tendência da formação de uma ilusão de individualidade proporcionada pela extensão do adjetivo *liberal* ao campo político, podemos notar que, em grande medida, falamos do sujeito capitalista, conforme descrito por Orlandi (2007). Segundo a autora:

“[...] a interpelação do sujeito capitalista faz intervir o direito, a lógica, a identificação. Nela, não há separação entre exterioridade e interioridade, mesmo se, para o sujeito, essa separação continue a ser uma evidência sobre a qual ele constrói, duplamente, sua ilusão: a de que ele é origem de seu dizer (logo, ele diz o que quer) e a da literalidade (aquilo que ele diz só pode ser aquilo) como se houvesse uma relação termo-a-termo entre linguagem, pensamento e mundo.”

Algumas conclusões oriundas dessas considerações representaram uma etapa importante do nosso percurso. Entram em cena, evidentemente, ambos os esquecimentos inerentes à enunciação postulados por Michel Pêcheux. Em primeiro lugar, esquece-se que há outros meios de dizer, outras paráfrases possíveis que, no caso mencionado, poderiam chegar a trazer à tona o caráter histórico do liberalismo através da deriva. Há, portanto, o esquecimento de número dois, ou seja, a ilusão de que existe uma correspondência direta – sem derivas – entre língua e mundo. Além desse, há um segundo esquecimento, de cunho ideológico. Ao dizermos, acreditamos que os sentidos originam-se em nós: não nos damos conta da sustentação no discurso necessária às palavras para que os enunciados façam sentido. Esquecemos que os sentidos são determinados pelo modo como estamos inscritos na história e na língua: não somos sua origem. Faz parte da enunciação, portanto, não nos darmos conta da teia de sentidos – constituída historicamente – em que mexemos quando dizemos. Pêcheux chama este último de esquecimento número um.

Para mobilizar nossa discussão em particular, podemos, ainda, fazer uma consideração mais específica no que diz respeito ao liberalismo. A filósofa francesa Vivianne Forester (1997, 2001) argumenta, em sua crítica ao liberalismo, que se trata de uma ideologia tradicionalmente travestida de não-ideologia. Ou seja, o liberalismo definir-se-ia pela ausência, pela não-forma, pelo ilimitado. Existe, portanto, nos sentidos do liberalismo – tal qual determinados no discurso liberal – a ideia de que ele próprio seja não-histórico, seja natural. Como coloca o economista e filósofo de Chicago Francis Fukuyama (1989), celebrizado no pós-Guerra Fria, a democracia liberal é a

“forma final de governo humano”. Não está associada a nações ou povos em particular, mas à humanidade. O liberalismo, nesse sentido, não é interpretado como resultado de um processo histórico, mas como um princípio inato, biológico, de organização social. As considerações de Forrester apontam para uma nova questão. No trecho que extraímos de sua obra anteriormente, Eni Orlandi descreve a interpelação do sujeito capitalista. Quando nos debruçamos sobre o sujeito liberal, encontramos um funcionamento muito semelhante àquele descrito pela pesquisadora. Se, do ponto de vista discursivo, não há distinção significativa, qual é a diferença entre dizer *liberalismo* e *capitalismo*?

De início, podemos dizer que o rótulo *liberalista* parece consideravelmente mais confortável que *capitalista*. É raro que alguém recorra ao segundo termo para definir suas próprias convicções políticas e econômicas. Em geral, *capitalista* é uma acusação, uma crítica à priorização das relações burguesas de produção. É pejorativo. *Liberalismo*, por outro lado, ecoa *liberal* e *liberdade*, fazendo que a individualidade inerente ao *capitalismo* não desapareçam sob a sombra da plutofilia que o radical deste último parece evocar. Além disso, como Forrester aponta, *liberalismo* traz a ilusão de dissociação da história – assim como o desejo de liberdade, a orientação política seria natural, biológica, livre de ideologias. O capitalismo, por outro lado, é ligado pelo próprio termo a uma relação de produção localizada historicamente, desgastada por críticas sistemáticas e por conflitos políticos.

## 4. Interlocuções

### ***Os jornalistas e o discurso liberal: a projeção de Reagan sobre Bush***

A maneira como os discursos referentes aos enunciadores estadunidenses é organizada no arquivo digital do Departamento de Defesa dos Estados Unidos é bastante diferente da maneira como os discursos de Lula são apresentados no arquivo do MRE. Como já apontamos, o Estado norte-americano disponibiliza transcrições bastante exaustivas das entrevistas, que compreendem não apenas os dizeres dos representantes entrevistados, mas também dos entrevistadores – mantendo, inclusive, alguns coloquialismos, hesitações e desvios da norma culta comuns em situações de fala. Como já afirmamos, nenhum dos dois representantes estadunidenses mencionou o Brasil ou o governo brasileiro espontaneamente – estavam sempre atendendo às demandas dos entrevistadores. Esse dado é relevante, antes de tudo, porque aponta para uma incongruência entre o funcionamento discursivo que pauta o dizer dos jornalistas e o do governo dos EUA no que diz respeito à interpretação do Departamento de Defesa como o espaço a que a discussão sobre o Brasil é pertinente, ainda que Rumsfeld e Wolfowitz tenham acolhido a discussão, tendo sido ela introduzida.

Esse descompasso entre os jornalistas e o governo dos Estados Unidos reflete, mais profundamente, o deslocamento que tem sido negligenciado entre o fim do mandato de Ronald Reagan e o empossamento de George W. Bush. Até o fim da Guerra Fria, a política interna de países periféricos era assunto também do Departamento de Defesa estadunidense, uma vez que havia uma prática instaurada de invasões que visavam assegurar a abertura política e econômica desses governos. Naquele momento, a Doutrina Reagan estava em seu auge. Sob uma perspectiva histórica, ela era apenas o elo mais recente de uma corrente que remonta ao Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe (vulgarmente conhecida como a Política do “Big Stick”). Introduzida por Theodore Roosevelt em 1901, ela teve seu nome baseado num ditado popular caro ao então presidente, “Speak softly and carry a big stick” (“Fale suavemente e carregue um grande pau”) e consistia na ideia de que as negociações em âmbito

internacional poderiam tomar a via bélica, caso as possibilidades argumentativas fossem esgotadas. O que sustenta o intervencionismo estadunidense, de Theodore Roosevelt a Ronald Reagan, é a ampliação do poder coercitivo do Estado para além de suas fronteiras. Ao longo dos anos 90, no entanto, a ideia de que a democracia liberal é universal e inata, enunciada por Francis Fukuyama, proporcionou um deslocamento que coloca uma interrogação sobre o intervencionismo estadunidense no século XXI. Como veremos no próximo capítulo, pudemos verificar a manifestação desse deslocamento na materialidade linguística nas várias vezes em que Rumsfeld reitera sua crença na naturalidade do liberalismo e na tendência inata de que os povos têm de persegui-la, o que torna uma eventual intervenção dos EUA prescindível. Por ora, nosso interesse recai sobre os entrevistadores. A pergunta a seguir, feita a Paul Wolfowitz semanas antes da eleição de Lula, traz as características gerais, ainda que um pouco exacerbadas, dos sentidos que encontramos nas formulações dos entrevistadores.

“[...] A outra [perspectiva] que eu gostaria de compartilhar com vocês é que o Secretário Rumsfeld, em seu testemunho de quando ele assumiu o cargo, falou muito sabiamente sobre a importância de ações preventivas prudentes em assuntos de política internacional e de segurança nacional. E acredito nisso, como vocês sabem a partir de nossos muitos anos de convivência.

E eu acredito que há um exemplo agora mesmo, agora mesmo, em que os Estados Unidos da América, a sua administração pode ajudar a evitar um eixo do mal com armas nucleares, incluindo Castro, o regime de Chaves na Venezuela e o radical pró-Castro que lidera [as pesquisas] para a presidência do Brasil, de desenvolver um míssil balístico de capacidade nuclear – o Brasil – que ajudaria a desestabilizar secretamente os países vizinhos. E o que precisa ser feito agora, no espaço de tempo que antecede as eleições, 27 de outubro, é simplesmente dizer a verdade sobre o apoio do Sr. Lula da Silva a organizações terroristas desde 1990, quando ele reunia, todo ano, um grupo com todos os terroristas da América Latina, muitos da Europa, muitos do Oriente Médio e delegações oficiais do Iraque e do Irã.

Se essa verdade fosse amplamente disseminada no Brasil, juntamente com seu interesse por armas nucleares para que ele próprio chamou atenção – e há uma carta, que espero espero que Bill lhe dê, de membros do congresso ao presidente, reproduzindo o Secretário Rumsfeld sobre o interesse do Sr. da Silva em sair... fugir do tratado de armas nucleares, e acredito que você

encontraria um presidente democrático no Brasil em 1º de janeiro de 2003, ao invés de um homem que será um aliado radical do Iraque, do Irã, de Cuba e de todos os Estados que financiam o terrorismo e prejudicam nossa segurança nacional enormemente. Então, eu acredito que há uma enorme oportunidade para um pouco de prevenção.”<sup>26 27</sup> (Tradução minha)

A fala de Constantine Menges – que, antes de entrevistador, já havia sido consultor militar da administração de Ronald Reagan – destaca-se das demais por uma diversidade de motivos. Em primeiro lugar, é incomum que um entrevistador discorra mais longamente sobre a matéria do que o próprio entrevistado. Em segundo, uma vez que Menges é um resquício da Guerra Fria, ele realiza uma exposição do discurso do polarismo de maneira quase caricatural, coroando-a com a referência a Luiz Inácio Lula da Silva como “o radical pró-Castro que lidera [as pesquisas] para a presidência do Brasil”. Não obstante, Menges representa, através dessa radicalização da perspectiva polarizante, uma abordagem que encontra ecos nos demais discursos de jornalistas mais versados na atual gramática das relações internacionais. Ele aponta para a formação de um eixo do mal nuclear, composto por governos de esquerda na América Latina, que representam uma ameaça a ser enfrentada pelos Estados Unidos.

---

26 Constantine Menges. Defense Forum Foundation, 18/10/2002.

<http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=296> Consulta: 05/06/2011

27 “The other that I'd like to share with you is that Secretary Rumsfeld, in his testimony when he was being confirmed, talked very wisely about **the importance of prudent preventive actions in international politics and national security affairs. And I'm a believer in that**, as you know from our many years of association.

And I believe there's an example right now, right now, where the United States of America, your administration, can help prevent a nuclear-armed axis of evil, including Castro, the Chavez regime in Venezuela, and the pro-Castro radical who's now leading for the presidency in Brazil, from establishing a nuclear-armed ballistic missile – Brazil – that would help covertly destabilize neighboring countries. And what has to be done now, in the time before the election, which is October 27th, is simply to tell the truth about Mr. Lula da Silva's support for terrorist organizations since 1990, when he has convened every year a group of all the terrorists from Latin America, many from Europe, many from the Middle East and official delegations from Iraq and Iran.

If that truth were communicated widely in Brazil, along with his interest in nuclear weapons that he himself alerted—to—and you have a letter I hope that Bill will give you from members of Congress to the President, copying Secretary Rumsfeld about Mr. da Silva's interest in removing—getting away from the nuclear weapons treaty—I think you'd find that you'd have a democratic president in Brazil on January 1st, 2003, instead of a man who will be a radical ally of Iraq, Iran, Cuba and all of the state sponsors of terrorism and harm our national security enormously. So I think there's an enormous opportunity to do some prevention.”

Configura-se um polo oposto à democracia liberal que o governo estadunidense, como arauto do regime, deve combater. Isso se reflete, por exemplo, na sugestão de que o Departamento de Defesa eduque o povo brasileiro para que Lula não seja eleito.

Há, portanto, por parte do entrevistador, um diagnóstico da possibilidade de formação, na América Latina de “um eixo do mal com armas nucleares, incluindo Castro, o regime de Chaves na Venezuela e o radical pró-Castro que lidera [as pesquisas] para a presidência do Brasil” (“a nuclear-armed axis of evil, including Castro, the Chavez regime in Venezuela, and the pro-Castro radical who's now leading for the presidency in Brazil”) com a eleição de Lula. Esse diagnóstico é reforçado através de uma série de paráfrases do então candidato filiado ao Partido dos Trabalhadores – além do trecho sublinhado na sequência discursiva anterior, “um homem que será um aliado radical do Iraque, do Irã, de Cuba e de todos os Estados que financiam o terrorismo e prejudicam nossa segurança nacional enormemente” (“a man who will be a radical ally of Iraq, Iran, Cuba and all of the state sponsors of terrorism and harm our national security enormously”). Esse diagnóstico é acompanhado por sugestões de intervenção direta: “a sua administração pode ajudar a evitar[...]” (“your administration can help prevent [...]”); “Então, eu acredito que há uma enorme oportunidade para um pouco de prevenção.” (“So I think there's an enormous opportunity to do some prevention”). Menges destaca aquilo que, para ele, é o papel do Estado americano diante da possibilidade de eleição de um líder não-alinhado à presidência do Brasil: “[Acredito na] importância de ações preventivas prudentes em assuntos de política internacional e de segurança nacional” (“[I'm a believer in] the importance of prudent preventive action in international politics and national security affairs”). A partir da formação imaginária a respeito do governo Bush, que empresta à administração o sentido de uma revisita a Reagan, há uma expectativa de ressonância na resposta dos representantes que Menges interroga. A última sequência discursiva destacada, que aponta a importância de ações preventivas no plano internacional, reforça a referência ao paradigmático governo republicano da década de 1980, apresentando uma sintonia significativa com a Doutrina Reagan que expusemos anteriormente.

O par *política internacional* (“*international politics*”), que sublinhamos

anteriormente, deixa entrever outro deslizamento revelador nas paráfrases possíveis do adjetivo que o compõe. A princípio, *internacional* (“*international*”) carregaria, em sua forma, a ideia de um espaço construído pelo e no contato entre as nações, interpretação reforçada pelo sentido mobilizado pelo prefixo *inter*. No entanto, outra paráfrase é possível, em que “política internacional” deriva para “política externa”. Se apresentado dessa forma, o par tem seu campo referencial deslocado. Não se trata mais de reconhecer outros agentes soberanos na constituição de um espaço internacional, mas de tomar como parâmetro referencial as próprias fronteiras – tudo aquilo que se encontra além delas é internacional. Temos, portando, dois campos referenciais distintos no que diz respeito a *política internacional* (“*international politics*”): (1) aquilo que acontece de político no campo internacional (políticas de comércio exterior, concertações em foros internacionais etc.) e (2) tudo o que é alheio à política interna (dos EUA). No entanto, se rompermos a fronteira que impusemos para a análise entre o termo e o funcionamento discursivo do intervencionismo reaganista, a primeira paráfrase deixa de fazer sentido: há um silenciamento da possibilidade de que haja políticas tratadas fora dos EUA que não sejam de domínio internacional. A perspectiva de intervenção é viabilizada discursivamente com uma atribuição de sentidos a *política internacional* (“*international politics*”) que limita a dimensão do termo à exterioridade, silenciando a questão da soberania do outro, destacada na primeira paráfrase que propusemos.

A primeira vista, a interrogação de Constantine Menges a Paul Wolfowitz pode parecer pouco significativa diante do restante do nosso material. Trata-se de um entrevistador que, como mencionamos, havia tido uma participação ativa na idealização das ações interventivas do governo Reagan na América Latina, de modo que o radicalismo com que ele as cobra do departamento de defesa do governo Bush poderia ser interpretado como anacronismo das perspectivas do falante diante da situação da política internacional no século XXI. Nos enunciados dos demais jornalistas, essa caracterização dos Estados Unidos como polo da democracia liberal – que não implica a globalização do conceito, como no universalismo liberal, mas apenas o protagonismo do país em sua disseminação – manifesta-se, já de início, na insistência em instar o Departamento de Defesa a pronunciar-se sobre aqueles governos que não assumem

como projeto a implementação do liberalismo. Andrés Oppenheimer, ainda que categoricamente refutado por Donald Rumsfeld, deixa clara essa concepção agressiva do papel dos Estados Unidos frente à comunidade internacional em sua pergunta:

“Secretário Rumsfeld, o presidente da Venezuela, Chávez, disse que a administração de Bush planeja matá-lo e/ou invadir a Venezuela. Quais são as chances para que qualquer uma dessas coisas aconteça? [...] Quero dizer, governos fazer planos de contingência o tempo todo. Há qualquer possibilidade longínqua que os EUA estejam contemplando algo nessas linhas?”<sup>28</sup> <sup>29</sup>  
(Tradução minha)

A possibilidade é prontamente negada por Rumsfeld. O secretário de defesa classifica-a de ridícula. Seu desconforto deixa clara a cisão entre o universalismo liberal e o unipolarismo liberal no que diz respeito aos mecanismos de atuação internacional disponíveis aos Estados Unidos. Em outra entrevista, Eurípedes Alcântara, da revista *Veja*, dá as razões para a tendência ao intervencionismo recorrente no sistema erigido em torno do unipolarismo liberal:

“[...] é inevitável, para mim, perguntar-lhe sobre a Venezuela e Chávez, e o senhor observou que não vê utilidade para ele na compra de 100 (100000) AK-47s. Que... O senhor ainda o considera um perigo para a América Latina? Como Cuba uma vez foi para todo o continente?”<sup>30</sup> <sup>31</sup>(Tradução minha)

A leitura da atuação de governos não-alinhados como ameaça internacional remonta a uma vulgarização dos escritos de Immanuel Kant em *À paz perpétua* (1795), que se tornou tradicional durante o século XX: a de que é natural que democracias evitem a Guerra e que, portanto, tudo o que não é democracia representa uma ameaça à segurança internacional. Conjuga-se, portanto, a necessidade de disseminação da

---

28 “Secretary Rumsfeld Interview with Andres Oppenheimer, Miami Herald”, 05/04/2005.

<http://www.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=3298> Consulta: 05/06/2011

29 “Secretary Rumsfeld, the Venezuela President, Chavez, has said that the Bush administration is planning to kill him and/or to invade Venezuela. What are the chances of any of that happening? [...]I mean governments do contingency plans all the time. Is there any far-off possibility that the U.S. may be contemplating something along those lines?”

30 “Secretary Rumsfeld Telephone Interview with Euripedes Alcantara, *Veja Magazine*”, sobre a compra de equipamentos militares russos por parte do governo venezuelano.

<http://www.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=3297> Consulta: 05/06/2011

31 “[...] it's inevitable for me to ask you about Venezuela and Chavez, and your remarks here that [sic] you see no use for him to buy 100 (100,000) AK-47s. That -- Do you still consider him a danger for Latin America? As Cuba once posed for the whole continent?”

democracia, que deixa de ser – sob essa perspectiva – uma questão interna aos países, à sobreposição dos Estados Unidos à ideia de democracia liberal. Em torno do unipolarismo liberal erige-se um sistema que configura o país, ao mesmo tempo, como identidade empírica do regime e como seu disseminador missionário.

A suposição de que haja uma sobreposição entre os conceitos de liberalismo, democracia e direitos humanos encontra suas raízes na matriz idealista da filosofia política, que transpõe o agente racional de Adam Smith do campo econômico ao político. Para tanto, esse movimento toma como pressuposto a existência de uma identidade entre o bem individual e o bem comum: as reintroduções do liberalismo propostas por Kant e, posteriormente, pelos neoliberais, ainda que diverjam quanto ao método, tomam como dado essa identidade. Fábio Wanderley Reis (Reis, 1994), o representante da atual vanguarda liberalista a que fizemos referência no segundo capítulo deste trabalho, propõe que pensar a sociedade civil seria dispensável diante do conceito de “mercado político”, pois o indivíduo agiria segundo os mesmos parâmetros como agente econômico e como cidadão, o que deixa claro que essa abordagem – tendo sido sofisticada ao longo de séculos de idealismo político – permanece atual.

A questão que nos parece fundamental em relação às regularidades que observamos nos recortes que fizemos da imprensa é a reiteração da intervenção estadunidense em países cuja situação política interna possa apresentar pontos de conflito com o funcionamento liberal como parte do cardápio de medidas possíveis ao Departamento de Defesa. Atribui-se, inclusive, a questões recobertas pela soberania desses países, como as eleições presidenciais e o estreitamento de laços comerciais com outros países, o sentido de pertinência ao debate sobre a segurança nacional dos EUA. Conforme discutimos anteriormente, há um deslocamento significativo que incide sobre o próprio funcionamento do discurso liberal proporcionado pelo fim da Guerra Fria. O ocaso de um dos polos colocou novas questões a uma dinâmica baseada na polaridade e isso, associado à ideia de inatismo e de universalidade da democracia liberal que passa a pautar o discurso liberal a partir dos anos 90, implica novas possibilidades e novas interdições de sentido em seu funcionamento. Em particular, advogar o intervencionismo como forma de defesa do liberalismo em terras estrangeiras

passa a articular uma contradição que constitui o discurso dos governos dos EUA a partir do fim da Guerra Fria. O Secretário de Defesa do governo Bush, responde às interrogações feitas por jornalistas sobre a possibilidade de uma intervenção militar estadunidense na Venezuela da seguinte forma:

“[...] você deu a entender que você não acredita que qualquer coisa possa acontecer a menos que os Estados Unidos faça algo. Eu não acho que eu concordo com isso.”<sup>32 33</sup>(Tradução minha)

Quando Rumsfeld sugere acreditar que é possível que um outro regime consolide-se em território alheio sem a necessidade de uma intervenção dos EUA, podemos observar a ideia de “*universalização da democracia liberal*” com que Francis Fukuyama caracteriza o período que se seguia à Guerra Fria, incorporada ao funcionamento discursivo do governo Bush, o que implica numa conceituação do regime político como “natural” e interdita a caracterização dos EUA como a autoridade sobre ele. Ao mesmo tempo, quanto perguntado sobre a possibilidade da então recente aquisição de armamentos nucleares pela Espanha constituir um fator de insegurança internacional, o Secretário de Defesa diz aos jornalistas:

“[...] acho que o tempo dirá. O problema é que, caso se espere até o tempo dizer, pode ser uma história infeliz”<sup>34 35</sup> (Tradução minha)

Existe, nesta última colocação de Rumsfeld, uma defesa do intervencionismo preventivo característico dos anos Reagan, resgatando uma imagem dos Estados Unidos como detentores do gabarito da democracia que inviabiliza que o regime seja encarado como universal, natural e autônomo.

Se essa contraditoriedade se manifesta fugazmente no discurso dos representantes do governo Bush, ela toma o primeiro plano quando comparamos os pronunciamentos daqueles às s regularidades para a quais chamamos a atenção nos

---

32 “Remarks by Secretary Rumsfeld to the 35th Annual Washington Conference of the Council Of Americas” <http://www.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=3254> Consulta: 05/06/2011

33 “[...] you indicated that you don't think anything can happen unless the United States does something. I don't know that I agree with that.”

34 “Secretary Rumsfeld Interview with Andres Oppenheimer, Miami Herald” <http://www.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=3298> Consulta: 05/06/2011

35 “[...] I guess time will tell. The problem is that if one waits until time tells it can be an unhappy story.”

enunciados dos jornalistas. Estas apresentam uma ressonância com o discurso liberal da Era Reagan, de modo que os deslocamentos sofridos na década de 90 são menos presentes. A formação imaginária desses repórteres a respeito de George W. Bush implica que a imagem que os sujeitos fazem do presidente e de seus representantes é um eco da figura de Ronald Reagan, diferente da imagem que Bush, Rumsfeld e Wolfowitz fazem de si próprios. A incongruência entre essas duas imagens aponta para uma contradição no funcionamento do discurso liberal.

### ***A voz dos representantes dos EUA no Departamento de Defesa***

Nos enunciados oriundos de respostas a jornalistas dadas por representantes do Departamento de Defesa durante o período que compreende de 2002 a 2006, é possível observar os procedimentos discursivos que sustentam essa universalização da democracia liberal nos discursos da Casa Branca, do Departamento de Estado, e mesmo do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Em primeiro lugar, existem três enunciadoreis instanciados nos discursos:

(i) o governo estadunidense representado pelos falantes, ao qual se remete com o uso da primeira pessoa do plural ou quando se recupera o nome da instituição competente, do chefe de estado, da Casa Branca etc., como ocorre nos excertos abaixo;

“Então, eu não usaria a palavra “prova”. Nós estamos tentando estabelecer os fatos o melhor que podemos. Nós estamos os estabelecendo de forma precisa e acurada. E eu acredito que esses fatos são mais que suficientes para justificar a preocupação expressada pelo presidente que esse regime é perigoso demais para ser deixado com as armas mais perigosas do mundo em suas mãos.”<sup>36 37\*</sup> (Tradução minha)

---

36 “Remarks by Deputy Secretary of Defense Paul Wolfowitz at the Defense Forum Foundation”  
<http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=296> Consulta: 05/06/2011

37 “So I wouldn’t use the word “evidence.” We’re trying to lay out the facts as best we can. We’re laying them out precisely and accurately. And I believe those facts more than justify the concern the President has expressed that this regime is too dangerous to be left with the world’s most dangerous weapons in its hands.”

\* Trata-se de parte da resposta de Wolfowitz às interrogações de Constantine Menges que transcrevemos anteriormente. Nesse momento, no entanto, o subsecretário não se refere ao Brasil, mas sim à Coréia do

“Então, eu acredito que temos que reconhecer que não é provável que consigamos muito apoio para alguns tipos de atividades se contarmos apenas com a ONU. Por outro lado, nós fomos... o presidente é frequentemente rotulado de unilateralista. Meu Deus, ele montou algumas das maiores coalizões da história da humanidade.”<sup>38 39</sup> (Tradução minha)

(ii) o próprio falante, manifesto através do uso da primeira pessoa do singular, bem como de moduladores como “na minha opinião”, “pessoalmente” etc., conforme pode ser observado nos trechos a seguir;

“Eu acho que a preocupação é com o que os países fazem com essas capacidades [nucleares]. Eu, pessoalmente, penso que a Espanha está cometendo um engano, mas essa é minha opinião pessoal. E acho que o tempo dirá. O problema é que, caso se espere até o tempo dizer, pode ser uma história infeliz”<sup>40 41</sup> (Tradução minha)

“Estou perfeitamente ciente das diferenças. Eu respondi a você exatamente do jeito que eu gostaria, que é 'eles não ajudaram'.”<sup>42 43</sup> (Tradução minha)

(iii) o sujeito natural, trazido à cena através da ausência de um indivíduo ou instituição instanciados no sintagma sujeito, o que resulta em afirmações cujo manto pretende recobrir toda a humanidade. Em todos os casos de defesa do liberalismo em escala global, é possível verificar esse último tipo de enunciador, repetindo o procedimento verificado nos exemplos:

“Deixe-me dizer isto, no entanto, que, você sabe, o grande impulso da história humana é pela liberdade. E você deu a

---

Norte.

38 “Interview with Secretary of Defense Donald Rumsfeld with Brit Hume of Fox News Channel”  
<http://www.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=3830> Consulta: 05/06/2011

39 “So I think we have to recognize that we're not likely to get a lot of support for some types of activities if you relied only on the U.N. On the other hand, we've been -- the president's frequently labeled unilateralist. My goodness, he's put together some of the biggest coalitions in the history of mankind.”

40 “Secretary Rumsfeld Interview with Andres Oppenheimer, Miami Herald”  
<http://www.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=3298> Consulta: 05/06/2011

41 “I guess the concern is what countries do with those [nuclear] capabilities. I personally think that Spain is making a mistake, but that's my personal opinion. And I guess time will tell. The problem is that if one waits until time tells it can be an unhappy story.”

42 “Secretary Rumsfeld Interview with Andres Oppenheimer, Miami Herald”  
<http://www.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=3298> Consulta: 05/06/2011

43 “I'm well aware of the differences. I have answered you exactly the way I care to which is they have not been helpful.”

entender que você não acredita que qualquer coisa possa acontecer a menos que os Estados Unidos faça algo. Eu não acho que eu concorde com isso.”<sup>44 45</sup> (Tradução minha)

“Eu acho que as pessoas – o estado natural das pessoas é o de querer ser livre. E, assim, qualquer sistema que não é um sistema livre – um sistema político e econômico livre – eu acho que é improvável que ele lhes dê a sorte de oportunidades que elas podem ter num sistema livre.”<sup>46 47</sup> (Tradução minha.)

Quanto a este último caso, trata-se de uma dinâmica semelhante à verificável nos ditados populares, em que a inexistência de um enunciador instanciado na materialidade da língua, que assuma responsabilidade pelos enunciados, implica que seu conteúdo é sabedoria consolidada e que ele só pode ser tomado como pressuposto. O falante não assume responsabilidade por enunciados que materializam uma verdade universal. Trata-se, portanto, de algo muito próximo a um aforismo. Ainda que não ocorra uma cristalização das frases em um significante único de sentido inequívoco, o apagamento – nos enunciados – da posição de em que vêm as ideias amputa discurso de história. Quando se afirma que a busca da liberdade é natural, abordagens que enfocariam ideologia ou formação discursiva são afastadas da esfera de debate. Além disso, é possível afirmar que essa universalização dos valores liberais remete à postura das potências coloniais europeias frente aos povos africanos durante o século XIX e o início do século XX. A caracterização da civilidade da Europa ocidental como universal convidou a uma equivocada missão civilizacional no continente africano, oriunda de uma ideologia expressa com tamanha precisão em “O fardo do homem branco” que foi posteriormente batizada com o título do poema de Rudyard Kipling.

A abordagem que Fukuyama propõe da democracia liberal como etapa final

---

44 “Remarks by Secretary Rumsfeld to the 35th Annual Washington Conference of the Council Of Americas” <http://www.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=3254> Consulta: 05/06/2011

45 “Let me say this, though, that, you know, the great sweep of human history is for freedom. And you indicated that you don't think anything can happen unless the United States does something. I don't know that I agree with that.”

46 “Secretary Rumsfeld's Remarks at the National Press Club” <http://www.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=908> Consulta: 05/06/2011

47 “ I think that people -- the natural state of people is to want to be free. And so any system that is not a free system -- political and economic free system -- I think is unlikely to give them the kinds of opportunities that they can have in a free system.”

do desenvolvimento das sociedades políticas – lida, assim como a sociedade europeia de fins do século XIX, através de lentes evolucionistas – convidaria os Estados Unidos, lar do regime, a uma disseminação missionária da ideologia. No entanto, a segunda dimensão já mencionada do universalismo liberal é que se coloca como um ponto de interrogação sobre as iniciativas intervencionistas oriundas dos estados nacionais.

“[...] todos nós que estamos interessados nessa região [a América Latina] acreditamos que a democracia é a forma de governo que dá às pessoas dessa região a maior oportunidade para o desenvolvimento econômico, que fornece a maior oportunidade para que eles quem e endireitem o curso de seu país.”<sup>48 49</sup>  
(Tradução minha)

Em um contexto de adensamento das organizações internacionais como o atual, a universalização, antes de tender à intervenção, leva ao debate internacional. Reconhecidamente, há uma cisão política interna significativa no que diz respeito à participação dos Estados Unidos no regime político internacional, que se manifesta em inconsistências como ocupar um papel proeminente no Conselho de Segurança da ONU e, ao mesmo tempo, não reconhecer a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Na voz do governo, no entanto, esse dissenso é apagado. Nos enunciados de representantes do Departamento de Defesa, nunca se implica uma possível intervenção, apenas uma posição de autoridade sobre as metas ideais para outros países frente aos valores universais da democracia liberal. Sobressai-se, no entanto, outra forma de intervenção, levada a cabo pelo capital. A democracia deixa de ser uma necessidade para a segurança internacional para se tornar um imperativo para a integração do mercado nacional ao mundial, como podemos observar através da ênfase que Donald Rumsfeld dá ao desenvolvimento econômico de outros países.

Observa-se, nos enunciados, uma disputa que não pode ser situada simplesmente nas categorias políticas recorrentes, como direita e esquerda ou intervencionismo e introspecção. Ao contrário, tanto o universalismo liberal quanto o

---

48 “Defense Department Regular Briefing” 23/08/2005.

<http://www.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=3110> Consulta: 05/06/2011

49 “[...] all of us who are interested in this region [Latin America] believe that democracy is the form of government that gives the people of this region the greatest opportunity for economic advancement, that provides the greatest opportunity for them to help guide and direct the course of their countries.”

unipolarismo liberal compartilham a defesa do liberalismo em escala global e ambos aspiram à sua internacionalização. No momento da primeira aproximação ao objeto de análise deste trabalho, essa dicotomia era insuspeita por dois motivos principais: a primeira vista, tanto a imprensa quanto o governo estadunidense podiam ser encampados, *grosso modo*, em apenas uma categoria política clássica: eram ambos liberais. Além disso, tem-se propagado um retrato do governo de George W. Bush em que o presidente é caracterizado como intervencionista nos moldes clássicos, como uma espécie de Reagan aquém de seu tempo. Essa caracterização se intensificou depois da decisão unilateral de invadir o Iraque em 2003, de modo que encontrar, nos enunciados do Departamento de Defesa dessa administração, um universalismo liberal que apresenta ressonâncias com Francis Fukuyama é surpreendente.

No nosso material, observamos a recorrência não apenas do termo *liberal*, mas de palavras de seu campo semântico, como *livre* e *liberdade* (*free* e *freedom*). Em português, fica bastante evidente que *liberal*, *livre* e *liberdade* compartilham a mesma raiz, o que permite que, em alguma medida, a acepção política do primeiro termo reproduza indiretamente os sentidos tidos como positivos do segundo e do terceiro termos. Dessa forma, ser *liberal*, na acepção política e econômica do termo – *liberalista*, portanto – torna-se uma questão de *liberdade*. Isso implica um funcionamento discursivo de *liberal* bastante singular. Os termos que se referem a doutrinas político-econômicas costumam trazer em seu radical uma marca da sua historicidade – o próprio termo *capitalismo*, por exemplo, traz em sua superfície uma ideia abstrata de valor, trocável por força produtiva, em que a doutrina se sustenta. Em outras palavras, *capitalismo* coloca em cena *capital*. *Socialismo* faz o mesmo com *social*, *comunismo* com *comum*. Esses exemplos têm em comum o fato de que a elaboração das doutrinas políticas a que os termos fazem referência tem como base (nos radicais) conceitos também políticos/sociais. *Capital*, *social* e *comum* propõem recortes em que se fala do grupo, não do indivíduo.

*Liberalismo*, por outro lado, coloca em cena *liberdade*, o que produz o sentido de que se trata de um conjunto de doutrinas que a tem como objetivo final. Enquanto os demais termos que mencionamos sugerem um escopo grupal – o que tem o efeito de sentido de dizer que o objeto de *capitalismo*, *socialismo* e *comunismo* é, nos

três casos, a sociedade – *liberdade* aponta para o contrário: trata-se de um bem fundamentalmente individual. Quando falamos em sociedade como objeto de um regime político, isso significa tomar o sujeito como um fragmento do todo. Nesse caso, o funcionamento discursivo que sustenta a ideia de sociedade é constituído por um reconhecimento do papel determinante da história, da infraestrutura, do discurso. Sustentar uma doutrina política através da ideia de liberdade, ao contrário, coloca em funcionamento o silenciamento dessa determinação. Sua unidade, portanto, não é uma fração do todo, mas o indivíduo – livre dos grilhões do discurso. Esse efeito é reiterado pela ilusão de escolha inerente à alocação de capital – quando decidimos o que fazemos com ele, acreditamos que as opções são infinitas, pois é impossível que concebamos o infinito de opções silenciadas. Nesse sentido, o *liberalismo* é essencialmente contraditório: trata-se de um sistema que se sustenta na ideia de *liberdade*, mas que, ao mesmo tempo, confronta-se com a impossibilidade de dar conta da infinitude real do termo. Por um lado, pode-se dizer que o objeto pretendido do *liberalismo* não é a sociedade, mas o indivíduo, o que implica, em termos discursivos, um aprofundamento da ilusão de ser “a origem de seu dizer”, que Orlandi (2007) aponta como característica do sujeito capitalista. Por outro lado, a própria impossibilidade de ter o indivíduo como base de um sistema político é reconhecida na gênese do liberalismo. Rousseau, na tentativa de conjugar a liberdade individual ao contrato social, fundamental para o funcionamento de uma sociedade liberal, caracteriza-a como uma decorrência daquilo que chama de liberdade coletiva – um conjunto de práticas regulamentadas pelos costumes. Trata-se de reconhecer o papel de determinação das práticas como limitadoras da liberdade individual na organização em sociedade e, portanto, de admitir a contradição fundamental entre indivíduo e sociedade no sistema que viria a ser chamado, posteriormente, de liberalismo.

Nos enunciados que circularam no Departamento de Defesa estadunidense durante o primeiro mandato do presidente George W. Bush, objeto deste estudo, essa sobreposição entre liberal, liberdade e livre - embora indireta - orienta os sentidos postos em circulação. Por exemplo, nas sequências discursivas “the natural state of people is to want to be **free**” e “the great sweep of human history is for **freedom**”, observa-se a extensão do alcance dos sentidos de *livre* e de *liberdade* (“*free*” e

"*freedom*") - de caráter individualista - para o campo do natural, através não apenas da referência direta a ele em *the natural state* (*o estado natural*), mas também da redução do sujeito a sua dimensão biológica no adjetivo *human* (*humano*) em *human history* (*história humana*). Além disso, *people* (*povo*), posto que se trata de um substantivo coletivo, produz sentidos significativamente diferentes de uma de suas paráfrases possíveis - ainda que pouco usual em língua inglesa - *persons* (*pessoas*). *People* é uma palavra singular, de modo que o foco de seu significado recai sobre o conjunto, diferentemente do que ocorre com *persons*, que coloca em destaque, antes, seus constituintes individuais. *People*, portanto, coloca em funcionamento um sentido de sociedade ausente em *persons*, que produz uma relação contraditória com o sentido de individualidade que atribuímos a liberdade no parágrafo anterior. Essa contradição entre particular e social, entre indivíduo e sujeito, é a engrenagem fundamental do funcionamento de *liberalismo*. É, em suma, *livre* amalgamado em *ismo*.

É necessário destacar, no entanto, que essa sincronia entre os funcionamentos discursivos em língua portuguesa e em inglesa no que diz respeito à sobreposição do individual ao social mobilizada pelos sentidos de livre e liberdade - cujo efeito é que se tome o indivíduo como unidade da sociedade - sustenta-se numa relação lingüística que, como apontamos anteriormente, é apenas indireta. Diferentemente daquilo que ocorre em português, em que as palavras *livre* e *liberdade*, de um lado, e *liberal* e *liberalismo*, de outro, compartilham o mesmo radical, o mesmo não ocorre com *free* e *freedom* e *liberal* e *liberalism*. Na língua, o percurso entre *free* e *liberalism* é mais sinuoso. Ainda que *freedom* seja a tradução mais usual da palavra *liberdade* para o inglês, é possível notar que a alternativa, *liberty*, ocorre em alguns documentos intimamente ligados à identidade nacional estadunidense. Na Declaração de Independência dos EUA, assinada em 1776, pode-se ler:

“[...] todos os homens são criados iguais,[...] eles são dotados pelo seu Criador com certos direitos inalienáveis,[...] entre eles está a vida, a liberdade, e a busca da felicidade.”<sup>50</sup> (grifo meu, tradução minha)

---

50 “[...]all men are created equal, [...] they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, [...] among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness.” (grifo meu)

Há, ainda, outra ocorrência célebre de *liberty* na quinta emenda da *Bill of Rights* (1789), o documento que estabilizou os direitos do cidadão estadunidense:

“Nenhuma pessoa será privada de vida, de liberdade e de propriedade sem o devido processo legal.”<sup>51</sup> (Tradução minha)

Se no plano puramente morfológico se torna difícil sugerir que ecos dos sentidos de *freedom* ressoem em *liberal*, no plano conceitual, é possível imaginar uma sobreposição bastante consolidada, operada através da palavra *liberty*.

Nos enunciados do Departamento de Defesa estadunidense, foi possível observar a sustentação de um discurso ao mesmo tempo novo e familiar no que diz respeito à postura do país frente à comunidade internacional. A novidade é que, ao se propor a universalização da luta pela democracia liberal como uma busca inerente ao ser humano, cria-se constrangimento na relação de identidade que os Estados Unidos antes assumiam frente ao regime e, conseqüentemente, propicia uma relativização inescapável da autoridade que exerciam sobre sua aplicação no restante do planeta. Isso se manifesta, no discurso do governo Bush, através do contraste entre falas de de Donald Rumsfeld em momentos diferentes:

“[...] você deu a entender que você não acredita que qualquer coisa possa acontecer a menos que os Estados Unidos faça algo. Eu não acho que eu concordo com isso.”<sup>52 53</sup> (Tradução minha)

“[...] acho que o tempo dirá. O problema é que, caso se espere até o tempo dizer, pode ser uma história infeliz”<sup>54 55</sup> (Tradução minha)

No entanto, a transposição de valores ocidentais à universalidade faz parte de uma história que passa pela disseminação do cristianismo durante a Idade Média, da civilidade europeia durante a colonização da África e que encontra, na história recente dos Estados Unidos, uma diversidade de exemplos, como o Destino Manifesto e os

---

51 “No person shall [...] be deprived of life, *liberty*, or property, without due process of law”.

52 “Remarks by Secretary Rumsfeld to the 35th Annual Washington Conference of the Council Of Americas” <http://www.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=3254> Consulta: 05/06/2011

53 “[...] you indicated that you don't think anything can happen unless the United States does something. I don't know that I agree with that.”

54 “Secretary Rumsfeld Interview with Andres Oppenheimer, Miami Herald” <http://www.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=3298> Consulta: 05/06/2011

55 “[...] I guess time will tell. The problem is that if one waits until time tells it can be an unhappy story.”

Quatorze Pontos de Woodrow Wilson<sup>56</sup>. A devassa da administração republicana promovida nos primeiros anos do governo Barack Obama – eleito com uma campanha cujo lema foi “change” – não chegou a ter repercussões estruturais que se façam sentir nos enunciados de seus representantes, o que aponta para a profundidade das raízes do universalismo liberal na política externa norte-americana, independentemente do partido que estiver no poder.

### ***A presidência de Lula e os EUA***

Em dezembro de 2002, Bush recebe Lula na qualidade de presidente eleito do Brasil. Trata-se de uma posição-sujeito singular: do ponto de vista institucional, Fernando Henrique Cardoso era então presidente. Afinal, empossamento do petista ocorreria somente em 1º de janeiro de 2003. No entanto, Lula é tratado como representante legítimo do Brasil diante da comunidade internacional: é recebido pelo chefe de Estado dos EUA e tudo, no evento, inclusive a organização da mobília, é preparado para criar o efeito de simetria entre os dois líderes. O pronunciamento do brasileiro na ocasião marca a primeira vez em que o governo Lula se ocupa dos EUA e visa a traçar as linhas gerais das relações entre os dois países pretendidas pelo Brasil. Nesse pronunciamento, manifestam-se quatro traços fundamentais dessa relação:

1. O reconhecimento daquilo que poderia parecer uma mudança paradigmática nas relações exteriores do Brasil pela comunidade internacional aparece sempre junto à reiteração do compromisso com a estabilidade:

“[O Brasil] Tem também as credenciais de um país que decidiu, pela força do voto, engajar-se num grande processo pacífico de mudança.

Isso nos dá as melhores condições possíveis para sermos um ativo promotor da estabilidade política, econômica e social na região. Estabilidade que também interessa, evidentemente, aos Estados Unidos.”<sup>57</sup>

---

56 Wilson enunciou 14 diretrizes liberais sobre as quais se fundam os protocolos vigentes sobre relações internacionais, muito semelhantes, em essência, aos direitos políticos garantidos na constituição estadunidense. Hoje, todos eles se encontram inscritos, com algumas modificações redacionais na Carta de Fundação da ONU.

57 “Discurso do Presidente Eleito Luiz Inácio Lula da Silva proferido no Clube de Imprensa Nacional dos Estados Unidos durante visita a Washington.” (10/12/2002)

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras->

2. A tentativa de estabelecimento de uma identidade entre os dois países, em que as diferenças políticas entre os dois governos é minimizada. É importante notar que são Brasil e Estados Unidos, e não seus representantes, que ocupam a posição de sujeito nas sequências discursivas:

“**Brasil e Estados Unidos** têm muito em comum. Detêm, no continente, as duas maiores populações. Somos democracias pujantes, com economias complexas e industrializadas.”<sup>58</sup>

“**Brasil e Estados Unidos** constituem um rico mosaico de etnias, credos, histórias e culturas. São nações de imigrantes e de oportunidades.”<sup>59</sup>

“**Brasil e Estados Unidos** são a expressão de um mesmo sonho de *liberdade*, oportunidades justas e mobilidade social.”<sup>60</sup>

A opção pelo nome do país traz um apelo à identidade nacional com efeitos de sentido passíveis de análise. Do ponto de vista do direito internacional público, o chefe de Estado é o porta-voz do país diante da comunidade internacional. Trata-se de um lugar de enunciação com características próprias. Lula deixa de ser um presidente eleito para um mandato de quatro anos, membro de um partido, representante de uma orientação política e sujeito a um arranjo institucional para se transformar na voz orgânica do país. Trata-se de uma dupla ilusão, de eternidade e de neutralidade.

Na terceira sequência discursiva, *liberdade* ocupa uma posição simétrica a *oportunidades justas e mobilidade social*, todos qualificando o *sonho* de que Brasil e Estados Unidos são expressão. É importante notar, antes de tudo, que todos os termos são polissêmicos. Poderíamos chegar a dizer que o desentendimento entre democratas e republicanos que polariza o palco político estadunidense encontra sua essência na disputa pela estabilização dos sentidos de *oportunidades justas*, posto que os primeiros defendem a necessidade de ações do governo para garantir o equilíbrio social do acesso às tais oportunidades enquanto os últimos defendem que a intervenção governamental deformaria a correspondência entre esse acesso e o mérito laboral dos

---

[comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/Discurso-do-Presidente-Eleito-Luiz-Inacio-Lula-da](#) (Consulta: 05/09/2011)

58 Idem

59 Idem

60 Idem

cidadão, sendo, dessa forma, fundamentalmente injusta.

No entanto, os efeitos mais relevantes para esta pesquisa dessa simbiose entre presidente e nação proporcionada pela condição de Lula como presidente eleito e evidenciada por sua apropriação do sujeito *Brasil* são materializadas pelo termo *liberdade*. Aqui, o sonho é compartilhado pelo Brasil – pelo conjunto composto por povo e território, em relação transversal com a história. Nesse sentido, *liberdade* ganha sentidos próximos daqueles apontados nos enunciados de Donald Rumsfeld quando o secretário de defesa estadunidense ocupa a posição de sujeito natural. O Secretário de Defesa dos EUA, diante dos representantes da imprensa, reiterou a caracterização da liberdade como uma constante que atravessa a história – aqui, retomamos trechos que destacamos em análise anterior: [1] “o grande impulso da história humana é pela liberdade” e [2]“o estado natural das pessoas é o de querer ser livre”. O discurso de Lula, portanto, consiste em uma naturalização e em uma conseqüente cristalização de um “sonho de liberdade” – aquele compartilhado com os EUA – em que o indivíduo livre é sobreposto ao sujeito institucional como elemento unitário da sociedade.

3. A manifestação de intenção de cooperação entre os dois governos. Diferentemente do que ocorre na configuração anterior, é Lula quem ocupa a posição de sujeito das frases – colocando em destaque as administrações.

“**Venho** a Washington para trazer, do Brasil, uma mensagem de amizade. **Pretendo**, logo que tiver tomado posse, dar início a quatro anos de convivência franca, construtiva e benéfica entre os nossos dois países.”<sup>61</sup>

“Em **meu** primeiro pronunciamento após vencer a eleição, **disse** que pressentia o nascimento de um novo Brasil. **Volto** ao meu país convencido de que terei no presidente **George W. Bush** um importante aliado nessa nova e decisiva etapa que se inaugura para a nação brasileira.”<sup>62</sup>

4. A manifestação da intenção de levar a cabo políticas sociais internas, aproximando-as da história do país do interlocutor, mas sem apontar para a possibilidade de cooperação.

---

61 Idem

62 Idem

“A partir de primeiro de janeiro de 2003, quando tomaremos posse, daremos prioridade ao combate à fome, ao desemprego e à insegurança.”<sup>63</sup>

“**Tal como a sociedade americana** que, em momentos críticos da sua história, soube enfrentar de maneira **criativa e solidária os desafios da recessão e da fome**, vamos trabalhar de maneira incansável para tirar milhões de brasileiros e brasileiras da miséria.”<sup>64</sup>

Em menções posteriores aos EUA, encontradas em discursos a uma comunidade internacional mais ampla, em fóruns multilaterais, as formulações de Lula recuperam esse funcionamento em que se menciona políticas sociais internas através da alusão à história dos Estados Unidos:

“Nenhuma teoria, por mais sofisticada que seja, pode ficar indiferente à miséria e à exclusão.

Olhando a história contemporânea, sobretudo nos períodos que se seguiram a graves crises econômicas e sociais, vejo que o desenvolvimento deu-se a partir de **profundas reformas sociais**. Essas reformas incorporaram milhões de homens e mulheres à produção, ao consumo e à cidadania e criaram um novo e prolongado dinamismo econômico.

**Foi assim nos Estados Unidos a partir dos anos 30. Foi assim no pós Segunda Guerra, na Europa.**”<sup>65</sup>

As sequências discursivas reunidas sob o item 4 são de interesse especial para este trabalho, uma vez que – ao contrário do que ocorre nos demais enunciados, em que há um tom conciliador marcado – nestes, a tensão entre os dois governos é materializada. Quando Lula fala a Bush, instaura-se uma cena enunciativa em que a imagem que o primeiro presidente faz do segundo recupera a identidade do representante estadunidense do Partido Republicano. De acordo com a exposição que fizemos anteriormente, o cerne da controvérsia entre democratas e republicanos no cenário político dos Estados Unidos tem relação direta com a incompatibilidade entre a

---

63 Idem

64 Idem

65 “Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Diálogo Ampliado no Contexto da Cúpula do G8” (01/06/2003).

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/62465150746-discurso-do-senhor-presidente-da-republica-luiz> (Consulta: 05/09/2011)

defesa que os primeiros fazem da necessidade de mecanismos institucionais que garantam o bem-estar social e crença dos segundos de que capacidade de autorregulação do mercado garantirá a subsistência de todos. Lula sabe que fala a um republicano, o que explica, em parte, a reiteração de seu compromisso com o liberalismo nos itens anteriores. No entanto, a defesa que o presidente brasileiro faz da necessidade de políticas sociais para o combate da fome no Brasil choca-se contra os paradigmas ideológicos que sustentam o governo Bush.

Quando o presidente brasileiro alude elogiosamente à criatividade e à solidariedade com que a sociedade americana soube enfrentar os desafios da recessão e da fome, o campo referencial do par “recessão e fome”, na história dos Estados Unidos, restringe-se à estagflação enfrentada pelo país ao longo da década de 1930, resultado da quebra da bolsa de valores em 1929. Lula recupera, em seu enunciado, justamente o keynesianismo que pautou as políticas levadas a cabo por Franklin Roosevelt, objeto principal das críticas republicanas. Além da menção ao paradigmático ex-presidente americano, a alusão à fome como foco das políticas sociais de seu governo não só o dissocia do liberalismo estrito defendido pelos republicanos, mas também traz à tona pleitos associados a uma crítica histórica dessa perspectiva ideológica.

Para aprofundar essa associação, é necessário que se interprete o combate à fome nas políticas de Estado como uma questão de defesa de direitos humanos. Esse debate no âmbito da Organização das Nações Unidas tem se pautado pela polêmica. Tendo sido instaurado com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, ele acompanhou a lógica bipolar que orientava as demais discussões na ONU. O resultado é a carta declaratória que foi dividida em duas partes: a primeira contém itens que fizessem sentido no discurso liberal e foi defendida pelos Estados Unidos. Trata-se do direito a eleições livres, à liberdade de expressão, em suma, àquilo que se convencionou chamar de direitos políticos. É importante notar que a garantia desses direitos não exige qualquer ação do Estado, apenas sua omissão. Para garantir a liberdade de expressão, por exemplo, basta que o governo não tome ações repressivas. Por essa razão, esses itens foram reunidos sob o nome de *direitos negativos*.

A segunda parte da carta relaciona os *direitos positivos*. O direito à

educação, por exemplo, faz parte dessa seção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, posto que, para que ele seja cumprido, é necessário que o Estado garanta as condições materiais necessárias para que ele seja viabilizado em escala social. O artigo 25º dessa carta, no entanto, tem maior relevo para esta discussão. Nele, a garantia de condições mínimas de saúde e bem-estar são tomadas como um direito humano e, entre os itens fundamentais relacionados a seguir para garanti-las encontra-se a alimentação. O combate à fome como política pública alinha-se a princípios enunciados na porção da declaração que lista os direitos positivos, também conhecidos como econômicos.

Como sugerimos anteriormente, a universalidade dos direitos humanos resume-se ao adjetivo com que se intitula a declaração. Do ponto de vista político, esse debate, no âmbito da ONU, reproduzia o bipolarismo que permeava as demais relações internacionais ao longo da segunda metade do século XX. Cada uma das duas potências advogava itens que expusessem as deficiências dos regimes de seus adversários. Ao proporem a *liberdade de expressão* como direito humano universal, os EUA destacavam a perseguição política que se supunha tomar lugar na União Soviética e o mesmo acontecia quando os representantes orientais colocavam como responsabilidade pública a garantia de condições econômicas de subsistência, como a alimentação e o vestuário: no discurso que sustenta a democracia liberal ocidental, os flagelos da pobreza não são imputáveis ao Estado. O fim da Guerra Fria, evidentemente, retira do debate a dinâmica bipolar que o alimentava, mas os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos que sucedem o 21º permanecem historicamente constituídos como uma lista das deficiências do liberalismo, de problemas cujo enfrentamento é insustentável no discurso liberal.

Quando refletimos sobre a sustentação do projeto político de combate à fome de Lula na discussão histórica sobre os direitos humanos, aquele que até agora parecia um pronunciamento pautado por um esforço de distensão ganha dimensões de libelo em dois planos: o primeiro é pertinente à política interna estadunidense, em que se acusa o partido republicano de não contar com medidas tão criativas e solidárias para o combate à fome e à crise quanto seus concorrentes diretos, os democratas. O segundo plano diz respeito ao percurso da política internacional ao longo da segunda metade do

século XX, pelo gesto de apontar a impossibilidade, no discurso liberal, de lidar com as assimetrias materiais geradas pelo próprio liberalismo na sociedade, contrapondo-o a um regime para o qual os investimentos sociais são caros. Isso se intensifica, pois se fala a um representante, George W. Bush, cuja imagem é de sucessor de Ronald Reagan, o líder paradigmático do Partido Republicano e símbolo de como esse agrupamento compreende o liberalismo.

Isso se confirma na transformação da política econômica de Reagan em paradigma no governo Bush. As “Reaganomics”, como são conhecidas, baseadas na ideia de que o capital excedente na elite “escorreria” até a classe trabalhadora através do crescimento da produção e da consequente geração de empregos, tem um reflexo direto na política econômica de Bush. Trata-se do pacote tributário aprovado nos Estados Unidos entre 2001 e 2003 que continha aquilo que ficou conhecido como *The Bush Tax Cuts*<sup>66</sup>. Consistiam, basicamente, na isenção total de impostos de renda sobre fortunas de mais de um milhão de dólares. Sua defesa recorria aos princípios das “trickle-down economics”: os milionários seriam os membros mais bem-sucedidos da sociedade, aqueles com capacidade para uma alocação mais eficiente do capital. Além disso, seria injusto, através de altos impostos, punir os mais capazes pelos fracassos dos menos produtivos.

Trata-se de uma perspectiva diametralmente oposta àquela que orienta as políticas sociais propostas pelo governo Lula, desde o Fome Zero até o Bolsa-Família. Ambas as iniciativas baseiam-se em investimentos diretos de capital nas classes de base, não tomando como parâmetro sua produtividade, mas, do ponto de vista econômico, a atividade comercial que essa injeção de verbas proporcionaria e, do social, o cumprimento do compromisso com a manutenção material da população assumida pelo Estado de bem-estar social representado pelo Lula que foi eleito. Portanto, é apenas se tomarmos como referência o keynesianismo que permeou o plano econômico com que a administração de Franklin Roosevelt conseguiu superar a crise enfrentada por seu país na década de 1930, que o modo como a sociedade americana, “em momentos críticos da sua história, soube enfrentar de maneira criativa e solidária os desafios da recessão e da fome” serve de inspiração para o governo

---

66 “O corte tarifário de Bush”

brasileiro.

A questão, no entanto, é que os investimentos sociais propostos por Lula tampouco representam uma apropriação ortodoxa do keynesianismo democrata. Diferentemente das medidas colocadas em prática durante o governo de Franklin Roosevelt nos Estados Unidos, o Fome Zero e, posteriormente, o Bolsa-Família não contam com o investimento em um sistema previdenciário que repasse aos cidadãos aquilo que eles pagaram ao Estado anteriormente através de um imposto específico. No modelo de Estado de bem-estar social que se consagrou, o beneficiário sabe quais foram suas contribuições específicas para cada um dos benefícios que o Estado lhe devolve (saúde, educação e seguro-desemprego, por exemplo). No caso do Fome Zero, trata-se de um redirecionamento direto da verba do Estado, um dado novo a que o contribuinte ainda não tinha acesso quando pagava os impostos. Durante o governo Lula, claro, mantiveram-se os investimentos no sistema previdenciário, no educacional e na saúde pública – e também medidas que reiteram o pensamento liberal, como o pagamento dos juros da dívida pública ao invés da opção pela moratória. Todas essas medidas – em que pese que as primeiras apresentam um alinhamento maior ao pensamento democrata e as segundas, ao republicano – estão circunscritas ao campo de sentidos possíveis no discurso liberal ocidental e são sustentadas pela repetição dos mesmos já-ditos que mobilizam a política estadunidense. O Fome Zero, no entanto, representa um dado incongruente e, por isso, a alusão a ele numa cena enunciativa em que o interlocutor é um representante ortodoxo do liberalismo diante da comunidade internacional é especialmente significativa para entender a relação proposta pelo governo Lula com o discurso liberal.

É necessário, antes de tudo, deixar claro que estamos dando um salto analítico: consideramos que as vagas alusões à criação de políticas públicas para o combate à fome e à miséria – em “[...] daremos prioridade ao combate à fome, ao desemprego e à insegurança” e em “vamos trabalhar de maneira incansável para tirar milhões de brasileiros e brasileiras da miséria”, por exemplo – têm um referencial específico: o projeto Fome Zero. Essa interpretação sustenta-se no amplo destaque que Lula deu à iniciativa durante a campanha que o levou à eleição para o cargo de presidente no final de 2002. O Fome Zero já tinha nome, diretrizes básicas e logomarca

há algum tempo – seu lançamento institucional foi apenas em 30 de janeiro de 2003, no entanto. Na altura do pronunciamento de Lula ao Clube de Imprensa Nacional dos Estados Unidos, o já-dito sobre o programa era suficiente para sustentar a interpretação de menções a políticas públicas de combate à fome como referências ao Fome Zero. Nosso objetivo é compreender se essas alusões desnudam uma contradição entre os projetos de Lula e o liberalismo que orienta as demais sequências discursivas destacadas desse pronunciamento.

É necessário ressaltar que falamos de um funcionamento que permite que o atual presidente dos EUA, Barack Obama, seja taxado de comunista por comentaristas conservadores como Bill O'Reilly e como Michelle Bachmann, por advogar uma política pública de saúde consideravelmente menos abrangente do que a brasileira (a chamada “Obamacare”). Podemos ainda apontar que a perspectiva do governo estadunidense sobre liberalismo pressupõe sua universalidade, como atesta o Consenso de Washington, de 1989 (ano em que Reagan entregou a presidência a George H. W. Bush). Trata-se de um conjunto de dez prescrições econômicas a países em desenvolvimento – entre elas, a privatização, a redução de gastos públicos e a abertura econômica, medidas oriundas da cartilha liberal – cuja formulação é resultado de um consenso então atingido entre o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Tesouro dos EUA. Os itens não eram apresentados como mais do que sugestões, mas seu cumprimento serviu de parâmetro para decidir os países que seriam beneficiados pelos empréstimos do FMI. Há, nessa iniciativa, uma naturalização da ampliação do escopo dessa dinâmica econômica que reforça nossa interpretação do universalismo do liberalismo como um pré-construído no funcionamento do discurso liberal.

Em relação ao discurso liberal, cujo espectro encampa desde o liberalismo ortodoxo dos republicanos até o keynesianismo dos democratas, medidas como o Fome Zero representam o limite dos sentidos. Diferentemente das iniciativas econômicas associadas a Franklin Roosevelt, o critério usado para a distribuição do capital Estatal não é a situação produtiva da pessoa (como ocorre com os benefícios do sistema previdenciário), mas a deficiência de condições materiais oriundas da assimetria de condições naturalizadas no discurso liberal. Para sustentar essa perspectiva, é necessário um funcionamento discursivo que admita a existência de uma

desigualdade que é subproduto do liberalismo. Ao mesmo tempo, o restante das formulações de Lula, como vimos anteriormente, são pautadas pela reafirmação do compromisso com o capital liberal. Seu governo, portanto, é marcado por uma contradição fundamental: o núcleo de seu projeto econômico apresenta consonância com o liberalismo, mas sua capacidade de diagnosticar as assimetrias constitutivas dessa ideologia aponta para um comprometimento de ordem diferente da observada nas formulações dos sujeitos do discurso liberal ocidental. O programa Fome Zero é resultado desse deslocamento, trata-se de uma injeção direta e pontual de verba que ignora toda a ordem dos sentidos instituída nesse discurso no que diz respeito à alocação de capital público para tentar corrigir deficiências silenciadas no liberalismo justamente por serem inerentes ao sistema político e econômico.

Esse conflito que ocupa dois planos – aquele da contradição interna ao governo Lula e aquele entre essa administração e a de Bush, que pudemos entrever nos enunciados reunidos no item 4 da categorização que sugerimos neste capítulo – traduz-se nos sentidos atribuídos ao Fome Zero e, posteriormente, ao Bolsa-Família no discurso liberal. Trata-se de assistencialismo: uma injeção direta e pontual de capital público, visando ao curto prazo, sem que se cobre de seus recipientes um aumento produtivo proporcional. Além disso, o termo *assistencialismo* produz o efeito de que se trata de medidas cujo objetivo final é trazer dividendos políticos ao governante através da manipulação inescrupulosa e insustentável dos recursos públicos. Entende-se que o beneficiário de políticas assistencialistas votaria em seu autor em contrapartida da garantia de sua subsistência no curto prazo e que isso implicaria uma perda de sua consciência política de que resultaria o apoio ao líder em questão. Fabio Veras Soares, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ligado ao governo federal, se sentiu instado a abordar as acusações de assistencialismo feitas ao governo Lula em artigo publicado no jornal *O Globo* (12/08/2006):

“O programa Bolsa Família tem recebido críticas à esquerda e à direita. A principal acusação é que ele seria um programa assistencialista. Na verdade o programa Bolsa Família como qualquer programa focalizado nos mais pobres é um programa de assistência social. No dicionário Aurélio o termo "assistência social" é definido como "serviço gratuito, de natureza diversa, prestado aos membros da comunidade social, atendendo as

necessidades daqueles que não dispõem de recursos suficientes". Assistencialismo, que por sinal não consta no dicionário, é na verdade uma deformação na prestação da "assistência social", envolvendo troca de favores e critérios pouco claros na forma de seleção dos beneficiários. Portanto, um programa assistencialista é um programa de "assistência social" utilizado como mecanismo de troca de favores.<sup>67</sup>

Para a perspectiva que adotamos nesse trabalho, não se trata de tecer um juízo sobre o Fome Zero e o Bolsa Família, dizendo se os programas são ou não são medidas assistencialistas, mas de compreender o funcionamento discursivo que mobiliza os sentidos associados ao assistencialismo no discurso liberal.

Criticar um programa através do termo *assistencialista* significa, antes de tudo apontar uma impropriedade no gasto público: o fato de que a alocação de recursos proposta pelo governo foge às regras do capital. Esse conjunto de regras é de ordem ideológica, fato naturalmente opaco aos sujeitos ao discurso liberal pelo assujeitamento. Além disso, como apontamos no capítulo introdutório, o liberalismo é uma ideologia que se traveste de não-ideologia, segundo Vivianne Forrester. Dessa forma, defende-se que o escopo de possibilidade de alocação dos recursos públicos prevista no liberalismo é sustentado na ciência objetiva e unívoca – em critérios econômicos e matemáticos que não seriam ideológicos – bem como no inatismo da pulsão de democracia liberal e de sua conseqüente universalidade. As formulações econômicas, no entanto, também são pautadas pela ideologia. As formulações do governo Lula que visavam a sustentar o programa Fome Zero, de que nos ocupamos agora, não se limitavam à defesa da responsabilidade do Estado de sanar as necessidades pontuais de uma camada específica da população, mas também contavam com argumentos de ordem econômica, baseados em conceitos compartilhados pelas formulações do liberalismo social.

Como mencionamos anteriormente, associa-se ao assistencialismo o sentido de que o investimento público não terá como contrapartida uma intensificação do processo produtivo. O capital do assistencialismo seria, dessa forma, um capital

---

67 "O assistencialismo e o Bolsa Família"  
<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/noticias/noticias/artigo-o-assistencialismo-e-o-bolsa-familia> (consulta: 07/07/2012).

perdido. No entanto, um dos princípios fundamentais da teoria econômica proposta por John Maynard Keynes na década de 1930 é o conceito de *efeito multiplicador*. O argumento parte da existência de um momento da curva de consumo dos sujeitos do liberalismo em que suas necessidades básicas estão saciadas – é como se o ímpeto por consumir chegasse a um ponto de saturação. Então, a tendência é de que o capital excedente seja guardado, seja na poupança privada, seja com a compra de títulos da dívida do governo. Dessa forma, a partir de dado nível de renda, o capital nas mãos dos agentes econômicos tendem a sair de circulação e, conseqüentemente, há uma queda de consumo que se reflete na produtividade. A partir dessa observação, Keynes propôs um sistema que garantisse a chegada de capital às mãos de consumidores não-saciados, pois eles tendem a dedicar uma parcela quase integral de sua renda ao consumo. Além disso, como o ato de comprar costuma ser local, é provável que uma parcela desse capital seja usada para novos atos de consumo, dando origem a uma atividade econômica maior do que seu próprio valor monetário. A essa multiplicação do valor do capital quando investido em classes não-saciadas, Keynes deu o nome de *efeito multiplicador*.

As políticas sociais do governo Lula, em especial o Fome Zero e posteriormente o Bolsa Família, são orientadas, em grande medida, pelos mesmos princípios econômicos que garantiram o sucesso das medidas implementadas pelo partido democrata estadunidense ao longo da década de 1930. Isso é atestado pelo aumento nas atividades econômicas proporcionadas pelas classes C e D verificadas ao longo da primeira década do século XXI no Brasil, aquecimento que trouxe consigo uma intensificação da produção no país. Dessa maneira, ainda que os critérios de distribuição de renda adotados pelo governo Lula não sejam rigorosamente compatíveis com o liberalismo, os princípios econômicos que sustentam as chamadas medidas assistencialistas são bastante próximas do keynesianismo que faz sentido no discurso liberal. Esse equívoco é resultado de uma característica muito curiosa do *liberalismo social* – nome que se dá, nos EUA, às políticas baseadas nas formulações de Keynes defendidas pelo Partido Democrata. Keynes conjuga a correção de problemas periféricos do liberalismo (a desigualdade e a fome) ao funcionamento discursivo do próprio sistema. Instaura-se uma contradição no próprio nome concedido ao modelo

econômico (*liberalismo social*). Conforme argumentamos anteriormente, *liberalismo* é fundamentalmente individualista, o que estabelece um silenciamento do *social*. No entanto, essa relação de contrariedade se transforma em incorporação na prática. Em outras palavras, o discurso liberal passa a se bastar, em si mesmo, para lidar com as marginalizações que ele próprio proporciona, fazendo com que as críticas dirigidas ao liberalismo que sejam nelas fundamentadas percam força. O adjetivo *social*, nessa articulação keynesiana, dá força ao *liberalismo*. Ao mesmo tempo, não se pode deixar de reconhecer que, com a tentativa de contornar os problemas sociais gerados pelo liberalismo clássico, o modelo econômico keynesiano em que se sustenta o Estado de Bem-Estar Social tem possibilitado condições de subsistência mais dignas, ainda que contribua para o aprofundamento do funcionamento do discurso liberal.

Exposta a argumentação econômica com que o governo Lula sustenta suas políticas sociais, podemos retomar nossa discussão no que diz respeito ao liberalismo que permeia as relações internas e externas dos EUA e do Brasil durante os mandatos em questão neste trabalho. Fizemos alusão, no início deste texto, ao economista inglês David Ricardo. Ele compartilha, com Adam Smith e John Locke, a posição de formulador do liberalismo clássico. A contribuição de Ricardo é um pouco mais sutil e, por isso mesmo, criou raízes mais sólidas no funcionamento discursivo do liberalismo. O economista teve êxito em transformar todas as prescrições de seus colegas em um modelo matemático absolutamente equilibrado. Disse com números, portanto, o que os outros disseram com palavras – e, com isso, criou uma ilusão fundamental para o funcionamento do discurso capitalista: a da neutralidade dos números.

O economista austro-americano Joseph Schumpeter, um dos fundadores da Economia Crítica do início do século XX, reconhece o papel de Ricardo na estabilização da neutralidade dos números: ele dá à omissão de dados determinantes (agentes econômicos que não tendem a ser representados justamente por não reproduzirem os procedimentos descritos pela teoria liberalista) no modelo matemático que sustenta as políticas econômicas o nome de vício ricardiano. O termo é repetido até hoje como forma de criticar modelos econômicos contemporâneos. Do ponto de vista da linguagem, no entanto, é possível extrapolar a falha que Schumpeter aponta na argumentação matemática de Ricardo para a própria ideia de modelo econômico

matemático. O real da representação é a incompletude, mesmo quando ela se articula através de números. Tratamos, aqui, os modelos matemáticos que sustentam as políticas econômicas como linguagem, pois há uma dimensão verbal inerente a esses modelos matemáticos. Os algarismos, por si só, têm apenas uma dimensão significativa – não possuem significado completo. No entanto, quando articulados ao verbal, produzem outros sentidos oriundos dessa conjugação. O problema é que essa própria dimensão verbal, fundamental para os significados dos modelos matemáticos, é marginalizada na linguagem econômica. Tomemos como exemplo uma célebre fórmula de Keynes, largamente utilizada até os dias de hoje para calcular o Produto Nacional Bruto de um país<sup>68</sup>:

$$Y = C + I + G + (X - M)$$

Todos os símbolos têm um correspondente verbal, de modo que é possível dizer o mesmo por extenso: O Produto Nacional Bruto (Y) corresponde à soma de todo o consumo pessoal no país (C), acrescida de todo o investimento privado (I), dos gastos do governo (G) e do saldo da balança comercial (X-M). No entanto, há uma diferença entre a relação estabelecida pela linguagem verbal e pela linguagem matemática com os respectivos significados. Na verbalização, há a historicização: materializa-se a condição de cada elemento da equação enquanto conceito, o que abre caminho para a polêmica. Por exemplo, notar o destaque dado ao saldo da balança comercial na composição da riqueza de um país permite criticar seu papel na perpetuação de um valor liberal – afinal, não é o mesmo que dizer que economias fechadas, como Cuba, são incompletas? Na fórmula, no entanto, há a transparência. (X - M), ao contrário de *saldo da balança comercial*, é neutro e compõe uma relação sem atritos com os demais elementos da equação. Enquanto a verbalização da fórmula traz à tona a configuração histórica das forças de produção em cena,  $Y = C + I + G + (X - M)$  é neutro, eterno, natural.

Nesse sentido, a articulação em equações é, fundamentalmente, uma expressão do funcionamento discursivo do liberalismo. Assim como trazer *liberdade* para definir um sistema político e econômico naturaliza-o (posto que a liberdade é

---

68 Apostila de Macroeconomia da Universidade Virtual Brasileira [p. 107]  
<http://arquivos.unama.br/professores/iuvb/contabilidade/MECO/aula07.pdf> (consulta: 07/07/2012)

caracterizada como uma demanda de toda a humanidade) e apaga o papel do capital como elemento fundamental do regime, expressar o funcionamento do liberalismo em equações é des-historicizá-lo através do efeito de neutralidade do discurso matemático. Quando tratamos as fórmulas matemáticas que sustentam as políticas econômicas como linguagem, no entanto, podemos afirmar que – nessa condição – um modelo total, sem atritos, é impossível, o que aponta para um “vício” mais profundo, inerente à própria linguagem. Se o vício ricardiano é omitir agentes relevantes, criando um falso equilíbrio, o vício liberalista é tomar como necessária e, ao mesmo tempo, suficiente, a argumentação numérica. Dizer com números, no entanto, não é mais do que colocar mais uma metáfora entre o leitor e o significado.

Quando o governo Lula recorre a números para justificar publicamente suas políticas sociais, há um efeito duplo. Mais imediatamente, a administração se protege das acusações de assistencialismo (para que este último se configure, é preciso que as políticas associadas a ele sejam deficitárias, e não superavitárias, como foram durante todo o mandato). Mais profundamente, no entanto, Lula deixa entrever uma formação ideológica de que é sujeito – o liberalismo – na forma como as obras sociais de seu governo a que fizemos referência são sustentadas no discurso liberal.

O outro ponto do conflito que se manifesta na materialidade quando o Fome Zero é chamado de assistencialismo no discurso liberal é a ideia de que a distribuição do capital do Estado sem que se leve em conta critérios de produtividade é arbitrária, de modo a colocar o custo do programa aos cofres públicos em questão. Em primeiro lugar é necessário compreender o que representa, exatamente, esse gasto público. Segundo dados publicados na análise econômica do governo Lula intitulada *A pequena grande década*, produzida por membros do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, sob o comando do economista Marcelo Neri (2010), os investimentos do Estado no Fome Zero e, posteriormente, no Bolsa Família, não chegaram a representar, em momento algum do mandato, mais que um décimo daquilo que é pago como juro aos detentores de títulos da dívida pública. Esses títulos são comprados por consumidores saciados que dispõe de um excedente de capital a que nos referimos anteriormente. Na prática, eles emprestam dinheiro ao Estado, que lhes paga os juros mensalmente, exatamente como ocorre na poupança privada. É importante destacar que essa

remuneração destinada à classe que dispõe de capital suficiente para que não precise colocar parte dele em circulação é tão divorciada do processo produtivo quanto o Fome Zero. O que impõe sentidos diferentes ao uso do dinheiro público para o pagamento de juros e para a ação paliativa que o programa representa é o próprio funcionamento do discurso liberal.

Essa diferenciação traz à tona um pré-construído que sustenta a legitimidade da remuneração do capital, a ilegitimidade de uma política pontual como o Fome Zero, e, em última análise, que viabiliza a atribuição do sentido de *assistencialismo* a esse programa: *capital é pagável com mais capital*. Trata-se de um deslocamento de uma equação fundamental para a economia liberal, que relaciona capital a trabalho (força produtiva) e permite a transformação de um desses fatores no outro. É o que permite a *mais-valia* a que Marx se refere: a ideia, *grosso modo*, de que, ao dono dos meios de produção, é permitido transformar o trabalho de seus empregados em uma quantidade equivalente de dinheiro e em *mais algum capital*. A crença no pagamento de juros com o dinheiro público reproduz em outra dimensão o conceito proposto por Marx. Então, os donos do capital podem traduzir a relação de mais-valia diretamente para a renda, eliminando o trabalho da equação. Portanto, os fundamentos que sustentam a legitimidade do juro são estruturalmente liberais.

O direcionamento de recursos do Estado sem contrapartida produtiva àqueles que não são donos do capital, por outro lado, é excluído dessa relação de legitimidade no discurso liberal. Essa exclusão é traduzida no termo *assistencialismo*, que só faz sentido se aceitarmos os pré-construídos que sustentam esse funcionamento, constitutivos do liberalismo. É importante notar que temos nos dedicado a demonstrar que a ilegitimidade que constitui os sentidos de assistencialismo não se relaciona nem aos critérios nem às maneiras como o governo leva a cabo as medidas pertencentes ao Fome Zero. Trata-se de uma ilegitimidade de ordem vertical, fundamental para o discurso liberal: a dicotomia marxista propõe uma cisão entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores, traduzida pela contraposição da relação institucionalizada entre o Estado e os donos do capital àquela mantida entre o Estado e aqueles que não dispõem de capital. Em outras palavras, o termo *assistencialismo* coloca em operação uma relação de legitimidade entre sujeito e

Estado proporcional ao excedente de capital disponível para pautar essa relação e, conseqüentemente, o termo implica a ilegitimidade da relação entre aqueles que vivem nas margens do capitalismo e o Estado na formação discursiva liberal.

É importante destacar, como argumentamos anteriormente, que, na medida em que o governo Lula sustenta suas iniciativas sociais através dos modelos econômicos liberais, ele coloca em jogo o *liberalismo social* – ainda que não faça referência direta. Dessa forma, o discurso liberal encerra, inclusive, as possibilidades de enunciação de um representante tido como oposto, num primeiro momento, ao livre fluxo de capital. Em outras palavras, tanto FHC quanto Lula são, num sentido amplo, sujeitos do liberalismo. O conflito entre *liberalismo clássico* e *liberalismo social* que observamos na contraposição entre republicanos e democratas nos EUA sustenta-se de maneira semelhante no Brasil, onde *assistencialismo* coloca em cena uma meritocracia na relação entre sujeito e Estado usualmente associada aos EUA. Podemos observar, a partir de nossas análises, que o funcionamento do discurso liberal não se circunscreve a fronteiras geográficas, reproduzindo-se globalmente, em diversos modelos de gestão. Através da reiteração do liberalismo, cria-se a ilusão de sua universalidade.



## 5. Considerações finais

O objetivo inicial deste trabalho era analisar que sentidos de *democracia* permitem que o intervencionismo internacional nela sustente-se. Para dar consequência a essa questão, tomamos como referência a relação entre o Brasil e os Estados Unidos durante os primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A partir do investimento analítico frente ao material, passamos a atribuir à articulação entre *democracia* e *liberal* um papel determinante no funcionamento discursivo que pretendíamos descrever. Mais especificamente, tomamos como ponto fundamental a naturalização e a universalização circular, de *democracia* em *liberdade* e de *liberalismo* em *democracia*, de que a formulação de Francis Fukuyama é expressão. Do ponto de vista conjuntural, o papel constituinte da caracterização da *democracia liberal ocidental* no discurso do governo Bush implicou uma ressignificação da intervenção internacional, que deixa de operar num eixo proporcionado pela polarização entre capitalismo e comunismo característica da Guerra Fria para conjugar-se ao liberalismo e à globalização do sistema financeiro que o acompanhou. A esse respeito, não se trata de dizer que os Estados Unidos deixaram de tomar medidas intervencionistas, mas que houve um deslocamento histórico do funcionamento discursivo que, hoje, faz que venha à tona a contradição constitutiva entre *liberal* e *interventor*. Contraditoriamente, trata-se do mesmo movimento que coloca em operação a articulação entre *liberalismo* e *intervenção*.

No entanto, nosso investimento analítico nos permitiu entrever alguns determinantes estruturais do funcionamento do discurso liberal – da maneira como ele articula-se no início do século XXI – que transcendem as fronteiras estadunidenses. O destaque dado a *liberal* no par *democracia liberal* nos fez notar que o adjetivo não assumia sentido restritivo, como considerávamos a princípio, mas sim explicativo. Não se falava de uma democracia em particular – a liberal – mas da democracia – liberal, naturalmente. Não se tratava, portanto, de particularizar um conceito mais amplo. A questão era que, no discurso que começava a ganhar contornos para nossa análise, era impossível dizer de outro modo: uma democracia não-liberal encontrava-se no

domínio do *nonsense*, de maneira que, nas paráfrases de *democracia liberal* encontradas nos enunciados dos representantes do governo estadunidense, o substantivo chegou a ser apagado em detrimento do privilégio de palavras do campo semântico do adjetivo como *liberdade e livre*.

De início – um tanto inadvertidamente – havíamos tomado essa orientação política apenas em sua dimensão ideológica, o que havia dado bases a uma sobreposição pouco produtiva entre liberalismo e Estados Unidos (havíamos tomado como pressuposto que o liberalismo, ainda que não fosse circunscrito aos EUA, encontra-se ali sua aplicação mais completamente realizada). Tomá-lo como formação discursiva, no entanto, significou dissociá-lo de instituições em particular. Dessa forma, pudemos considerar que a determinação dos sentidos no discurso liberal desconhece fronteiras políticas. Notamos que o discurso liberal não permeia apenas enunciados do governo estadunidense, mas inclusive aqueles proferidos pela centro-esquerda sul-americana representada por Lula. Como observamos, há um esforço do governo brasileiro de justificar os investimentos sociais dizendo que eles fazem sentido economicamente, se analisados sob a ótica liberal.

A política econômica e as iniciativas sociais do governo Lula, nesse sentido, são ambas pautadas pelo liberalismo. A diferença entre esse presidente e seu antecessor está no fato da doutrina assumir uma configuração muito mais próxima do liberalismo social de Keynes do que do liberalismo clássico que sustenta os planos econômicos da administração de George W. Bush. A disputa entre essas duas orientações se manifesta, inclusive, no debate sobre a política interna brasileira: as políticas sociais do Lula têm fundamentação econômica no liberalismo, mas são repetidamente associadas à ideia de assistencialismo, o que traz à tona que, no discurso liberal clássico, o capital tem papel determinante na constituição da legitimidade da relação entre sujeito e Estado, enquanto as formulações associadas ao liberalismo social tornam possível que o Estado estenda um tipo de acesso à cidadania através de um acesso regulamentado e concedido ao capital cuja aplicação pelo governo Lula, como vimos, foi associada ao assistencialismo. No liberalismo, portanto, são silenciadas todas as possibilidades de relação entre sujeito e Estado que não passem pelo capital.

A universalização do liberalismo traduz-se na globalização da disputa entre esses dois modelos econômicos. No discurso liberal, a democracia liberal encerra todas as possibilidades de representação política – trata-se, afinal, da “forma final de governo humano”. Essa globalização implica não apenas no silenciamento de outros sentidos possíveis no campo político, mas também na homogeneização internacional do debate político – verificamos esse alinhamento quando notamos que os pequenos atritos entre Lula e Bush não traduzem um embate entre um paradigma brasileiro de liberalismo e outro estadunidense, mas sim a mesma contraposição entre liberalismo social (com Lula, no Brasil, e com os democratas nos EUA) e liberalismo clássico (associado ao governo de Fernando Henrique Cardoso no Brasil e aos republicanos no EUA) que se sustenta internamente nos países. Nesse sentido, no atual cenário político, o discurso liberal pode ser representado pelo céu diurno. Para quem se encontra sob ele, o azul celeste é infinito, a única possibilidade do universo. Torna-se impossível enxergar que, além da atmosfera, está um universo de outras possibilidades silenciadas pelo azul do céu.

A referência ao *liberalismo*, como vimos, não se dá diretamente. Em momento algum do nosso trabalho, nos deparamos com o emprego direto do termo. Há, sempre, *livre e liberdade*, bem como o adjetivo *liberal*. É o caso quanto Rumsfeld diz que “o grande impulso da história humana é pela liberdade”<sup>69</sup> ou, mais claramente, no excerto:

“E, assim, qualquer sistema que não é um sistema livre – um sistema político e econômico livre – eu acho que é improvável que ele lhes dê a sorte de oportunidades que elas podem ter num sistema livre.”<sup>70 71</sup> (Tradução minha.)

Quando o Secretário de Defesa se refere a um sistema livre, ele coloca em cena a articulação aquela articulação entre sistema político e liberdade que apontamos

---

69 “Remarks by Secretary Rumsfeld to the 35th Annual Washington Conference of the Council Of Americas” <http://www.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=3254> Consulta: 05/06/2011

70 “Secretary Rumsfeld's Remarks at the National Press Club”  
<http://www.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=908> Consulta: 05/06/2011

71 “And so any system that is not a free system -- political and economic free system -- I think is unlikely to give them the kinds of opportunities that they can have in a free system.”

como constituinte de *liberalismo*. Colocar *livre* como adjetivo de *sistema* é dizer, com *livre*, *liberalismo* (e com *liberdade* e com *liberal*, como vimos). Opera-se, no discurso liberal, uma relação de sinonímia entre *liberdade* e *liberalismo*. No entanto, se este último termo encontra-se enunciado indiretamente nos enunciados que analisamos, *capitalismo* encontra-se completamente silenciado. Esse silenciamento é instaurado pela característica totalizante que o discurso liberal assume, em que se sustenta a diferença fundamental entre dizer *capitalismo* e *liberalismo*. Do ponto de vista político, ambos os termos têm como referencial o mesmo conjunto de paradigmas – são, nessa instância, sinônimos. No entanto, dizer *Capitalismo* aponta para os limites do sistema, pois convivemos com ao menos uma alternativa durante a maior parte do século XX. Admiti-lo como oposto ao socialismo significa reconhecer que há fronteiras e que, conseqüentemente, há espaços além do capital, há discursos que sustentam outros sentidos. Além disso, *capitalismo* chama a atenção para a própria fundamentação material (a crença na legitimidade da propriedade e do lucro), o que contextualiza o sistema historicamente, filiando-o a uma tradição. Torna-se visível o fato de que há uma fundamentação histórica que o sustenta, ainda que seus determinantes sejam desconhecidos.

Dizer *liberalismo*, no entanto, instaura uma relação de outra natureza entre sujeito e Estado. A *democracia liberal*, como vimos, sustenta-se como o ponto final da nossa história não apenas como sociedade, mas também como espécie. Como vimos, liberdade, nos discursos tanto de Bush quanto de Lula, é natural, é inerente à humanidade. Traduzi-la em um regime político faz funcionar a imagem do indivíduo – livre da história, das estruturas e do discurso, fonte de todos os próprios desejos – tornando invisível sua incompatibilidade fundamental com o conceito de sociedade. Nossas análises nos levam a concluir, portanto, que, no discurso liberal, *liberalismo* se torna a coletivização da ilusão de ser indivíduo.

## Referências:

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado (1970)**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- ANDERSON, P. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama (1992)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, N. **Direito e estado no pensamento de Emanuel Kant**. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Liberalismo e democracia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília: Ed. UnB, 2007.
- BROGAN, H. **The Penguin history of the USA**. 2. ed. Londres: Penguin, 2001.
- CANUTO, O. “A crise asiática e seus desdobramentos”. **Econômica**, no. 4, dez. 2000. <http://www.propipi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/V.2 N.2 Otaviano Canuto.pdf> (consulta:15/08/2012)
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 1. ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1981.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 10 ed. São Paulo, Edusp, 2008.
- FONTANA, M. G. Z. **Modernização e discurso democrático: porta-vozes esclarecidos nos tempos de transição**. Tese (doutorado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Uma estranha ditadura**. São Paulo: Unesp, 2001.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.
- FUKUYAMA, F. “The End of History?” (1989). <http://www.wesjones.com/eoh.htm> (consulta: 20/06/2010)
- \_\_\_\_\_. “US democracy has little to teach China”. **Financial Times**, 17 jan. 2011. <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/cb6af6e8-2272-11e0-b6a2-00144feab49a.html> (consulta: 23/05/2012)
- GADET; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. (trad) Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Ed. Pontes, 2004.
- GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história (1949)**. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 1986

HOBBSAWN, E. **A era das revoluções (1962)**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

KANT, I. **À paz perpétua**. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

KEYNES, J. M. "The end of laissez-faire" (1926). <http://www.panarchy.org/keynes/laissezfaire.1926.html> (consulta: 26/02/2012)

MAKA, A. **Estratégias de combate à inflação: âncora cambial versus âncora monetária**. Brasília: IPEA, 1997. [http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_520.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_520.pdf) (Consulta: 15/08/2012)

MARX, K. "Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política"(1859) (Prefácio). Trad. José BARATA-MOURA. <http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcriteconpoli/index.htm> (consulta: 15/02/2012)

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5ªed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004.

MOUFFE, C. "Hegemonia e Ideologia em Gramsci". **Arte, Sociedad, Ideologia (05)**, Cidade do México, 1978

NERI, M. C. **A pequena grande década: crise, cenários e a nova classe média**. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2010.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Editora Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Editora. Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto, formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Editora Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso, princípios e procedimentos**. Campinas: Editora Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento linguístico**. Campinas: Editora Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Editora Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. "A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica" **Revista ComCiência**, 31 jul. 2007  
<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=26&id=296>  
(Consulta: 23/03/2012)

PAINE, T. "Senso comum". In: **Jefferson / Federalistas / Paine / Tocqueville**. 2. ed.

São Paulo: Abril Cultural, 1979. Col. Os pensadores.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora Unicamp, 1975.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Editora Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. “Delimitações, inversões, deslocamentos.” **Cadernos de Estudos Linguísticos (19)**, Campinas, 1990.

\_\_\_\_\_. “Análise automática do discurso” (1969). In: Gadet & Hak (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_, FUCHS, C. “A propósito de uma análise automática do discurso: atualizações e perspectivas” (1975). In: Gadet & Hak (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

REIS, Fábio W. “Cidadania, Mercado e Sociedade Civil”. In.: **O Brasil no Rastro da Crise**, Eli Diniz, J. S. Leite Lopes e R. Prandi, (orgs.) ANPOCS/HUCITEC/IPEA, 1994

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social (1757)**. In.: **Rousseau – volume 1**. 4. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1987. Col. Os pensadores.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral (1916)**. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

THOREAU, H. D. Civil Disobedience. In: **Walden and civil disobedience**. 1. ed. Nova Iorque: Barnes & Noble, 2003.

TINOCO, L. F. Passagem de faixa será momento histórico. **Revista Veja**, 31 dez. 2002.

TOCQUEVILLE, A. A democracia na América. In: **Jefferson / Federalistas / Paine / Tocqueville**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Col. Os pensadores.

#### **Sites consultados:**

<http://www.defense.gov> (consulta: 19/10/2011)

<http://www.itamaraty.gov.br> (consulta: 05/09/2011)

<http://www.whitehouse.gov> (consulta: 20/04/2011)